



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

INGRID GOMES GUIMARÃES

**EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO TESTE DE PFISTER INFORMATIZADO COM
CRIANÇAS**

FORTALEZA

2024

INGRID GOMES GUIMARÃES

EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO TESTE DE PFISTER INFORMATIZADO COM
CRIANÇAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais

Orientadora: Prof^a. Dra. Lucila Moraes Cardoso

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G614e Gomes Guimarães, Ingrid.
Evidências de validade do teste de Pfister informatizado com crianças / Ingrid Gomes Guimarães. – 2024.
145 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Lucila Moraes Cardoso.

1. Estudo de validação. 2. Abuso sexual na infância. 3. Teste de Pfister. I. Título.

CDD 150

INGRID GOMES GUIMARÃES

EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO TESTE DE PFISTER INFORMATIZADO COM CRIANÇAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais

Aprovada em: 31/01/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lucila Moraes Cardoso (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ana Cristina Resende

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)

A todas as crianças que pude conhecer, em especial, aquelas que tiveram suas infâncias atravessadas pela violência.

Aos meus pais, Francisco e Conceição.

Agradecimentos

Sinceramente, duvidei várias vezes se teria fôlego para chegar até aqui e, principalmente, para escrever esta parte, que é a última que estou escrevendo dessa dissertação. A conclusão do mestrado é a realização de um sonho, cujo caminho foi muito árduo, mas que me mudou enquanto ser-humano. Todos (as) que aqui serão citados (as) foram essenciais para que eu não desistisse diante de tantos desafios que perpassaram minha vida pessoal e acadêmica nesses dois anos. Infelizmente, não poderei me prolongar tanto quanto eu gostaria, mas o pouco que escreverei está repleto da minha eterna gratidão:

À Deus, por ter me abençoado no ingresso do mestrado, e por ter me dado força, inteligência, paciência, resiliência e coragem para que eu chegasse até aqui.

Ao meu pai, Francisco, e minha mãe, Conceição, que é quem tantas vezes me apoiou, cuidou de mim e me deu bons ensinamentos com sua sabedoria de vida. Obrigada por todo o cuidado que sempre tiveram comigo, por todas as nossas conversas no caminho da pesquisa, por serem meu suporte e meu trampolim para que eu persista na realização dos meus sonhos. Muito do que sou devo a vocês.

Ao Felipe, por todo amor, risadas, boas conversas e momentos de implicância, que me fazem sentir cercada de afeto.

À minha orientadora, Profa. Lucila, pela oportunidade que me foi dada, ainda na graduação, de me envolver com pesquisas na área de psicometria e avaliação psicológica, o que me fez ter interesse em seguir na área acadêmica e no mestrado. Obrigada pelos seus ensinamentos e pelos momentos em que contribuiu para que tomasse as rédeas da minha pesquisa e encontrasse meu caminho.

À minha banca avaliadora, Profa. Ana Cristina Resende e Prof. Walberto Santos pelas suas valiosas contribuições em minha dissertação.

À Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci), sobretudo ao Programa Rede Aquarela da prefeitura de Fortaleza, por terem me recebido tão bem e por terem acolhido minha pesquisa com as crianças. Obrigada a todos os (as) profissionais do Programa Rede Aquarela, tanto por terem facilitado minha adaptação ao campo, quanto pelo trabalho que vocês realizam na vida das crianças e de suas famílias.

Ao Colégio Ateneu por ter autorizado o documento de submissão ao Comitê de Ética, e por ter me recebido da forma calorosa de sempre.

Ao Colégio Duque de Caxias, por ter recebido a minha pesquisa e a mim sem nem me conhecerem. Muito obrigada por terem facilitado o acesso a uma parte da minha amostra, e por terem sido sempre preocupados em garantir as condições para que eu pudesse realizar a pesquisa.

A todos os responsáveis que assinaram a autorização de participação de suas crianças em minha pesquisa. Obrigada pela confiança em meu trabalho e por permitir que eu tivesse contato com cada uma delas.

Às crianças que aceitaram participar da pesquisa. Sem dúvida, o melhor momento da coleta de dados era estar com cada uma delas, conhecendo, minimamente, um pouco do universo de cada uma. A “tia”, “tia Ingrid”, “tia dos bloquinhos”, “tia do computador” amou conhecer cada uma de vocês!

Ao Laboratório de Estudos e Práticas em Avaliação Psicológica da UECE (Leapsi) por tudo o que pudemos discutir e construir juntos.

À Milena, dupla MPIG, que se tornou uma grande amiga e companheira de pesquisa desde o final da graduação. Obrigada por ouvir meus áudios longos, por me acolher em vários momentos difíceis, por acatar minhas ideias loucas, e por sempre acreditar em meu potencial para tudo. Não sei o que seria da IG sem a MP nesse mestrado.

À Liliane, minha fiel leitora, a quem admiro muito. Com você aprendi não somente sobre português e questões acadêmicas, mas também sobre a importância do alto astral e do bom humor nas minhas quartas do Leapsi e na vida.

À Larici e à Marília, pelo carinho de vocês comigo e por terem aceitado me ajudar na coleta, seja aplicando testes, seja conseguindo crianças para minha pesquisa. São anjos como vocês que fizeram com que eu não me sentisse afundando, achando que não conseguiria dar conta de parear a minha amostra.

À Carol, por ajudar a fazer minhas quartas mais animadas, por todas as conversas e risadas nos almoços.

Às minhas amigas de vida, que aqui não iriei nomeá-las para não ter o risco de esquecer nenhuma. Obrigada por todo o afeto, respeito e acolhimento que vocês são para mim. Embora não sejam da pós-graduação, o apoio e a presença de vocês em minha vida foi fundamental para que essa caminhada fosse um pouco menos árdua.

Agradeço também a mim, por ter tido coragem de correr atrás, mesmo em momentos de muita insegurança, e por ter ouvido os meus pais que me incentivavam a não desistir.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

O Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister avalia dinâmica de personalidade e funcionamento cognitivo, por meio do preenchimento de esquemas de pirâmides com quadrículos coloridos. A versão informatizada deste teste foi desenvolvida em 2021, mas a sua utilização futura em processos de avaliação psicológica demanda a investigação de suas evidências de validade. Partindo do pressuposto que há consequências emocionais no ciclo vital de crianças que vivenciaram abuso sexual e que a avaliação psicológica pode fornecer dados que fomentem intervenções psicológicas a serem realizadas com as vítimas, objetivou-se buscar evidências de validade da versão informatizada do teste das Pirâmides Coloridas de Pfister para uso com crianças. A amostra total foi composta por 91 participantes, com idades entre 6 e 10 anos ($M = 8,52$; $DP = 1,36$), sendo 37 com histórico de abuso sexual relatado e 54 sem esse histórico. Foi administrado o Teste de Pfister informatizado (TPC-i), a Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC), além de um Questionário Sociodemográfico, cujos dados referentes à situação de abuso foram preenchidos por pesquisa em prontuário. Na análise de dados, foram realizadas estatísticas descritivas e análises de frequência para caracterizar a amostra, e o coeficiente Kappa de Cohen para investigar confiabilidade do banco de dados do Teste de Pfister informatizado. Para buscar evidências de validade convergente para o Pfister informatizado com a ETPC, realizaram-se análises de correlação de *Spearman* e ponto-bisserial. Verificaram-se correlações negativas entre o traço extroversão e adaptação emocional (Az1); psicoticismo e ansiedade com indícios de controle das emoções (Az3 e cor violeta); neuroticismo e contenção da impulsividade (Vm3), bem como estabilidade e maturidade (colocação ascendente). Houve ainda correlações positivas entre psicoticismo e possibilidade de irritabilidade (Am2); e neuroticismo com ansiedade (Vi1) e insegurança (colocação descendente). Para buscar evidências de validade concorrente, realizaram-se os testes de normalidade para, em seguida, comparar crianças com idades entre

6 a 8 anos e 9 a 11 anos, por meio do teste *U* de Mann-Whitney. Crianças com idades entre 6 e 8 anos tiveram mais indícios de impulsividade (Vm4), excitabilidade (La1), energia (Ma2 e cor marrom), além de menor capacidade de regulação das emoções (tapete puro), imaturidade (colocação descendente) e desorganização (colocação espacial). Utilizando as mesmas análises e o teste Exato de Fisher, compararam-se crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado. As crianças com histórico tiveram mais indícios de retraimento social (menor média ranqueada de Vd1) e menor adaptação emocional (menor média ranqueada de Az1, cor azul e síndrome fria). Para buscar evidências de validade convergente entre características da situação de abuso e o TPC-i, utilizaram-se correlação ponto-bisserial e teste Qui-Quadrado. Observou-se relação entre o fato de o agressor ser intrafamiliar, de se vivenciar de outras violências e ter maiores indícios de ansiedade. Por fim, utilizou-se regressão logística binária para buscar evidências de validade preditiva para o TPC-i, e somente o indicador de ansiedade (Vi1) contribuiu para aumentar a probabilidade de se identificar participantes com histórico de abuso sexual intrafamiliar, bem como aqueles que vivenciaram outras violências para além de abuso sexual. Por meio desses resultados, foi possível identificar evidências de validade concorrente e convergente para o TPC-i, e compreende-se que a pesquisa contribuiu para o incremento das qualidades psicométricas e dos estudos sobre o uso desse teste com crianças.

Palavras-chave: estudo de validação, abuso sexual na infância, Teste de Pfister.

Abstract

The Pfister Colored Pyramids Test assesses personality dynamics and cognitive functioning by filling in pyramid schemes with colored squares. The computerized version of this test was developed in 2021, but its future use in psychological assessment processes requires investigation of its validity evidence. Based on the assumption that there are emotional consequences in the life cycle of children who have experienced sexual abuse and that psychological assessment can provide data to support psychological interventions to be carried out with the victims, the objective was to seek evidence of the validity of the computerized version of Pfister's Colored Pyramids test for use with children. The total sample consisted of 91 participants aged between 6 and 10 years ($M = 8.52$; $SD = 1.36$), 37 with a history of reported sexual abuse and 54 without. The computerized Pfister Test (TPC-i) and the Personality Traits Scale for Children (PTSC) were administered, as well as a Sociodemographic Questionnaire, whose data regarding the abuse situation was filled in by researching the medical records. In the data analysis, descriptive statistics and frequency analyses were carried out to characterize the sample, and Cohen's Kappa coefficient was used to investigate the reliability of the computerized Pfister Test database. To find evidence of convergent validity evidence for the computerized Pfister with the PTSC, Spearman's correlation and point-biserial analyses were conducted. There were negative correlations between the trait extroversion and emotional adaptation (Az1); psychoticism and anxiety with signs of controlling emotions (Az3 and violet); neuroticism and restraining impulsiveness (Vm3), as well as stability and maturity (upward placement). There were also positive correlations between psychoticism and the possibility of irritability (Am2); and neuroticism with anxiety (Vi1) and insecurity (downward placement). To find evidence of concurrent validity, normality tests were conducted and then children aged between 6 and 8 and 9 and 11 were compared using the Mann-Whitney *U*-test. Children aged between 6 and 8 had more

signs of impulsivity (Vm4), excitability (La1), energy (Ma2 and brown color), as well as less ability to regulate emotions (pure mat), immaturity (downward placement) and disorganization (spatial placement). Using the same analyses and Fisher's Exact Test, children with and without a history of reported sexual abuse were compared. Children with a history of abuse had more signs of social withdrawal (lower mean Vd1 score) and lower emotional adaptation (lower mean Az1 score, blue color and cold syndrome). Point-biserial correlation and the Chi-square test were used to find evidence of convergent validity between characteristics of the abuse situation and the TPC-i. A relationship was observed between the fact that the aggressor was intrafamilial, had experienced other forms of violence and had more signs of anxiety. Finally, binary logistic regression was used to find evidence of predictive validity for the TPC-i, and only the anxiety indicator (Vi1) contributed to increasing the likelihood of identifying participants with a history of intrafamilial sexual abuse, as well as those who had experienced violence other than sexual abuse. Through these results, it was possible to identify evidence of concurrent and convergent validity for the TPC-i, and it is understood that the research contributed to increasing the psychometric qualities and studies on the use of this test with children.

Keywords: validation study, child sexual abuse, Pfister's Test.

Lista de Tabelas

Tabela 1

Caracterização da amostra total em função dos grupos com e sem histórico de abuso sexual relatado67

Tabela 2

Dados dos agressores e da recorrência do abuso sexual72

Tabela 3

Tipos de interação sexual vivenciados pelas crianças da amostra74

Tabela 4

Análise Kappa para as variáveis do TPC-i76

Tabela 5

Correlações significativas entre traços de personalidade e variáveis ordinais e intervalares do TPC-i77

Tabela 6

Comparação entre crianças em função da faixa etária83

Tabela 7

Estatísticas descritivas da frequência de cores e de síndromes cromáticas do TPC-i88

Tabela 8

Comparação da frequência cromática e da síndrome cromática do TPC-i entre os grupos..92

Tabela 9

Associação entre variáveis qualitativas do TPC-i e o histórico de abuso sexual relatado.....96

Tabela 10

Correlações significativas entre variáveis da situação de abuso e indicadores do TPC-i98

Tabela 11

Associação entre variáveis da situação de abuso e indicadores do TPC-i 100

Tabela 12

Classificações previstas pelo modelo preditivo de vínculo com o agressor..... 102

Tabela 13

*Classificações previstas pelo modelo preditivo de vivência de outras violências paralelas ao
abuso sexual.....* 103

Lista de Abreviaturas e Siglas

| | |
|------------|-----------------------------------------------------------|
| APA | <i>American Psychological Association</i> |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CFP | Conselho Federal de Psicologia |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| ETPC | Escala de Traços de Personalidade para Crianças |
| Funci | Fundação da Criança e da Família Cidadã |
| HTP | <i>House Three Person</i> |
| IBAP | Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica |
| IBM SPSS | <i>IBM Statistical Package for the Social Sciences</i> |
| ISTs | Infecções Sexualmente Transmissíveis |
| ITC | <i>International Test Commission</i> |
| NCME | <i>National Council on Measurement in Education</i> |
| SARS-Cov-2 | <i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i> |
| Satepsi | Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos |
| TCFI | Teste da Criatividade Figural Infantil |
| TIDC | Tecnologias da Informação, Desenvolvimento e Comunicação |
| TPC | Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister |
| TPC-i | Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister informatizado |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| ZSC | Método de Zulliger administrado pelo Sistema Compreensivo |

Lista de códigos do Teste As Pirâmides Coloridas de Pfister Informatizado

| | |
|------|-----------|
| Am | Amarelo |
| Am 1 | Amarelo 1 |
| Am 2 | Amarelo 2 |
| Az | Azul |
| Az 1 | Azul 1 |
| Az 2 | Azul 2 |
| Az 3 | Azul 3 |
| Az 4 | Azul 4 |
| Br | Branco |
| Ci | Cinza |
| La | Laranja |
| La 1 | Laranja 1 |
| La 2 | Laranja 2 |
| Ma | Marrom |
| Ma 1 | Marrom 1 |
| Ma 2 | Marrom 2 |
| Pr | Preto |
| Vd | Verde |
| Vd 1 | Verde 1 |
| Vd 2 | Verde 2 |
| Vd 3 | Verde 3 |
| Vd 4 | Verde 4 |

| | |
|------|------------|
| Vi | Violeta |
| Vi 1 | Violeta 1 |
| Vi 2 | Violeta 2 |
| Vi 3 | Violeta 3 |
| Vm | Vermelho |
| Vm 1 | Vermelho 1 |
| Vm 2 | Vermelho 2 |
| Vm 3 | Vermelho 3 |
| Vm 4 | Vermelho 4 |

Sumário

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Introdução | 19 |
| Fundamentação Teórica | 24 |
| Vulnerabilidade psicossocial, abuso sexual infantil e fatores que influenciam em suas consequências | 24 |
| Considerações sobre evidências de validade e avaliação da personalidade | 30 |
| O Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister: considerações históricas e atuais | 36 |
| <i>Novos tempos, velhos desafios: o uso de testes informatizados</i> | 46 |
| Objetivos | 50 |
| Geral: | 50 |
| Específicos: | 50 |
| Método | 51 |
| Delineamento e hipóteses | 51 |
| Participantes | 55 |
| Instrumentos | 56 |
| <i>Questionário sociodemográfico</i> | 56 |
| <i>Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister – versão informatizada (TPC-i)</i> | 57 |
| <i>Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC)</i> | 58 |
| Procedimentos | 61 |
| Procedimentos éticos e de coleta de dados | 61 |
| Procedimentos de análise de dados | 64 |
| Resultados e discussão | 67 |
| Evidências de validade convergente entre indicadores afetivos do TPC-i e traços de personalidade | 77 |
| Evidências de validade de critério concorrente do TPC-i | 82 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Comparações entre diferentes faixas etárias de crianças</i> | 82 |
| <i>Diferenças entre crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado</i> | 88 |
| <i>Possíveis relações entre variáveis da situação de abuso sexual e indicadores do TPC-i</i> | 98 |
| Evidências de validade preditiva para o TPC-i | 101 |
| Considerações finais | 105 |
| Referências | 110 |
| Apêndices | 123 |
| Apêndice A: Questionário Sociodemográfico | 123 |
| Apêndice B: Termo de Autorização | 126 |
| Apêndice C: Declaração de fiel depositário | 128 |
| Apêndice D: Autorização institucional à realização de projeto de pesquisa | 130 |
| Apêndice E: Parecer consubstanciado de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – CEP/UFC/PROPESQ | 132 |
| Apêndice F: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) | 136 |
| Apêndice G: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) | 140 |
| Apêndice H: Termo de compromisso para utilização de dados | 142 |
| Apêndice I: Declaração de concordância | 143 |
| Apêndice J: Justificativa por não anexarmos os testes psicológicos | 144 |
| Apêndice K: Problemas percebidos na administração do TPC-i | 145 |

Introdução

A infância é uma fase do ciclo vital em que ocorrem mudanças acentuadas nos aspectos cognitivos, físicos, emocionais e relacionais (Habigzang & Caminha, 2004). Por essa razão, crianças são consideradas pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, as quais precisam de um ambiente que lhes garanta proteção e que as possibilite desenvolver suas potencialidades (Habigzang & Caminha, 2004). Nesse sentido, foi promulgada no Brasil a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, conferindo à família, à sociedade e ao poder público a responsabilidade pela garantia dos direitos fundamentais à vida das crianças.

Nem sempre as crianças crescem em um ambiente propício ao seu desenvolvimento saudável, estando expostas, muitas vezes, a situações de maus tratos, as quais podem acarretar sérias consequências negativas ao seu desenvolvimento (Habigzang & Caminha, 2004). Um desses tipos de maus tratos é o abuso sexual contra crianças e adolescentes, que se trata de um problema de alta prevalência no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Entre janeiro e maio de 2022, foram registradas mais de 7.000 denúncias de abuso sexual, sendo em torno de 79% contra crianças ou adolescentes (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022). Ademais, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), 61,3% das vítimas de estupro, que envolve a coação tanto pela prática de conjunção carnal quanto de outros atos libidinosos, possuem idades entre 0 e 13 anos, das quais 19,1% possuem entre 5 e 9 anos, e 31,7% têm entre 10 e 13 anos. Nesse sentido, a maioria das vítimas de abuso sexual são crianças e, conforme o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021), são do sexo feminino.

Apesar da alta incidência documentada, o abuso sexual infantil ainda é um crime com altos índices de subnotificação, até pela dificuldade que as vítimas tendem a ter para revelar o que vivenciaram (Schaefer, Brunnet, et al., 2018; UNICEF, 2021). A revelação do abuso

depende do quanto a vítima compreende que está sendo violentada e de quanto consegue comunicar o que vivenciou (Habigzang, Koller, et al., 2008). Além da dificuldade de investigar e confirmar o abuso por meio do relato da criança, nem todas as vítimas possuem consequências físicas passíveis de serem identificadas por perícias médicas, tornando a identificação do abuso sexual uma tarefa ainda mais desafiadora (Schaefer, Brunnet, et al., 2018). Por isso, as autoridades começaram a recomendar a realização de processos de avaliação psicológica como forma de minimizar alguns problemas na identificação de abuso sexual, principalmente quando se utilizam instrumentos que possibilitam acessar indicadores da vivência traumática que, pela via do relato verbal, nem sempre é possível ter acesso (Rovinski, 2014).

A dificuldade em identificar casos de abusos contribui para que a criança vivencie novos episódios de violência e, portanto, para o aumento das consequências negativas em seu desenvolvimento biopsicossocial. Apesar da complexidade das variáveis envolvidas, e considerando que o abuso sexual é um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias (Habigzang, Koller, et al., 2008), considera-se que a realização de processos de avaliação psicológica permitiria identificar sinais e sintomas associados à vivência traumática, para embasar decisões sobre o acompanhamento psicológico da criança (Rovinski, 2014).

Um tipo de instrumento amplamente utilizado em processos de avaliação psicológica com crianças é o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), que se trata de um teste psicológico projetivo, caracterizado por consistir em atividades com instruções pouco estruturadas, envolvendo estímulos ambíguos (Cardoso & Resende, 2018; Scortegagna & Villemor-Amaral, 2012). Especificamente no que tange ao TPC, a tarefa do avaliando é preencher três esquemas de pirâmides com quadrículos coloridos. Em um contexto amplo de investigação, o TPC fornece informações a respeito dos aspectos afetivos da pessoa avaliada,

tendo em vista a relação existente entre a forma particular de lidar com as emoções e a reação ao estímulo cromático. De maneira complementar, o instrumento permite fazer inferências sobre o funcionamento cognitivo do indivíduo, quando se considera a forma como foi construída a pirâmide. Trata-se de um teste que possui caráter lúdico, fácil aplicabilidade, e que costuma ser bem aceito por todos os públicos, sobretudo pelas crianças (Villemor-Amaral, 2005, 2012).

Para que os testes psicológicos, incluindo-se o TPC, possam ser utilizados, é necessária a realização de estudos que assegurem as suas qualidades psicométricas, entre as quais há as evidências de validade. Estas consistem no quanto a teoria e os estudos acumulados suportam as interpretações dos escores do teste para determinado uso (*American Educational Research Association* [AERA] et al., 2014). Nesse sentido, buscaram-se evidências de validade para o Pfister com crianças ao comparar grupos de diferentes idades (Cardoso et al., 2018; Villemor-Amaral et al., 2012; Villemor-Amaral et al., 2016), sexos (Cardoso et al., 2019), outros incluíram idade e sexo no mesmo estudo (Villemor-Amaral et al., 2015). Buscaram-se também evidências de validade do Pfister com crianças para avaliar criatividade (Villemor-Amaral et al., 2014) e personalidade por meio do Método de Zulliger (Cardoso et al., 2021; Villemor-Amaral & Quirino, 2013) e do teste *House Three Person* (HTP) (Farah et al., 2014).

Todos esses estudos foram realizados com a versão não informatizada do TPC, a qual está com parecer favorável para uso profissional (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2022a). Todavia, a pandemia por *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS-CoV-2), em 2020, contribuiu para que a prática profissional do psicólogo tomasse novos rumos, evidenciando o desafio de aliar rapidamente os avanços tecnológicos à prática da Psicologia (Muniz et al., 2021). Nesse sentido, houve um crescimento substancial de estudos sobre instrumentos administrados por meio das Tecnologias da Informação, Desenvolvimento

e Comunicação (TIDCs) que podem ser aplicados de forma remota ou informatizada, como visto na Nota Técnica do CFP nº 07/2019.

A versão informatizada do TPC (TPC-i) foi desenvolvida no decorrer do ano 2021, mas ainda não pode ser utilizada profissionalmente porque não foram publicados estudos sobre as suas qualidades psicométricas, o que demonstra a necessidade de investir nessas pesquisas com este instrumento. Na administração informatizada, o avaliador e o avaliado dividem o mesmo tempo e espaço, e as respostas são mediadas pelas TIDCs. Além desse formato de administração, também é possível aplicar o TPC de forma remota, a qual se difere do modelo anterior somente pelo fato de o avaliado e o avaliador estarem em recintos diferentes (CFP, 2019). Em ambos os tipos de aplicação, as tecnologias medeiam a apresentação das instruções e dos itens, bem como o registro e o armazenamento dos dados. Essas características diferenciam esses modos de aplicação da administração não informatizada, na qual a aplicação, o armazenamento e a correção podem estar mais suscetíveis a equívocos humanos (Miguel, 2017).

Para ilustrar essa ideia, cumpre mencionar que na versão tradicional do TPC é necessário realizar alguns cálculos sobre a frequência de cores utilizadas, as quais embasam o cálculo de outros indicadores, como as síndromes cromáticas e a fórmula cromática. Por essa razão, um erro de anotação de tonalidade, bem como da ordem e do local da pirâmide em que ela foi colocada poderia interferir não somente na codificação da frequência cromática, como na de outros indicadores. Com a administração informatizada, as chances de ocorrência desse tipo de erro são minimizadas, por conta do auxílio da tecnologia. Outras vantagens à vista da versão não informatizada é a mensuração automática do tempo do preenchimento de cada pirâmide, além do registro automático das cores utilizadas e da ordem de colocação dos quadrículos.

Apesar de a versão online do TPC ter sido construída com instruções explícitas que guiam os movimentos do avaliando dentro da plataforma, a administração informatizada é mais vantajosa com crianças, quando comparada à remota, e isso ocorre por alguns motivos. Um deles envolve alguns questionamentos a respeito da plausibilidade da administração remota com o público infantil, os quais discutem que a influência dos genitores no *setting* remoto pode interferir nos resultados do processo (Schneider et al., 2020). Ademais, na administração informatizada, é possível não somente garantir a ausência dos genitores no *setting*, como a leitura de instruções para o avaliando e o manuseio da plataforma por parte do avaliador. A exceção dá-se na montagem das pirâmides, pois é um procedimento que deve ser realizado pela pessoa avaliada. Nesse sentido, a administração do TPC informatizado com crianças, ao invés da administração remota, facilita a garantia da padronização do teste.

Além dessa preocupação, é necessário que o (a) profissional que trabalhe com avaliação psicológica com o público infantil escolha instrumentos cujos estudos sobre suas qualidades psicométricas tenham sido realizados com crianças que tenham características similares às do avaliando. Nesse sentido, a realização de estudos de evidências de validade é fundamental para demonstrar a proficiência das ferramentas com amostras que possuam características específicas (AERA et al., 2014). Como exemplo, pode-se mencionar o caso das pessoas em situação de vulnerabilidade social, as quais possuem especificidades que devem ser consideradas no momento em que elas forem submetidas a processos de avaliação (Bicalho & Vieira, 2018). Esse cuidado é necessário para que elas não sejam enquadradas em um padrão que não condiz com as suas realidades (Bicalho & Vieira, 2018). Por isso, é preciso que existam instrumentos de qualidade para uso com pessoas que vivenciaram situações diversas, como é o caso da vivência de abuso sexual.

Devido à tendência de crianças com histórico de abuso sexual serem mais retraídas, evitando falar de si e de suas vivências (Khalily & Hallahan, 2011), o uso de instrumentos

como o TPC-i em processos de avaliação psicológica com esse público pode facilitar o engajamento com a atividade proposta por um avaliador que ela não conhece, até por consistir em uma atividade lúdica. Nisso, o avaliando participaria da atividade sem ter controle sobre o que revela ao seu respeito, tornando possível a identificação de características próprias que ele poderia hesitar em revelar ou que desconhece (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006).

Nesse sentido, o estudo com métodos projetivos, sobretudo da versão informatizada do TPC com crianças com histórico de abuso sexual, reflete a necessidade já apontada por Muniz et al. (2021) de a prática da avaliação psicológica acompanhar as mudanças sociais impostas pelas inovações tecnológicas, bem como de firmar o seu compromisso com a luta pela garantia dos direitos humanos. Com isso, considerando a importância de estudos de evidências de validade para o TPC-i, o presente estudo pauta-se na seguinte problemática: Há evidências de validade para uso da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister com crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado? Para responder a essa pergunta de partida, é preciso compreender melhor alguns conceitos fundamentais para a problemática, como é o caso do abuso sexual, das evidências de validade, do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister e de testes informatizados.

Fundamentação Teórica

Vulnerabilidade psicossocial, abuso sexual infantil e fatores que influenciam em suas consequências

Para Besutti et al. (2019), o conceito de vulnerabilidade refere-se à predisposição a desordens ou à suscetibilidade que as pessoas possuem a desenvolver estresse biológico e psicossocial. Pode ser entendida como mudanças aparentes no desenvolvimento físico e/ou psicológico de uma pessoa que foi submetida a uma situação de risco. Por essa razão, a vulnerabilidade existe somente quando se vivencia uma ou mais situações de risco ao longo

da vida. Embora seja um conceito paralelo ao de vulnerabilidade, a ideia do risco consiste nas vivências de situações e contextos que podem contribuir para o desenvolvimento de problemas cognitivos, físicos e emocionais em curto ou em longo prazo. Já a vulnerabilidade é uma forma de lidar com o risco, a qual depende de características individuais e/ou do contexto em que se está envolvido (Besutti et al., 2019).

Nesse sentido, quando uma pessoa vivencia uma situação de risco, é necessário considerar a fase de desenvolvimento em que ela está. Durante a infância, as pessoas são consideradas em situação peculiar de desenvolvimento, pois suas capacidades cognitivas, afetivas e físicas ainda estão em processo de amadurecimento (Habigzang & Caminha, 2004). Assim, crianças são seres ainda mais vulneráveis, pois quando são submetidas a uma situação de risco, estão mais suscetíveis a desenvolverem alterações negativas em seu desenvolvimento (Besutti et al., 2019).

Dentre as situações de risco, cuja incidência tende a ser elevada contra crianças e adolescentes no Brasil, aponta-se o abuso sexual (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Essa situação pode ser definida como qualquer contato ou interação de uma criança ou de um adolescente com alguém que esteja em um estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado, sendo a vítima utilizada para estimulação sexual do agente ou de terceiro (Habigzang, Corte, et al., 2008; Habigzang et al., 2011; Schaefer, Brunnet, et al., 2018). A Lei brasileira nº 13.431, de 04 de abril de 2017, intitula o abuso sexual como uma forma de violência sexual, sendo essa uma categoria maior definida como qualquer conduta que coaja a criança ou adolescente a participarem de conjunção carnal ou qualquer ato libidinoso.

Etimologicamente, o termo “abuso” consiste em um uso deturpado e/ou excessivo de algo (Habigzang & Caminha, 2004). O termo “abuso sexual” indica uma disfunção em três níveis, quais sejam, o uso de poder sobre a criança ou sobre o adolescente, a dependência que o ser vulnerável tem com relação ao perpetrador do abuso, e o uso deturpado da sexualidade,

de modo a infringir a autonomia da criança ou do adolescente (Habigzang & Caminha, 2004). Conforme a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, que altera o Código Penal brasileiro, não faz sentido discutir sobre os meios utilizados para a prática do abuso, pois independente deles, a criança é considerada incapaz de se defender. A relação entre criança e agressor é desigual, pois o perpetrador da violência utiliza-se do poder para abusar sexualmente da criança (Rovisnki & Pelisoli, 2020). Por isso, ela será aqui chamada de “vítima”, pois está em uma posição de desigualdade com relação ao agressor.

Além disso, as vítimas de abuso sexual podem sofrer sérias repercussões físicas, emocionais, cognitivas e sociais em seu desenvolvimento (Borges & Dell’Aglío, 2008; Schaefer et al., 2012). Estas podem variar desde efeitos menores ou maiores, que podem perdurar até a vida adulta (Borges & Dell’Aglío, 2008; Habigzang, Koller, et al., 2008). Para compreender essas repercussões, cumpre mencionar que o psiquismo de uma criança ou de um adolescente que vivencia uma experiência de abuso engaja-se na tarefa de criar uma situação de pseudonormalidade, para que ele não tenha contato, pelo menos a nível consciente, com a dor da realidade. Por isso, é comum que a vítima faça o possível para evitar a realidade, sem querer rememorar detalhes da vivência traumática, para tentar suportar o que aconteceu (Furniss, 1993).

Todavia, o uso desse mecanismo para tentar processar psiquicamente a vivência foi associado à crescente ansiedade decorrente da experiência de abuso sexual, bem como ao uso de mecanismos desadaptativos de alívio da tensão e do estresse, que podem contribuir para a emissão de comportamentos de cunho sexual em público, para descargas motoras e para manifestações recorrentes de angústia (Furniss, 1993). Além disso, é possível que a criança possa ter prejuízos na sua capacidade de pensar, de compreender e de se adaptar ao ambiente, podendo apresentar ainda dificuldades de aprendizagem (Cruz et al., 2021; Scortegagna & Villemor-Amaral, 2012). Todavia, essa dificuldade não tende a ser decorrente de um déficit

cognitivo, e sim do quão doloroso é entrar em contato com a realidade e absorver a experiência vivenciada (Scortegagna & Villemor-Amaral, 2012).

Dentre outras repercussões psicológicas e/ou psiquiátricas que podem ocorrer em curto ou em longo prazo, salienta-se a maior suscetibilidade a desenvolver depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), insônia, transtornos alimentares, transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, transtornos de personalidade borderline, além de agressividade, de dificuldade de aprendizagem, e de baixa autoestima (Cruz et al., 2021). Além de apresentarem sentimentos frequentes de tristeza, de medo e de culpa (Furniss, 1993; Schaefer, Brunnet, et al., 2018).

No que tange às repercussões físicas, denota-se, dentre outras consequências, a aquisição de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e a gravidez na adolescência (Platt et al., 2018). Além dessa repercussão, salienta-se a emissão de comportamentos autolesivos e o uso abusivo de substâncias (Cruz et al., 2021). O abuso sexual na infância também estaria ligado ao risco de sofrer outras violências no futuro, seja agressão sexual, violência no namoro, a qual se dá, em sua maioria, entre casais adolescentes que namoram, ou violência por parceiro íntimo, que ocorre entre pessoas adultas que possuem mais tempo de relacionamento (Hébert et al., 2021; Ihongbe & Masho, 2018; Messman-Moore et al., 2010). Ademais, crianças com histórico de abuso sexual são usualmente retraídas e defensivas, tendendo a ter dificuldade de confiar nas pessoas e de falar sobre suas dores internas (Scortegagna & Villemor-Amaral, 2012), isolando-se socialmente (Cruz et al., 2021).

Apesar dos efeitos negativos de vivenciar abuso sexual, a presença de cada uma dessas consequências em pessoas que tiveram essa vivência tende a ser mediada por fatores intrínsecos e extrínsecos (Schaefer et al., 2012). No que tange aos fatores intrínsecos, tem-se o temperamento e o status de apego (Saywitz et al., 2000), além de algumas crenças cognitivas, sobretudo os esquemas iniciais desadaptativos, que tanto podem ser

desenvolvidos por experiências traumáticas na infância, quanto podem mediar a relação entre abuso sexual e consequências psicossociais na vida da vítima (Roemmele & Messman-Moore, 2011). Quanto aos extrínsecos, pode-se indicar o suporte social e o familiar, os quais tendem a reduzir as chances de desenvolver sintomatologias pós-abuso (Habigzang & Caminha, 2004). Destacam-se ainda os fatores referentes à situação de abuso, a saber, o número de situações abusivas vivenciadas, a vivência de outros tipos de violência paralelos ao abuso, a idade que a vítima tinha quando começou a sofrer abuso, a diferença de idade entre a vítima e o perpetrador (Fisher et al., 2017; Schaefer et al., 2012).

Outras variáveis extrínsecas importantes de serem consideradas para entender o agravamento das consequências do abuso para as vítimas são o tipo de interação sexual e o contexto de ocorrência da vivência abusiva (Saywitz et al., 2000; Schaefer et al., 2012). No que tange à interação, o abuso sexual pode ser perpetrado tanto por meio de contato físico, a saber, o toque, as carícias, o sexo oral ou a penetração, como por meio de situações nas quais não há interação física entre a vítima e o agressor, como é o caso do *voyeurismo*, da pornografia, da exposição a imagens ou a eventos sexuais (Schaefer, Donat, et al. 2018). Quanto ao contexto de ocorrência, o abuso pode ser caracterizado como extrafamiliar, no qual o perpetrador é alguém que a criança não possui vínculo e que não faz parte da sua família, e intrafamiliar. Este último, intitulado como incestuoso, compõe os casos mais comuns e ocorrem no ambiente doméstico, os quais são perpetrados por pessoas que exercem relação de cuidado, poder e confiança com relação à criança (Habigzang et al., 2011; Risman et al., 2014).

Tendo em vista a alta prevalência e as possíveis consequências geradas pela vivência de abuso sexual, é imprescindível que as vítimas tenham um acompanhamento interdisciplinar adequado (Besutti et al., 2019). Embora a intervenção profissional tardia possa contribuir para reduzir os efeitos danosos dessa experiência de violência (Hohendorff et

al., 2015), quanto mais precoce forem realizadas as intervenções adequadas, menores tendem a ser as consequências do abuso (Lima & Scortegagna, 2021). No entanto, para que se planejem intervenções pertinentes, é necessário embasamento em dados obtidos nos processos avaliativos. A realização de avaliação psicológica na infância, além de buscar um diagnóstico ou elucidar uma problemática, pode ter o caráter preditivo com a possibilidade de indicar condições que podem ocasionar consequências para o desenvolvimento vital (Borges & Baptista, 2018). Desse modo, como já são conhecidos vários efeitos negativos do abuso sexual, avaliar crianças que tiveram essa vivência é fundamental (Hohendorff et al., 2015), até para proporcionar as melhores intervenções possíveis para cada caso (Borges & Baptista, 2018).

Além disso, processos de avaliação psicológica podem ser aliados na descoberta da vivência de abuso sexual (Rovinski, 2014). A dificuldade na identificação de uma situação de abuso é uma realidade no contexto forense, porque a sua revelação depende muito de a vítima perceber que está sendo violentada, de ela lembrar o que aconteceu e de ela conseguir comunicar o que vivenciou. Inicialmente, ela tende a manter segredo, até por vergonha, por medo da represália, e, sobretudo, quando sofre ameaças e/ou violência física para que ela não revele. No entanto, quando resolve falar, é comum que seu relato oscile entre a afirmação e a negação do abuso, até por ela ainda não ter construído uma relação de confiança com o entrevistador, e pelo fato de a maioria dos perpetradores serem pessoas com as quais ela tem vínculo (Baía et al., 2013). Ademais, até pela fase do desenvolvimento, é comum que os profissionais tenham dificuldade em compreender o conteúdo relatado pela vítima (Habigzang, Koller, et al., 2008; Schaefer, Brunnet, et al., 2018). Além da dificuldade de investigar e confirmar o abuso por meio do relato da criança, nem todas as vítimas possuem consequências físicas passíveis de serem identificadas por perícias médicas, tornando a

identificação do abuso sexual uma tarefa ainda mais desafiadora (Pincolini et al., 2012; Schaefer, Brunnet, et al., 2018).

Tanto a imprecisão pela fala da criança, quanto o fato de nem sempre ser possível ter evidências clínicas médicas, contribuíram para que as autoridades passassem a recomendar a realização de processos de avaliação psicológica com as possíveis vítimas, para minimizar os problemas na identificação de abuso sexual. A avaliação psicológica no contexto forense consiste em um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos do avaliado, para, em seguida, relacioná-los à questão legal que deu origem ao processo de investigação. Com isso, é possível ter informações que fomentem uma tomada de decisão referente à pessoa avaliada. Por meio da realização de processos de avaliação psicológica, é possível acessar a indicadores referentes à vivência traumática, que por outras vias nem sempre é possível identificar (Rovinski, 2014).

A realização de processos avaliativos com pessoas em situação de vulnerabilidade requer a consideração de várias especificidades inerentes às suas vivências, antes de se escolher os procedimentos a serem utilizados. Caso essas especificidades não sejam consideradas, a tendência é comparar a pessoa avaliada com um padrão que não a representa, que é o de pessoas que não vivenciaram as mesmas situações de risco (Bicalho & Vieira, 2018). Nesse sentido, ao escolher instrumentos psicológicos a serem administrados em crianças em situação de vulnerabilidade social, é necessário avaliar se eles possuem estudos que garantam as suas qualidades psicométricas para que possam ser utilizados profissionalmente, considerando o público-alvo e o seu formato de aplicação (CFP, 2020). Entre as qualidades psicométricas necessárias a um teste, salienta-se a apresentação de evidências empíricas de validade (CFP, 2022b).

Considerações sobre evidências de validade e avaliação da personalidade

Nesta dissertação, validade será definida conforme o preconizado pela AERA et al. (2014), que a denomina como o grau em que a teoria e as evidências acumuladas apoiam as interpretações pretendidas dos escores de um teste. O processo de validação envolve o acúmulo de evidências para fornecer uma base científica sólida para as interpretações de um teste utilizado em determinadas amostras e situações. Por meio dessa definição, percebe-se que a ênfase não está no instrumento, e sim nas interpretações particulares dos seus escores em contextos específicos (AERA et al., 2014).

Os critérios da AERA et al. (2014) servem como diretrizes para a *International Test Commission* (ITC) e, mais especificamente no contexto brasileiro, para o CFP (Freitas & Damásio, 2017). O CFP (2022b) elencou seis tipos de evidências de validade, os quais contemplam evidências de validade baseadas no conteúdo, no processo de resposta, na estrutura interna, nos estudos experimentais/quase experimentais, em instrumentos que avaliam construtos relacionados, e em variáveis externas. As evidências de validade baseadas no conteúdo dos testes referem-se ao quanto os itens abrangem cuidadosamente as características do construto que o teste pretende avaliar, podendo ser obtidas por meio da análise de juízes (AERA et al., 2014).

As evidências baseadas no processo de resposta se direcionam à análise teórico-empírica sobre as relações entre os processos mentais referentes ao construto que se deseja avaliar e a atividade proposta pelo teste. No mais, busca-se explicar os processos mentais inerentes ao processo de resposta, bem como verificar a coerência dessas explicações aos dados empíricos (CFP, 2022b). Sua busca pode ser realizada pela análise de respostas individuais aos itens do teste, do monitoramento do comportamento do indivíduo em resposta aos elementos do teste, ou de manifestações corporais, por exemplo, a movimentação dos olhos (AERA et al., 2014).

As evidências de validade baseadas na estrutura interna indicam o grau em que os itens do teste estão em conformidade com o construto que fundamenta as interpretações dos escores. A estrutura conceitual do teste pode indicar somente uma dimensão do construto, ou várias delas, as quais, embora sejam diferentes, devem ser homogêneas e representar o construto (AERA et al., 2014). Essas evidências podem ser verificadas por meio de análise fatorial exploratória e confirmatória, modelagem por equações estruturais e estudos de invariância (CFP, 2022b).

Já as evidências por estudos experimentais/quase-experimentais buscam verificar a capacidade de o instrumento captar mudanças decorrentes de uma intervenção proposital para tentar alterar o construto que a medida deseja avaliar. Ademais, as evidências de validade baseadas em testes avaliando construtos relacionados são verificadas relacionando-se indicadores do teste de interesse com os de outro que avalia um construto diferente, mas teórica e empiricamente são relacionados. A magnitude da correlação deve ser compatível com a expectativa descrita na literatura (CFP, 2022b).

Por fim, o CFP (2022b) traz a validade baseada nas relações com outras variáveis externas, as quais podem ser intituladas como evidências de validade de critério concorrente, preditiva ou convergente. Em relação às evidências de validade de critério, utilizam-se variáveis externas relevantes para distinguir grupos, cuja escolha dependerá do que for pertinente para o construto que o teste avalia. Quando os escores do teste e os dados da variável critério são coletados simultaneamente, tem-se um estudo de evidências de validade de critério concorrente. Quando a variável critério é avaliada após a administração do teste, tem-se a validade preditiva. Já quando a fonte externa consiste em outro instrumento que, teoricamente, avalia o mesmo construto de interesse, trata-se de evidências de validade convergente. Assim, os escores do instrumento de interesse e os da outra medida utilizada

como critério devem apresentar relações que atuam em direção e magnitude esperadas (CFP, 2022b).

No geral, para se dizer que os indicadores dos dois testes avaliam o mesmo construto, a magnitude da relação deve ser a partir de 0,50 (CFP, 2022b). Todavia, existem casos em que, por mais que eles avaliem o mesmo construto, as magnitudes tendem a ser fracas. A título de exemplo, casos como esse aconteceram em pesquisas envolvendo a busca de evidências de validade convergente para métodos projetivos tendo como critério instrumentos de autorrelato que avaliam a personalidade (Mihura et al., 2013). Esses resultados são decorrentes das particularidades dos dois tipos de instrumentos, as quais podem ser explicadas tanto pela diferença entre a forma que os projetivos e os instrumentos de autorrelato definem personalidade, quanto pelas informações que cada tipo de instrumento pode fornecer a respeito do construto.

No que se refere ao primeiro caso, vale salientar a popularidade que os estudos sobre personalidade tiveram no século XX (Nunes et al., 2017). Nesse sentido, diversos estudiosos desenvolveram teorias da personalidade que embasaram o desenvolvimento de diferentes medidas de avaliação desse construto (Sisto, 2019). Entre elas, cumpre mencionar a teoria de Hans Eysenck, que embasou o desenvolvimento de alguns instrumentos de autorrelato, como foi o caso da Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC).

Na teoria de Eysenck, entende-se a personalidade como uma hierarquia, na qual traços considerados fundamentais dariam origem a traços mais superficiais. No que tange aos traços principais, foi apresentada a Extroversão, que se trata de um traço cujas pontuações altas referem-se a pessoas que são impulsivas, agressivas, gostam de buscar novas sensações, que são espontâneas e abertas a se relacionar com as outras pessoas. Já as pontuações baixas indicam solidão e timidez. A teoria também abrange o traço Neuroticismo, em que altas pontuações podem sugerir ansiedade, instabilidade emocional e baixa autoestima, enquanto

as baixas indicam pouca impulsividade e maior facilidade de recuperar o autocontrole. Pontuações altas no traço Psicoticismo podem indicar hostilidade, pouca preocupação com o perigo, propensão a ser não empático, além de poucos indicativos de socialização e tendência a ser cruel e desumano. Por sua vez, uma baixa pontuação em psicoticismo indica convencionalidade, sensibilidade afetiva e empatia com os demais (Sisto, 2019). Já altas pontuações no traço Sociabilidade podem indicar adequação às normas sociais, e os baixos escores indicam propensão a condutas antissociais, ou pouca preocupação em se mostrar de forma diferente do que realmente é (Sisto, 2019). Embora o manual da ETPC não deixe explícito, considerando estudos realizados com o teste (Santos & Noronha, 2006), pode-se considerar uma pontuação alta como sendo acima do percentil 75 e baixa como sendo abaixo do percentil 25.

Diferente do modelo de personalidade proposto por Hans Eysenck, os métodos projetivos, no geral, costumam partir da ideia de personalidade como sendo dinâmica. Assim, de acordo com Frank (como citado em Villemor-Amaral & Pasian, 2022, p. 12), que foi quem cunhou a expressão “métodos projetivos”, a personalidade refere-se à forma de organizar as experiências de acordo com os recursos internos de cada um. Ao se trabalhar com métodos projetivos, deve-se considerar que eles possuem um caráter fortemente clínico, de modo que não faz sentido considerar o significado de variáveis isoladas, pois elas podem ter significados diferentes a depender da forma como são combinadas e da sua incidência em cada protocolo individual (Anderson & Anderson, 1967).

Os testes de autorrelato e os projetivos acessam informações em níveis diferentes ainda que avaliem o mesmo construto (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006). Assim, por meio de instrumentos de autorrelato, é possível verificar características da personalidade que o indivíduo reconhece em si e que fazem parte do seu funcionamento, bem como as que ele deseja revelar ao seu respeito. Já nos métodos projetivos são geradas informações

provenientes de tendências espontâneas e inconscientes, visto que a pessoa avaliada não sabe o que se espera dela, nem que tipos de características está expressando ao realizar a atividade proposta (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006).

Ademais, Finn (2012) apontou que os métodos projetivos, devido aos seus estímulos visuais e às suas formas de administração emocionalmente excitantes, acionavam o lado direito do cérebro, bem como o funcionamento subcortical, os quais podem fornecer informações sobre como as pessoas funcionam quando emocionalmente excitadas. Diferente de instrumentos de autorrelato, que por serem verbais e terem um formato de administração pouco excitante emocionalmente utilizam mais as funções corticais do lado esquerdo do cérebro (Finn, 2012). Por essa razão e também tendo em vista as correlações fracas obtidas por meio das associações entre os multimétodos, a utilização conjunta de tipos diferentes de testes em processos de avaliação psicológica pode resultar em uma apreensão mais completa da dinâmica da personalidade da pessoa avaliada. Assim, em um ambiente de avaliação psicológica, diferentes métodos podem ser utilizados como fonte de informação, mostrando-se relevantes as pesquisas que propõem essas associações (Franco & Villemor-Amaral, 2009; Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006).

A título de exemplo dessas pesquisas, Khalily e Hallahan (2011) utilizaram o método projetivo de Rorschach, uma entrevista clínica estruturada, o Inventário de Ansiedade de Beck, o Inventário de Depressão de Beck, o Inventário de Modo de Esquema, o Teste das Matrizes Progressivas de Raven para investigarem consequências psicológicas e comportamentais do abuso sexual em uma mulher de 18 anos. Durante a entrevista, a jovem proferia respostas monossilábicas, e demonstrava reduzida reatividade emocional. Nos testes psicométricos, ela teve altas pontuações de ansiedade, depressão, além de indícios de um transtorno de personalidade limítrofe. No Método de Rorschach, foi evidente a tendência de repressão emocional, pouca atenção ao ambiente, campo perceptual mal integrado, baixa

disposição a enfrentar problemas, instabilidade emocional e tendência a evitar a interação social. Esses dados evidenciaram que o uso do Rorschach aliado aos demais instrumentos permitiu a compreensão de aspectos da personalidade que, a princípio, não ficaram evidentes nos instrumentos psicométricos.

A depender dos métodos projetivos utilizados como variáveis externas em processo de busca de evidências de validade convergente, também podem ser obtidas correlações fracas. Nesse sentido, existem estudos que buscaram evidências de validade do teste de Pfister usando como critério as variáveis do Método de Zulliger (Cardoso et al., 2021; Franco & Villemor-Amaral, 2009; Villemor-Amaral & Quirino, 2013). As correlações fracas devem-se ao fato de que, embora os dois instrumentos avaliem o mesmo construto, a natureza da tarefa de cada um difere-se conforme dois aspectos (Cardoso et al, 2021). Um deles refere-se ao tipo de estímulo, visto que as manchas de tinta do Zulliger são mais ambíguas do que os quadrículos coloridos nas pirâmides do Pfister (Cardoso et al., 2021). A outra diferença envolve o tipo de resposta esperada em cada um, pois a tarefa do Zulliger é verbal e a do Pfister é não verbal (Cardoso et al., 2021). Tendo em vista o foco do presente projeto, faz-se necessário compreender melhor o funcionamento do método de Pfister, bem como os seus estudos de evidências de validade utilizando diferentes fontes.

O Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister: considerações históricas e atuais

O uso do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC) possibilita avaliar aspectos da dinâmica emocional, a qual consiste na forma como uma pessoa elabora as suas sensações decorrentes da carga emocional de estímulos internos e externos, além da maneira como ela expressa a suas emoções, seja de forma mais ou menos elaborada (Villemor-Amaral, 2012). O TPC foi desenvolvido com base no que vários campos, desde os mais históricos da humanidade até os procedimentos científicos mais sofisticados, apontaram sobre a existência

de relação entre cor e emoções. Nesse sentido, o contato com estímulos cromáticos pode proporcionar efeitos diferenciados no estado emocional das pessoas (Villemor-Amaral, 2005). Ademais, cumpre mencionar que o teste busca, de modo complementar, fornecer dados sobre o funcionamento cognitivo, a partir da forma como executa as pirâmides e escolhe a sua composição (Villemor-Amaral, 2012).

Seu criador, o arquiteto e coreógrafo suíço Max Pfister, apoiou-se em sua experiência artística com cores para investigar que tipos de impressões subjetivas o estímulo cromático produzia nas pessoas avaliadas. Utilizou sua experiência com arquitetura para propor que figuras de pirâmides facilitariam o desenvolvimento de formas com maiores ou menores níveis de sofisticação. Na época em que foi desenvolvido, na Suíça, o teste não teve credibilidade nos eventos em que foi apresentado, pois muitos questionavam a sua cientificidade. Por essa razão, não foi publicado em seu país de origem (Villemor-Amaral, 2005).

Na década de 1950, houve tentativas de dar continuidade aos seus estudos por parte dos alemães Robert Heiss e Hildegard Hiltmann, e pelo esforço do professor Fernando de Villemor Amaral, da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O professor da PUC-SP foi o autor da primeira edição do manual do TPC no Brasil, publicado em 1966 (Villemor-Amaral, 2005). Até a década seguinte, foram realizadas poucas publicações sobre o teste, entre elas a segunda edição do manual, em 1978. Após esse período, os estudos ficaram temporariamente parados até a retomada dos estudos por parte do grupo de pesquisa da professora Anna Elisa de Villemor-Amaral, da Universidade São Francisco (USF). A partir disso, as pesquisas sobre o TPC foram retomadas com maior intensidade a partir do século XXI, as quais expandiram as investigações sobre as qualidades psicométricas, utilizando amostras de outros estados e de outras regiões do Brasil, para além do Sudeste (Scortegagna et al., 2023).

Nesse sentido, hoje o TPC é amplamente utilizado em processos de avaliação psicológica no Brasil. Para a sua codificação, considera-se o comportamento do examinando na execução da pirâmide (processo de execução), a sequência com que os quadrículos são colocados (modo de colocação), a disposição de cores em cada pirâmide realizada (aspecto formal), a frequência e a combinação das cores utilizadas, e a estabilidade na escolha das cores (formula cromática) (Villemor-Amaral, 2005).

O TPC não informatizado é um instrumento de rápida administração, lúdico e possui estudos brasileiros de normatização tanto com adultos com idades entre 18 e 66 anos (Villemor-Amaral, 2012), quanto com crianças e adolescentes de 6 a 14 anos (Villemor-Amaral, 2005). Os estudos de normas com adultos foram atualizados em 2020, e realizados com 288 adultos de 18 a 67 anos ($M = 33$; $DP = 12,4$). A maioria era do sexo feminino ($f = 54,9\%$), com escolaridade de nível médio ($f = 56,3\%$). A distribuição da amostra em cada região do Brasil foi: 22,2% do Sul ($n=64$), 25,30% do Sudeste ($n=73$), 19,50% do Centro-Oeste ($n=56$) e 33% do Nordeste ($n=95$) (Villemor-Amaral et al., 2020). O estudo de normas com crianças contou com uma amostra de 528 participantes de seis a 12 anos ($M = 9,18$; $DP = 1,99$) do interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais, dentre as quais 219 eram do sexo masculino e 309 do sexo feminino, sendo 148 oriundas de escolas particulares e 380 das públicas (Villemor-Amaral, 2012).

Para a realização de análises de precisão de métodos projetivos, recomendam-se que sejam estudos do tipo teste-reteste, que analisa a estabilidade das respostas de um examinando em momentos distintos, e do tipo precisão entre avaliadores, que avalia a concordância entre avaliadores ao analisarem independentemente protocolos de um mesmo examinando (Cardoso & Villemor-Amaral, 2017). Todavia, quando se trata do TPC para uso com crianças, é preciso considerar, que, como estão em uma fase em que ocorrem muitas mudanças e estas se dão rapidamente, o estudo de teste-reteste não é o mais recomendado de

ser realizado, devido ao risco de a forma como as crianças lidarem com as emoções modificar-se rapidamente.

Por essa razão, para análise de precisão com crianças, utilizaram-se análises de concordância entre juízes independentes. Dessa forma, Farah et al. (2014) verificaram a precisão entre avaliadores utilizando uma amostra de 200 crianças, de seis a 10 anos, de ambos os sexos e provenientes de escolas públicas e particulares do estado do São Paulo. Para a realização do estudo, consideraram o aspecto formal, por ser uma variável cuja codificação envolve algum grau de subjetividade do avaliador. Assim, 25% dos protocolos foram sorteados e analisados por dois juízes independentes. Verificou-se uma concordância de 88% entre os juízes. As demais variáveis, como é o caso da frequência de cores, das síndromes cromáticas e da fórmula cromática não foram consideradas, pois suas classificações não necessitam da avaliação subjetiva da pessoa que está codificando.

Por fim, tratando-se dos estudos de evidências de validade, foram conduzidos diversos estudos de evidências de validade convergente utilizando o TPC e outros métodos projetivos. Um deles foi o de Franco e Villemor-Amaral (2009), que buscaram evidências de validade convergente do TPC e do Zulliger administrado pelo Sistema Compreensivo (ZSC). Para tanto, utilizaram uma amostra de 223 adultos e elaboraram 36 hipóteses de correlações. Embora nenhuma das hipóteses iniciais tenha sido confirmada, também não foram evidenciadas contradições entre os indicadores de ambos os testes, mantendo-se a direção das correlações conforme o esperado. Para as pesquisadoras, esses dados sugerem que o TPC e o ZSC avaliam aspectos diferentes do mesmo construto.

Com objetivo semelhante, Villemor-Amaral e Quirino (2013) verificaram a hipótese de correlação entre respostas de cor no ZSC e a variável aspecto formal no TPC. A amostra estudada foi composta por 60 pessoas, sendo 30 crianças de seis anos e 30 adolescentes de 12 anos. Embora os adolescentes tenham apresentado maior maturidade cognitiva e afetiva, não

houve correlações significativas entre as variáveis selecionadas. No entanto, após separar os grupos por idades, verificou-se somente uma correlação positiva significativa ($r = 0,44$; $p = 0,01$) entre a variável de cor (C) no ZSC e o aspecto formal estrutura do TPC, o que evidencia os desafios emocionais da puberdade.

Cardoso et al. (2021) buscaram evidências de validade convergente entre os indicadores cognitivos do TPC e do ZSC em uma amostra de 172 crianças, entre 6 e 11 anos e 6 meses. As análises de correlação de *Pearson* evidenciaram 34 correlações significativas entre o aspecto formal e a fórmula cromática do TPC e as variáveis do ZSC. Todavia, como no estudo de Villemor-Amaral e Quirino (2013), todas as correlações foram fracas ($r \leq 0,3$).

Estudos de evidências de validade de critério concorrente para o TPC tem se mostrado promissores. Villemor-Amaral et al. (2012) buscaram verificar diferenças entre crianças de 6 e de 12 anos no que tange às variáveis do Pfister. Para tanto, utilizaram uma amostra de 85 crianças, de ambos os sexos, sendo 38 de 6 anos e 47 de 11 anos. Por meio do teste *t* de *Student*, verificou-se diminuição significativa do amarelo ($M = 6,66$; $t = 2,34$; $p = 0,02$), do cinza ($M = 3,07$; $t = 2,58$; $p = 0,01$) e da síndrome de estímulo ($M = 30,59$; $t = 2,26$; $p = 0,02$) em crianças de 12 anos, indicando maior controle da expressão emocional, menores indícios de timidez e de insegurança, e menor egocentrismo. Nesse grupo também foi encontrado aumento dos tons preto ($M = 8,93$; $t = 2,81$; $p = 0,01$), branco ($M = 8,93$; $t = 3,17$; $p = 0,00$) e da síndrome incolor ($M = 20,99$; $t = 3,09$; $p = 0,00$), o que demonstra redução da espontaneidade infantil e indícios de fragilidade. Em crianças de 6 anos observou-se aumento do tapete puro ($M = 51,38$; $U = 574,50$; $p = 0,002$) e do tapete com início de ordem ($M = 44,86$; $U = 822,50$; $p = 0,05$), cujos dados indicam imaturidade e tentativa de estabilização. Já nas de 12 anos verificou-se aumento da estrutura em manto ($M = 45,02$; $U = 798,00$; $p = 0,04$) e de mutilação ($M = 46,14$; $U = 745,50$; $p = 0,02$), o que denota repressão dos impulsos e de dissociações no pensamento. Nas comparações em função do gênero, as meninas tiveram

aumento da cor violeta ($M = 14,07$; $t = 3,09$; $p = 0,003$), podendo indicar maior ansiedade. Os autores apontaram a idade como sendo uma variável que pode influenciar nos indicadores do Pfister.

Nesse sentido, Villemor-Amaral et al. (2016) buscaram evidências de validade do indicador fórmula cromática do TPC em função de diferentes faixas etárias. Para tal, utilizaram grupos compostos por 39 crianças de 6 anos, 47 adolescentes de 12 anos e 73 universitários. No que tange à amplitude cromática, foi verificado um predomínio da fórmula ampla no grupo de crianças ($\chi^2 = 23,42$; $p < 0,001$), enquanto a moderada foi significativamente aumentada no grupo de universitários ($\chi^2 = 17,71$; $p < 0,001$). Quanto à estabilidade, a fórmula estável foi mais frequente nas crianças de 6 anos ($\chi^2 = 17,15$; $p < 0,001$), já a instável foi mais frequente em universitários ($\chi^2 = 11,65$; $p = 0,001$).

Com objetivo semelhante, Cardoso et al. (2018) buscaram comparar o desempenho no TPC de três grupos, sendo um composto por crianças de 6 e 7 anos, outro composto pelas de 8 e 9 anos e o último com participantes de 10 e 11 anos. Utilizando uma amostra de 197 crianças, de ambos os sexos, observaram diferenças no tangente à variável tapete puro ($p = 0,004$) e formação em camadas ($p = 0,01$) entre os grupos de 6-7 anos e 10-11 anos. Enquanto o tapete com início de ordem teve diferenças entre os grupos de 6-7 anos e 8-9 anos. Já o tapete furado teve diferença significativa entre crianças de 8-9 anos e 10-11 anos ($p = 0,01$). No que tange às cores e às síndromes, a faixa etária de 6-7 anos teve aumento dos Vm1 ($p = 0,04$) (ver Lista de códigos do “Teste As Pirâmides Coloridas de Pfister Informatizado”) e Ma2 ($p = 0,03$), bem como da síndrome de excitação afetiva ($p = 0,04$). As crianças de 8-9 anos tiveram aumento das cores branca ($p = 0,04$) e cinza ($p = 0,05$), além da síndrome incolor ($p = 0,04$). Observaram-se ainda correlações positivas fracas entre aumento da idade e frequência de branco ($r = 0,16$, $p = 0,02$) e Am1 ($r = 0,15$, $p = 0,04$), e correlações negativas entre frequência de cinza ($r = -0,14$, $p = 0,05$) e de marrom ($r = -0,15$, $p = 0,03$).

Considerando não somente a idade, mas também a variável sexo como critério, Villemor-Amaral et al. (2015) compararam tonalidades de vermelho e de azul no Pfister em 734 crianças e adultos. As mulheres tiveram maior incidência de Az 2 ($M = 2,40$; $t = -2,83$; $p = 0,01$) e de Vm 1 ($M = 3,06$; $t = 4,17$; $p < 0,001$), enquanto homens tiveram os tons Az 4 ($M = 2,01$; $t = 4,17$; $p < 0,001$) e Vm 4 ($M = 0,80$; $t = 1,95$; $p = 0,05$) aumentados. No que tange aos meninos e as meninas, os primeiros apresentaram maior frequência de Az 4 ($M = 2,08$; $t = 2,48$; $p = 0,01$) e de Vm 2 ($M = 2,82$; $t = 2,19$; $p = 0,03$), e as meninas tiveram aumento significativo de Az 1 ($M = 2,21$; $t = -2,14$; $p = 0,03$) e de Vm1 ($M = 3,15$; $t = -7,40$; $p < 0,001$). Quando se comparou crianças e adultos, observou-se que mulheres tiveram maior incidência de Az2 ($M = 2,38$; $t = 3,42$; $p < 0,001$) e de Az3 ($M = 2,21$; $t = 2,31$; $p = 0,02$), enquanto meninas tiveram maior frequência de Az4 ($M = 1,75$; $t = -4,77$; $p < 0,001$) e de Vm4 ($M = 0,79$; $t = -2,83$; $p = 0,01$). A comparação entre meninos e homens evidenciou aumento de Vm1 ($M = 1,90$; $t = -2,21$; $p = 0,03$) no grupo de meninos. As autoras apontaram que esses dados podem ser compreendidos à luz da ideia da socialização diferencial entre homens e mulheres.

Cardoso et al. (2019) também buscaram comparar grupos de meninos e de meninas no que tange às variáveis do TPC. Utilizaram uma amostra de 197 crianças da capital cearense, sendo 46% do sexo masculino e 54% do sexo feminino, com idades entre 6 e 11 anos e 6 meses. Os tons Az3 ($M = 2,02$; $t = -2,00$; $p = 0,05$), Vm2 ($M = 3,14$; $t = -2,76$; $p = 0,005$), Vd3 ($M = 1,95$; $t = -2,30$; $p = 0,02$), e Pr ($M = 2,67$; $t = -2,11$; $p = 0,04$) foram mais frequentes em crianças do sexo masculino, indicando que os meninos dessa amostra tendem a ser mais introvertidos, retraídos e controladores. Embora o verde, em níveis medianos, possa indicar abertura aos relacionamentos interpessoais, nesse caso, o aumento pode indicar sobrecarga emocional, com tendência a uma ruptura do equilíbrio interno. Já as meninas produziram mais pirâmides com os tons Vm1 ($M = 3,73$; $t = 6,51$; $p < 0,001$), Vi1 ($M = 2,93$;

$t = 5,38; p < 0,001$) e a cor Vi ($M = 6,11; t = 3,75; p < 0,001$), os quais podem estar relacionados à impulsividade (vermelho) e ansiedade (violeta). Ademais, meninos apresentaram maior incidência de fórmula cromática ampla e flexível ($M = 0,20; t = -2,17; p = 0,03$) e processo de execução desordenado ($M = 0,16; t = -7,12; p = 0,01$), podendo indicar, respectivamente, uma capacidade de realização mais enérgica e uma atitude descuidada.

Com o intuito de explorar o uso das cores para conhecer outros aspectos do funcionamento psíquico referentes à dinâmica emocional, Villemor-Amaral et al. (2014) buscaram evidências de validade do TPC com crianças, considerando grupos de crianças com maiores e menores níveis de criatividade, conforme o Teste de Criatividade Figural Infantil (TCFI). O grupo de crianças menos criativas foi composto por 26 crianças e o das mais criativas por 30. As autoras verificaram que a cor laranja ($t = -2,02; p = 0,04$) e que a síndrome de estímulo ($t = -2,22; p = 0,60$) foram significativamente aumentadas no grupo de crianças criativas, indicando que pessoas desse grupo podem ter maior desejo de reconhecimento, de apreço pela produtividade e pelos contatos sociais. Já o grupo de crianças menos criativas apresentou maior incidência de síndrome incolor ($t = 2,84; p = 0,77$), o que indica que elas podem ser mais retraídas e fugirem de situações afetivas. O aumento da fórmula cromática ampla e flexível ($\chi^2 = 6,33; p = 0,001$) nesse grupo não era esperado, visto que indica capacidade de realização mais enérgica. Por isso, as autoras recomendaram maiores investigações em estudos futuros para ajudar na compreensão desse resultado.

Todo o conjunto de estudos de evidências de validade citados até aqui foram realizados com a versão não informatizada do teste das Pirâmides Coloridas de Pfister e atestam as qualidades psicométricas do teste. Entretanto, em 2021, foi criada a versão informatizada do TPC, que prevê uma administração presencial e mediada por meio das TIDCs. Nessa versão do TPC, o examinando visualiza uma tela de fundo branco com um esquema de pirâmide que deve ser preenchido com quadrículos coloridos também dispostos

na tela do dispositivo. Como se trata de um teste criado recentemente, ainda existem poucos estudos investigando suas qualidades psicométricas, em sua maioria, restritos a resumos em anais de congressos de avaliação psicológica.

No 11º Congresso do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), em 2023, Perissinotto et al. (2023) avaliaram evidências de validade das síndromes de estímulo e incolor do TPC-i. A amostra foi composta por 300 pessoas, mas participaram do estudo somente aquelas que estavam nos grupos extremos (abaixo do percentil 25 e acima do percentil 75) dos traços de personalidade avaliados pelo Inventário de Personalidade para o DSM 5 (PID-5). Por meio da comparação entre grupos extremos, verificou-se que a síndrome de estímulo estaria relacionada ao desempenho inferior nos traços afetividade negativa, hostilidade, perseverança, submissão, distanciamento, retraimento, tendência à depressão, antagonismo, manipulação, desonestidade, busca de atenção, insensibilidade, irresponsabilidade, perfeccionismo rígido, exposição a risco, psicoticismo, crenças e experiências incomuns e desregulação cognitiva e perceptiva. Esses resultados apontaram a síndrome de estímulo como sendo associada a características mais adaptadas da personalidade. Já a síndrome incolor estava associada ao desempenho superior em afetividade restrita, desconfiança, antagonismo, manipulação, desonestidade, insensibilidade, irresponsabilidade, exposição a risco, psicoticismo, crenças e experiências incomuns e excentricidade. Esses resultados indicaram evidências de validade para as duas síndromes do TPC-i.

Também no Congresso do IBAP, Resende et al. (2023) escreveram um resumo cujo objetivo era buscar evidências de validade para as variáveis aspecto formal, modo de colocação e processo de execução do TPC-i. A amostra foi composta por 300 pessoas que responderam ao TPC-i e ao PID-5. Realizou-se correlação de *Spearman* entre essas variáveis do TPC-i e a variável Antagonismo do PID-5. Foram encontradas correlações fracas entre as

variáveis, que permitiu identificar associação entre comportamentos antagônicos, controle de afetos, e instabilidade nas escolhas. Foi possível, assim, identificar relações entre os dois instrumentos.

Ademais, Oliveira et al. (2023) investigaram evidências de validade para a fórmula cromática do TPC-i. Para tanto, participaram 258 pessoas, com média de idade de 27,4 anos, que responderam ao TPC-i e ao PID-5. Ao realizar uma ANOVA *oneway* para comparar amplitude e estabilidade nas escolhas com as facetas do PID-5, verificou-se que fórmula cromática ampla estaria relacionada a maior labilidade, insegurança, rigidez e necessidade de atenção no PID-5. No tangente à estabilidade, a fórmula instável estaria associada a maior variedade de emoções negativas, solidão, necessidade de atenção para si no PID-5.

Além dos trabalhos apresentados no 11º Congresso do IBAP, Machado (2023) trabalhou com a versão remota do TPC, mas esse teste foi utilizado dentro de sua pesquisa de dissertação que objetivou investigar relações entre traços de personalidade, características emocionais e a participação de adolescentes em brincadeiras perigosas. A autora verificou um aumento do Vm 2 ($p = 0,003$; $r = 0,49$) e da síndrome de estímulo ($p = 0,030$; $r = 0,40$) em adolescentes com histórico de participação em jogos de agressão, quando comparados ao grupo sem histórico. Observou também o aumento da formação simétrica em praticantes de jogos de não oxigenação, quando comparados aos não praticantes ($p = 0,007$; $r = 0,48$).

Lima (2023) também utilizou o TPC remoto em sua dissertação que objetivou identificar a relação entre inteligência emocional e personalidade de professores que atuavam no desenvolvimento de competências socioemocionais em escolas de tempo integral. A autora verificou que os docentes que estavam atuando com competências socioemocionais até três anos apresentaram maior incidência da variável corte/mutilação ($\chi^2 = 6,43$; $gl = 1$; $p = 0,01$), a qual indica fragilidade estrutural e alterações de pensamento. Ademais, houve correlações estatisticamente significativas entre inteligência emocional e as cores marrom (p

= -0,03; $p < 0,05$) e preta ($\rho = -0,05$; $p < 0,01$); entre habilidade de compreensão das emoções e a cor preta ($\rho = -0,4$; $p < 0,01$). Esses dados indicam relações entre inteligência emocional e as cores do Teste de Pfister.

Além disso, Melo (2022) produziu uma dissertação, cujo objetivo foi buscar evidências de validade e estimativas de precisão temporal para uso de uma versão remota do TPC. A amostra foi composta por 100 adultos residentes na cidade de Fortaleza – CE e escolaridade acima do 6º ano do ensino fundamental. Os participantes foram divididos em dois grupos equitativos, sendo um composto por pessoas que foram internadas por Covid-19 e o outro composto por pessoas que nunca receberam diagnóstico de Covid-19. Por meio da análise de comparação de grupos, verificou-se maior incidência de síndrome fria no grupo de pessoas que não foram diagnosticadas com Covid-19 ($U = 1000$; $p = 0,007$). Ademais, observaram-se associações estatisticamente significativas para a cor marrom e para a amplitude das fórmulas cromáticas em pessoas que estavam desempregadas na época da pandemia, além de associação entre a cor azul e o fato de ter sido internado em enfermarias. Além disso, obtiveram-se associações e comparações estatisticamente significativas para as variáveis de frequência de cor, síndromes cromáticas, aspecto formal, modo de colocação e sinais especiais do TPC, quando comparadas escolaridades, gêneros e faixas etárias. A realização desse estudo com o TPC remoto no contexto da Covid-19 é reflexo de uma série de mudanças ocorridas na conjuntura mundial a partir de 2020, o que contribuiu também para a criação do TPC-i.

Novos tempos, velhos desafios: o uso de testes informatizados

Com o advento da pandemia pelo SARS-CoV-2, em 2020, os mais diversos segmentos sociais tiveram que se planejar e se adaptar a uma série de mudanças imediatas, como foi o caso do distanciamento social adotado para conter a rápida disseminação do vírus.

Consequentemente, foram impressos novos caminhos à prática do profissional psicólogo, pois a necessidade de distanciamento social demandou o crescimento substancial do uso de TIDCs. Conforme Cóser e Miguel (2022), as TIDCs consistem em recursos tecnológicos, como os *notebooks* ou *tablets*, presentes em diversos contextos, e que fomentam a relação de diversas pessoas e ambientes em uma rede virtual, possibilitando a rápida comunicação e compartilhamento de informações. Por essa razão, para firmar o seu compromisso ético de continuar assistindo a quem precisava de serviços psicológicos durante a pandemia, era necessário que a Psicologia se adaptasse aos novos tempos, inserindo mais intensamente as TIDCs em sua prática.

Embora tenha sido uma mudança aparentemente abrupta, a prestação de serviços psicológicos por meio das TIDCs já havia sido regulamentada pelo CFP em 2018, por meio da Resolução CFP nº 11/2018. Em 2019, foi publicada a Nota Técnica 07/2019 do CFP, a qual orientou os profissionais sobre a utilização de testes psicológicos em serviços realizados por meio de TIDCs. Ademais, distinguiu duas modalidades de administração de testes mediados por tecnologias, a saber, a modalidade informatizada e a remota (CFP, 2019). Esses dois formatos diferenciam-se não somente do formato tradicional não informatizado, que ocorre presencialmente e não precisa de TIDCs para ser utilizado, mas também apresentam diferenças entre si.

Na aplicação informatizada, o profissional e a pessoa avaliada estão presentes no mesmo espaço físico e temporal, mas as instruções dadas e as respostas são mediadas por TIDCs (CFP, 2019). De acordo com Cóser e Miguel (2022), em 2020 havia quatro testes informatizados disponíveis para uso profissional, número que aumentou para 14 no final de 2021. Todavia, por meio de uma consulta ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi), verificou-se que no final de 2023 essa quantidade já estava acima do dobro,

resultando em 29 testes informatizados, o que caracteriza um rápido crescimento da quantidade desse tipo de testes passíveis de serem utilizados profissionalmente (CFP, 2022a).

O uso desses instrumentos possui algumas vantagens à vista das versões tradicionais não informatizadas. Uma delas é o registro automático do tempo de resposta, e/ou da quantidade de vezes que a pessoa avaliada modifica a escolha da alternativa antes de passar para o item seguinte. Trata-se de características importantes para alguns instrumentos. A necessidade de registrar o tempo transcorrido durante a aplicação do teste pode confundir até mesmo avaliadores experientes. Por isso, quando o programa registra automaticamente, evitam-se possíveis confusões por parte dos avaliadores. Ademais, o uso do *software* não permite que nenhum item seja deixado em branco, nem que seja assinalado mais de um item por vez, o que não é raro de acontecer na administração não informatizada (Miguel, 2017).

Além disso, alguns públicos podem preferir esse formato de administração, em comparação com as versões não informatizadas. Já existem estudos apontando a preferência de crianças por aplicativos, em comparação com questionários aplicados no formato não informatizado (De Leo et al., 2011). Cóser e Miguel (2022) apontaram a facilidade de utilizar a informatização para construir instrumentos visualmente ou até mesmo auditivamente mais atraentes, de modo a fomentar a interação do avaliando com a ferramenta. As crianças atuais, enquanto um público que está se desenvolvendo dentro da Era da Informação, tendem a ter mais familiaridade com as tecnologias, de forma que podem se beneficiar de um processo avaliativo que utilize esses tipos de instrumentos.

Por mais que as crianças possam ter maior proximidade com as tecnologias, beneficiando-se de uma administração informatizada, o mesmo não pode ser dito no que tange à administração remota. Em 2020, a *American Psychological Association* (APA) realizou algumas recomendações para a avaliação psicológica online. Dentre elas, denota-se a preocupação com a idade, com a familiaridade do público com as tecnologias, além de atentar

aos estímulos que podem interferir no processo de resposta da pessoa (APA, 2020). No que se refere à idade, a APA (2020) cita as crianças como um público que merece maior atenção, quando se planeja uma avaliação psicológica online. Trata-se de uma população que pode se distrair mais facilmente, de modo que o avaliador, durante a avaliação psicológica remota poderia ter mais dificuldade para controlar esses estímulos intervenientes.

Nesse sentido, a administração informatizada, ao invés da remota, tende a ser mais vantajosa com crianças, visto que o avaliador e a criança estariam no mesmo espaço, sendo possível que o psicólogo tivesse o maior controle de variáveis inerentes ao ambiente doméstico que poderiam interferir na atenção da criança, garantindo a padronização do instrumento (APA, 2020; Cóser & Miguel, 2022). Além disso, em caso de a avaliação ser feita com pessoas que não possuem os recursos tecnológicos necessários, a aplicação remota seria inviável, o que não ocorreria com a informatizada, visto que o psicólogo poderia fornecer o material (Cóser & Miguel, 2022).

Um desafio ao uso de TIDCs é o fato de que alguns públicos podem ter poucas habilidades com essas ferramentas, havendo o risco de que não saibam utilizar as tecnologias de forma adequada. Dessa maneira, na administração informatizada, embora sejam utilizadas tecnologias, o avaliador estaria disponível presencialmente para sanar dúvidas e auxiliar no manejo do instrumento e do equipamento, de modo a minimizar as interferências diretas nos resultados decorrentes do uso incorreto das TIDCs (Cóser & Miguel, 2022).

No caso do TPC-i, faz-se necessário investir em estudos que assegurem as suas qualidades psicométricas, para que possam ser utilizados profissionalmente. Para ser utilizado com diferentes públicos, como é o caso das pessoas em situação de vulnerabilidade social, é preciso que se tenham estudos que assegurem as evidências de validade para uso no contexto em que vive a pessoa a ser avaliada (CFP, 2020). Quando não se considera as especificidades de um avaliando em situação de vulnerabilidade, os profissionais estão reproduzindo uma

prática que não condiz com a ética do psicólogo, e que mina o direito que a pessoa possui de ser bem avaliada (Bicalho & Vieira, 2018). Considerando-se a relevância do uso de métodos projetivos em variados contextos, a importância de testes psicológicos com evidências de validade para uso com crianças e as facilidades que a versão informatizada do TPC propõe, faz-se necessária a realização de estudos de evidências de validade da versão informatizada do TPC para crianças, conforme explicitado nos objetivos a seguir.

Objetivos

Geral:

- Buscar evidências de validade da versão informatizada do teste das Pirâmides Coloridas de Pfister para uso com crianças.

Específicos:

1. Buscar evidências de validade convergente entre os indicadores afetivos da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister com os traços de personalidade avaliados pela Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC);
2. Buscar evidências de validade concorrente para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, tendo como critério a faixa etária;
3. Buscar evidências de validade concorrente por meio da comparação entre crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado;
4. Buscar evidências de validade concorrente a partir da associação entre variáveis referentes à situação de abuso sexual e indicadores afetivos da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister;
5. Buscar evidências de validade preditiva para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister.

Método

Delineamento e hipóteses

Este estudo configura-se como quantitativo, com delineamento transversal, alcance correlacional, e ênfase psicométrica. Caso fossem elaboradas hipóteses considerando a lógica clínica dos métodos projetivos apontada por Anderson e Anderson (1967), não seria possível isolar variáveis do teste, de modo que seria necessário considerar todas elas em uma hipótese só. Todavia, pode ser que algumas das variáveis fizessem sentido após as análises de dados, mas poderia ser que outras variáveis da mesma hipótese não fizessem sentido. Assim, não seria possível confirmar, nem refutar as hipóteses elaboradas. Por essa razão, primeiramente, a maioria das hipóteses foi construída considerando a relação entre um indicador do TPC-i e outra variável. A exceção deu-se nas hipóteses que se propõem testar modelos, porque, embora envolvessem mais de uma variável do TPC-i, estas estavam postas dentro de um modelo a ser testado, de modo que o que estava passível de confirmação ou refutação era o modelo em si. Nesse sentido, foram elaboradas algumas hipóteses de pesquisa para cada objetivo específico.

Para buscar evidências de validade convergente entre os indicadores afetivos da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister com os traços de personalidade avaliados pela Escala de Traços de Personalidade para Crianças (Objetivo específico 1), considerou-se que o fator extroversão se correlacionaria positivamente com indicadores de excitabilidade emocional e impulsividade do TPC-i, a saber, Vm2, cores verde e amarela, e síndrome de estímulo. Como TPC-i e ETPC são baseados em diferentes definições de personalidade, sendo um projetivo e o outro um teste de autorrelato, todas as hipóteses tangentes às correlações considerarão que os coeficientes de correlação sejam considerados baixos, conforme já dito em estudos anteriores de evidências de validade

convergente entre um teste projetivo e um de autorrelato (Mihura et al., 2013). Nesse sentido, elaboraram-se as seguintes hipóteses.

- **Hipótese 1:** O fator extroversão da ETPC correlaciona-se positivamente com o tom Vm2.
- **Hipótese 2:** O fator extroversão da ETPC correlaciona-se positivamente com a cor verde.
- **Hipótese 3:** O fator extroversão da ETPC correlaciona-se positivamente com a cor amarela.
- **Hipótese 4:** O fator extroversão da ETPC correlaciona-se positivamente com a síndrome de estímulo.

Também foi considerado que o fator neuroticismo da ETPC poderia estar positivamente correlacionado com variáveis de instabilidade emocional do TPC-i. Estas consistem nas cores violeta, vermelha, branca, e cinza. Nesse sentido, elaboraram-se as seguintes hipóteses.

- **Hipótese 5:** O fator neuroticismo da ETPC correlaciona-se positivamente com a cor violeta.
- **Hipótese 6:** O fator neuroticismo da ETPC correlaciona-se positivamente com a cor vermelha.
- **Hipótese 7:** O fator neuroticismo da ETPC correlaciona-se positivamente com a cor branca.
- **Hipótese 8:** O fator neuroticismo da ETPC correlaciona-se positivamente com a cor cinza.

Para buscar evidências de validade concorrente para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, tendo como critério a faixa etária (Objetivo específico 2),

considerou-se o estudo de Cardoso et al. (2018), e o fato de que crianças com menos idade possuem um desenvolvimento intelectual menos sofisticado do que as com maior idade. Com isso, elaborou-se a seguinte hipótese:

- **Hipótese 9:** Crianças com idades entre 6 e 8 anos possuem maior incidência da variável tapete puro em seus protocolos.

No que se refere ao objetivo de buscar evidências de validade concorrente por meio da comparação entre crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado (Objetivo específico 3), partiu-se do pressuposto que crianças com histórico de abuso sexual tendem a ser mais retraídas (Khalily & Hallahan, 2011) e a utilizar mecanismos de repressão (Scortegagna & Villemor-Amaral, 2012). Assim, é possível que seus protocolos de TPC-i tenham maior incidência de indicadores tangentes ao retraimento e à repressão emocional, como o azul, sobretudo se explicado por tons Az3 e Az4, preto, cinza e síndrome incolor.

- **Hipótese 10:** Crianças que possuem histórico de abuso relatado possuem maior incidência do tom Az3.
- **Hipótese 11:** Crianças que possuem histórico de abuso relatado possuem maior incidência do tom Az4.
- **Hipótese 12:** Crianças que possuem histórico de abuso relatado possuem maior incidência da cor preta.
- **Hipótese 13:** Crianças que possuem histórico de abuso relatado possuem maior incidência da cor cinza.
- **Hipótese 14:** Crianças que possuem histórico de abuso relatado possuem maior incidência de síndrome incolor.

Para buscar evidências de validade concorrente a partir da associação entre variáveis referentes à situação de abuso sexual e indicadores afetivos da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (Objetivo específico 4), foram consideradas as variáveis

de abuso sexual intrafamiliar e da vivência de outras violências paralelas ao abuso sexual. A escolha dessas variáveis deve-se ao fato de que as consequências do abuso sexual são piores quando o agressor é um membro da família, tendo em vista o esforço que o psiquismo faz para elaborar a ideia de o agressor ter sido alguém próximo, além do fato de que o tempo de duração do abuso, nesses casos, tende a ser maior (Cruz et al., 2021; Scortegagna & Villemor-Amaral, 2012). Além disso, crianças que sofreram outros tipos de violência para além do abuso sexual também tendem a ter consequências mais graves em seu desenvolvimento (Rovinski & Pelisoli, 2020). Do TPC-i, foram considerados os indicadores de retraimento e repressão emocional. Assim, elaboraram-se as seguintes hipóteses.

- **Hipótese 15:** Existe relação entre o abuso sexual intrafamiliar e o tom Az3.
- **Hipótese 16:** Existe relação entre o abuso sexual intrafamiliar e o tom Az4.
- **Hipótese 17:** Existe relação entre o abuso sexual intrafamiliar e a cor preta.
- **Hipótese 18:** Existe relação entre o abuso sexual intrafamiliar e a cor cinza.
- **Hipótese 19:** Existe relação entre o abuso sexual intrafamiliar e a síndrome incolor.
- **Hipótese 20:** Existe relação entre a vivência de outras violências paralelas à situação de abuso e a cor preta.
- **Hipótese 21:** Existe relação entre a vivência de outras violências paralelas à situação de abuso e a cor cinza.
- **Hipótese 22:** Existe relação entre a vivência de outras violências paralelas à situação de abuso e a síndrome incolor.

Por fim, para buscar evidências de validade preditiva para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (Objetivo específico 5), considerando-se o desfecho de presença ou ausência de histórico de abuso sexual relatado, foram consideradas as

variáveis indicativas de retraimento e repressão emocional no TPC-i. Nesse sentido, foi elaborada a seguinte hipótese.

- **Hipótese 23:** Os indicadores de retraimento e repressão emocional do TPC-i (que consistem nos tons Az3 e Az4, nas cores preta, cinza e na síndrome incolor) predirão o histórico de abuso sexual relatado.

Participantes

A amostra foi composta por 91 crianças com idades entre 6 e 10 anos ($M = 8,52$; $DP = 1,36$), entre meninos ($n = 19$) e meninas ($n = 72$) estudantes de escolas públicas ($n = 28$) e privadas ($n = 63$) de Fortaleza. Os participantes foram selecionados por meio de amostragem não aleatória (por conveniência), e divididos em dois grupos, a saber, crianças com ($n = 37$) e sem histórico de abuso sexual relatado ($n = 54$).

No primeiro grupo, foram incluídas apenas crianças com histórico de abuso sexual relatado, que eram atendidas no Programa Rede Aquarela da prefeitura de Fortaleza-Ceará, e que tinham idades entre 6 e 10 anos. Foram excluídos dois casos em que as crianças não conseguiram se engajar na atividade proposta, pois não conseguiam permanecer sentados e se concentrarem para realizar o TPC-i.

Quanto ao segundo grupo, foi adotado como critério de inclusão o fato de não possuir histórico de abuso sexual relatado, o de frequentar regularmente escolas de Fortaleza-Ceará, o de ter idades entre 6 e 10 anos, e o de o responsável ter assinalado no TCLE a opção negativa no que tange à vivência de abuso sexual. Foi excluído um caso que não tinham nacionalidade brasileira e um que tinha histórico de reprovação escolar. Também foram excluídos dois casos que, no momento da pesquisa disseram ter idades fora do intervalo delimitado. Como já estava no momento da aplicação dos instrumentos, essas crianças continuaram a participar da pesquisa, mas seus dados não foram considerados nos estudos. A descrição detalhada da

amostra em função dos dois grupos poderá ser visualizada na Tabela 1, alocada na sessão de Resultados e discussão.

O estudo referente ao objetivo específico 1 foi realizado com a amostra completa (n = 91). Para a realização do estudo tangente aos objetivos específicos 3 e 5, foi necessário parear os grupos no que se referia à idade e ao sexo. O pareamento por tipo de escola não foi necessário, pois esta não costuma ser uma variável que influencia nos resultados do TPC. Devido ao pareamento, a amostra utilizada nesses estudos continha 74 crianças, sendo 37 com histórico de abuso sexual relatado e 37 sem esse histórico relatado. Essa mesma amostra também foi utilizada no objetivo específico 2, como uma forma de deixar os grupos de faixas etárias com quantidades semelhantes de pessoas. No estudo referente ao objetivo específico 4, participaram somente as 37 crianças com histórico de abuso sexual relatado, em decorrência do preconizado nesse objetivo. Apesar das divisões necessárias, em toda a amostra foram aplicados os mesmos instrumentos.

Instrumentos

Questionário sociodemográfico

Este instrumento (Apêndice A) foi elaborado pela pesquisadora tanto para viabilizar uma descrição detalhada da amostra, quanto para facilitar a identificação de algumas variáveis que precisariam ser controladas durante a pesquisa. O questionário foi dividido em duas partes, sendo a primeira composta pelo código de identificação do participante e por variáveis sociodemográficas que permitiam caracterizar a amostra, a saber, sexo, data de nascimento, série escolar atual, tipo de escola e cidade onde mora. O preenchimento dessas informações foi ser realizado tanto mediante pesquisa em prontuário, no grupo de crianças com histórico de abuso sexual relatado, quanto pela fala da criança, quando se coletou informações do grupo sem histórico de abuso sexual relatado. A segunda parte do questionário foi composta por perguntas referentes à situação de abuso, como é o caso da

idade que criança tinha quando começou a sofrer abuso, do contexto de ocorrência do abuso, da quantidade de agressores, da diferença de idade entre vítima e perpetrador, do tempo de duração do abuso, da vivência de outros tipos de violência paralelos ao abuso, do tipo de interação sexual entre perpetrador e vítima, de quem foi o (a) denunciante, de quem acompanha a criança no serviço. Todas essas informações referentes ao abuso foram coletadas por meio de consulta em prontuário.

Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister – versão informatizada (TPC-i)

O TPC avalia aspectos da dinâmica afetiva e do funcionamento cognitivo dos respondentes (Villemor-Amaral, 2012). Esta pesquisa foi realizada com o TPC-i, o qual foi administrado presencialmente e mediado por *notebook*. Nessa versão do TPC, a avaliadora preenchia os dados pessoais do examinando para, em seguida, ir para a tela seguinte. A próxima página era uma tela de treinamento, em que o participante poderia se familiarizar com a atividade, mas nada do que era feito nessa tela era computado para a codificação. Era nesse momento que a pesquisadora perguntava para a criança algumas das cores dos quadrículos que ela selecionava. Desse modo, além de o participante entender como funcionava a seleção e a inserção dos quadrículos no esquema de pirâmide, a psicóloga poderia saber se aquela criança tinha alguma dificuldade de identificar cores. Depois que o participante entendia como funcionava, era possível passar para a próxima tela, onde apareciam escritas as instruções padronizadas que eram verbalizadas pela psicóloga na versão não informatizada. Como se tratava de uma amostra de crianças, a psicóloga lia as informações e clicava no botão avançar para que a criança recebesse novas instruções. Em seguida, era iniciada a tarefa de arrastar quadrículos coloridos para preencher um esquema de pirâmide que aparecia na tela. A criança preenchia ao todo três esquemas de pirâmide.

Ao finalizar o preenchimento, a criança respondia as perguntas sobre as pirâmides que construiu, tais como qual achou mais ou menos bonita e sua justificativa para a escolha, bem

como, qual sua cor preferida, qual cor menos gosta e qual cor, no teste, achou mais ou menos bonita. Após isso, tinha uma tela solicitando o envio das respostas do examinando e agradecendo a sua participação. Seja na versão não informatizada ou na informatizada, para a interpretação, considerava-se o comportamento do examinando durante a execução da tarefa (processo de execução), a sequência em que dispunha os quadriculos coloridos sobre o esquema de pirâmide (modo de colocação), a composição final da pirâmide (aspecto formal) e a frequência e a combinação das cores usadas (cor, síndromes cromáticas). A administração do teste durava em torno de 15 a 20 minutos.

Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC)

A Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC) é um instrumento de avaliação de traços de personalidade de crianças com idades entre 5 e 10 anos, sem histórico de transtornos psiquiátricos, por meio do seu autorrelato. A ETPC baseia-se na teoria hierárquica da personalidade de Eysenck (Sisto, 2019). O instrumento possui 30 itens no formato de perguntas que demandam respostas do tipo “sim” ou “não”. A pontuação das respostas da criança dependerá do que for previsto para o item dentro de um determinado fator. Assim, uma resposta “sim” ou “não” para um item pode significar um aumento na incidência de um determinado fator. O conjunto de itens é dividido entre quatro fatores de personalidade, sendo que sete deles compõem o fator neuroticismo, 10 o de extroversão, 11 o de psicoticismo e seis o de sociabilidade. O tempo de aplicação da escala é de 10 minutos, sendo possível que o avaliador faça a leitura dos itens para a criança (Sisto, 2019).

Crianças com pontuações a partir do terceiro quartil em extroversão podem ser descritas como sociáveis, impulsivas e agressivas. Já as pontuações baixas nesse fator são indícios de solidão e timidez. Pontuações altas em neuroticismo fornecem indícios de ansiedade, depressão e baixa autoestima, enquanto as baixas indiciam pouca impulsividade e maior facilidade de recuperar o autocontrole. Psicoticismo elevado pode denotar hostilidade e

pouca preocupação com os demais. Quando baixo, remete a pessoas afetivas e preocupadas com os outros. Por fim, alta sociabilidade pode ser indício de adequação às normas sociais, já os baixos escores indicam propensão a condutas antissociais (Santos & Noronha, 2006).

No que tange às suas qualidades psicométricas, os estudos de precisão tiveram bons resultados. Quanto à consistência interna, o fator psicoticismo teve um alfa de 0,91, enquanto os de extroversão e sociabilidade tiveram 0,88, e neuroticismo teve um alfa de 0,80. O estudo de precisão pelas metades de *Spearman-Brown* também evidenciou bons índices, a saber, 0,92 para psicoticismo, 0,87 para extroversão, 0,81 para sociabilidade e 0,79 para neuroticismo. Os coeficientes de correlação de Pearson no estudo de precisão teste-reteste também foram altos, sendo 0,92 para psicoticismo, 0,90 para sociabilidade, 0,84 para neuroticismo e 0,80 para extroversão (Sisto, 2004).

No que se refere aos estudos de evidências de validade, Pacheco e Sisto (2003) buscaram investigar a relação entre traços de personalidade e aprendizagem por conflito sócio cognitivo, utilizando uma amostra de 120 crianças, entre 5 e 7 anos. Verificou-se que os traços psicoticismo e sociabilidade explicaram o desempenho das crianças no tangente à aprendizagem no pós-teste. Utilizando uma amostra de 344 crianças, de ambos os sexos, com idades entre 6 e 12 anos, Sisto et al. (2003) buscaram relações entre traços de personalidade avaliados pela ETPC e percepção visomotora avaliada pelo teste gestáltico de Bender. Verificaram-se correlações positivas e significativas entre neuroticismo e medidas de integração, e psicoticismo com medidas de distorção e uma medida de integração. Ademais, itens referentes à distorção no Bender discriminaram grupos extremos nos traços de psicoticismo e neuroticismo.

Fernandes et al. (2005) buscaram verificar relações entre traços de personalidade e autoconceito. Para tanto, a ETPC e a Escala Infanto-Juvenil de Autoconceito foram aplicadas em 389 crianças, entre 8 a 10 anos, de ambos os sexos. Verificaram que crianças do sexo

masculino tiveram maiores médias de neuroticismo e sociabilidade, enquanto as meninas apresentaram maior incidência de psicoticismo. Nas análises de correlação entre autoconceito e traços de personalidade em grupos separados por sexo, observou-se que, no grupo de meninos, o autoconceito pessoal correlacionou-se positivamente com os traços neuroticismo e psicoticismo, e negativamente com sociabilidade. Ainda nesse grupo, encontraram-se correlações positivas entre autoconceito escolar e extroversão, bem como entre autoconceito familiar e extroversão, autoconceito familiar e sociabilidade, autoconceito social com neuroticismo e psicoticismo. Verificaram-se correlações negativas entre autoconceito social e extroversão, e autoconceito familiar e psicoticismo. No grupo de meninas, verificaram-se correlações positivas entre autoconceito pessoal e neuroticismo, autoconceito familiar e sociabilidade, autoconceito social e psicoticismo. As correlações negativas foram compostas por autoconceito familiar e neuroticismo, e autoconceito social e extroversão.

Investigou-se também em que medida grupos extremos no que se referem ao autoconceito diferenciaram-se em relação aos traços de personalidade. Os grupos extremos de autoconceito pessoal para os sexos masculino e feminino diferenciaram-se no que tange ao neuroticismo e psicoticismo. Quanto aos grupos de autoconceito familiar, os meninos diferenciaram-se no que se refere aos traços de psicoticismo, extroversão e sociabilidade. Já as meninas diferenciaram-se no que tange ao psicoticismo, neuroticismo e sociabilidade. No que se refere ao autoconceito social, verificaram-se diferenças nos grupos de ambos os sexos.

Sisto e Rueda (2008) investigaram relações entre autocontrole e traços de personalidade, utilizando uma amostra de 606 crianças de ambos os sexos, com idades entre 8 e 10 anos. Tanto no grupo de meninas, quanto no de meninos, verificaram-se correlações entre autocontrole e os traços de extroversão e de sociabilidade. Já os traços de neuroticismo e psicoticismo correlacionaram-se positivamente com autocontrole, tanto em crianças do sexo masculino, quanto nas do feminino. Grupos extremos formados em função dos traços de

personalidade também se diferenciaram significativamente no que concerne ao autocontrole. Cabe salientar que as normas da ETPC foram atualizadas e aprovadas no Satepsi em meados de 2019, e são estas que foram utilizadas na presente dissertação.

Procedimentos

Procedimentos éticos e de coleta de dados

Para ter acesso ao grupo de crianças vítimas de abuso sexual, foi feito contato prévio com a Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci), órgão da prefeitura de Fortaleza responsável por autorizar o acesso ao Programa Rede Aquarela, o qual realiza atendimentos especializados a crianças vítimas de abuso sexual e que presta apoio às suas famílias. Para formalizar a autorização para realizar a pesquisa, foi necessário apresentar o projeto de pesquisa, o Termo de Autorização (Apêndice B), conforme modelo recomendado pela Funci, e a Declaração de fiel depositário para pesquisa em prontuário (Apêndice C). Após a autorização da Funci mediante a assinatura do Termo de Autorização e da Declaração de fiel depositário, foi realizado o contato diretamente com a Rede Aquarela para a apresentação do projeto. No início do contato com a Rede Aquarela, foram apresentadas as condições para a realização desta pesquisa em suas dependências, como ter disponível uma sala reservada com uma mesa e duas cadeiras.

Já o acesso ao grupo de crianças sem histórico de abuso sexual relatado foi realizado por meio do contato com duas escolas de Fortaleza, para as quais foram apresentados o projeto de pesquisa e abordadas as mesmas condições já mencionadas para a realização das administrações dos instrumentos em suas dependências. Ciente de tudo, cada uma assinou um Termo de Autorização Institucional à Realização de Projeto de Pesquisa (Apêndice D). Após ter todos os termos de autorização assinados pelas instituições, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da Universidade Federal do Ceará (UFC) com protocolo CAAE 65447622.9.0000.5054, sob parecer nº

5.851.516 (Apêndice E). Ressalta-se que foram assegurados os cuidados éticos preconizados pelas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 07 de abril de 2016, as quais dispõem de orientações e cuidados referentes às pesquisas com seres humanos, exigindo respeito e pleno exercício dos direitos dos participantes (CNS, 2016).

Após a aprovação do CEP, foi retomado o contato com as instituições. No caso da Rede Aquarela, foram combinadas estratégias de acesso aos prontuários e de divulgação da pesquisa aos responsáveis pelas crianças, levando em consideração a logística de funcionamento da instituição. Nessa divulgação, foram informados os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, assegurando-se o caráter confidencial dos dados. A participação da criança ocorreu mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice F) por parte do responsável. Após a autorização, a criança foi convidada a acompanhar a pesquisadora responsável até a sala disponibilizada pela Rede Aquarela para a coleta de dados. Em seguida, ela foi convidada a participar da pesquisa, e, após concordar, assinou um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice G).

Quanto à parte da pesquisa realizada em escola, foi adotado um procedimento semelhante no que tange aos documentos assinados, com exceção da pesquisa em prontuário. Inicialmente, a pesquisa foi divulgada em sala de aula, utilizando linguagem acessível ao público-alvo. Em seguida, foram entregues os TCLE para que as crianças pedissem para os responsáveis assiná-lo. Após essa etapa, em momento oportuno para a escola e para os pesquisadores, as crianças cujos pais assinaram o TCLE, e assinalaram a opção “Informo que a criança NÃO tem histórico de abuso sexual” foram convidadas a participarem, mediante a assinatura do TALE.

A coleta com cada participante foi realizada em um único encontro individual e presencial com duração entre 30 e 40 minutos. A administração dos instrumentos ocorreu na

seguinte ordem: Questionário Sociodemográfico, TPC-i e a ETPC. Para o preenchimento das questões referentes à situação de abuso presentes no Questionário Sociodemográfico das crianças vítimas de abuso sexual, foi solicitado o acesso aos seus prontuários para coleta dos dados necessários, o qual era realizado após a administração dos testes com a criança. Com exceção do teste de Pfister, cujas respostas foram mediadas por TIDCs, os demais instrumentos foram administrados de modo não informatizado, inclusive as assinaturas do TCLE e do TALE. Ademais, todos os itens e instruções foram lidos para a criança. Ainda durante o processo de coleta, os dados foram preenchidos em um banco construído no Microsoft Excel 2010, para serem exportados para o *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS), versão 21.

Concluída a coleta de dados, as codificações e o processo de análise de dados, a pesquisadora responsável agendará com a Funci e/ou com a Rede Aquarela um encontro de devolutiva, no qual serão apresentados aspectos referentes à dinâmica emocional do grupo de crianças acompanhado pela instituição. No que tange à escola, para além da apresentação dos aspectos referentes à dinâmica emocional do grupo de crianças da instituição, será disponibilizada uma lista de locais que ofertam serviços de Psicologia gratuitos ou de baixo custo na cidade de Fortaleza.

Destaca-se que pesquisas dessa natureza costumam engajar os participantes por terem conteúdo lúdico, sobretudo pelo preenchimento das pirâmides, e não costumam apresentar agravamento de demandas emocionais nos respondentes. Apesar disso, tendem a possuir como riscos, geralmente, o cansaço ou dificuldade na compreensão das instruções. Nesse sentido, buscou-se minimizar os riscos para os participantes, porém, caso algum deles se sentisse incomodado e quisesse desistir, poderia fazê-lo sem nenhuma penalidade. Ademais, a pesquisadora responsável também estava disponível para orientar os participantes e as instituições, bem como para prestar maiores informações, quando solicitadas. Por fim, faz-se

necessário mencionar que tudo foi combinado para que os responsáveis pelos participantes não tivessem nenhum custo e/ou remuneração pela participação da criança na pesquisa.

Procedimentos de análise de dados

Primeiramente, a amostra foi organizada em dois grupos, sendo um composto por crianças com histórico de abuso sexual relatado e outro pelas que não possuem histórico de abuso sexual relatado. Em seguida, foi feita a estatística descritiva da amostra para identificar dados como idade, sexo, raça/etnia, tipo de escola, série escolar e cidade onde moravam.

Em seguida, realizaram-se análises de frequência para descrever a amostra em função dos grupos de crianças com ($n = 37$) e sem histórico de abuso sexual relatado ($n = 54$). Nesse sentido, foram descritos dados sobre idade, sexo, tipo de escola, série escolar, cidade onde moravam e *status* de custódia. Também por meio desta análise, foram descritos dados referentes à situação de abuso e que foram possíveis de serem coletados nos prontuários, a saber, vínculo com o agressor, quantidade de agressores, recorrência do abuso, tipo de interação sexual, para quem a criança revelou, quem acompanha a criança no serviço, e submissão a outros tipos de violência para além do abuso sexual.

Depois, foi calculado o coeficiente Kappa de Cohen para verificar a confiabilidade do banco de dados do TPC-i. Essa análise foi necessária para controlar o viés de avaliador, haja vista que as variáveis de aspecto formal, de sinais especiais e de modo de colocação dependem da classificação atribuída pelo avaliador. Então, foram sorteados 25% dos protocolos do TPC-i de crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado (respectivamente, $n = 9$ e $n = 14$) para serem codificados às cegas por uma segunda juíza com experiência em trabalhar com o TPC. Na variável Modo de Colocação das pirâmides II e III, o Kappa foi inferior a 0,60 (Landis & Koch, 1977). Por essa razão, as juízas precisaram se reunir para identificar pontos de discordância. Como elas continuaram a discordar, foi necessário conversar com uma terceira juíza, que se trata de uma professora com ampla

experiência com o TPC. Após conversarem, acatou-se a codificação da segunda juíza, de modo que a primeira juíza precisou recodificar todos os 91 protocolos no que se refere à variável Modo de Colocação das três pirâmides.

Após a verificação da concordância entre avaliadores, realizaram-se as análises estatísticas previstas para os cinco objetivos específicos desta dissertação. Para atender ao objetivo específico 1, o qual consiste em buscar evidências de validade convergente entre os indicadores afetivos e da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister com os traços de personalidade avaliados pela Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC), foram realizadas, primeiramente, análises de correlação de *Spearman* entre as variáveis ordinais e intervalares do TPC-i e os traços de personalidade avaliados pela ETPC.

Para atender ao objetivo específico 2, que é buscar evidências de validade concorrente para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, tendo como critério a faixa etária, foi necessário realizar os testes de normalidade *Shapiro-Wilk* e *Kolmogorov-Smirnov* com correção de *Lilliefors* para as variáveis quantitativas do TPC-i, quais sejam frequência cromática e síndromes cromáticas. Como os dados foram significativos ($p < 0,05$), realizou-se o teste *U* de Mann-Whitney para comparar os grupos de crianças com idades entre 6 e 8 anos ($n = 34$) e 9 a 11 anos ($n = 40$). As demais variáveis utilizadas foram consideradas em um nível de medida ordinal, por isso, realizou-se o mesmo teste para comparar os grupos. O tamanho do efeito foi calculado por meio da fórmula $r = Z / \sqrt{n}$ (Field, 2009), sendo que valores abaixo de 0,30 são considerados pequenos, entre 0,30 e 0,49 são moderados, e a partir de 0,50 são grandes (Cohen, 1992).

Para atender o objetivo específico 3, que consiste em buscar evidências de validade concorrente por meio da comparação entre crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado, foram realizadas estatísticas descritivas (medidas de tendência central e dispersão)

das variáveis de frequência de cores e de síndromes cromáticas, em função dos grupos com e sem histórico de abuso sexual relatado. Para tanto, foi necessário parear a amostra no que se refere à idade e ao sexo, restando, então, 74 crianças, sendo 37 em cada grupo. Em seguida, foi realizado os testes de normalidade *Shapiro-Wilk* e *Kolmogorov-Smirnov* com correção de *Lilliefors* para as variáveis de frequência cromática e síndromes cromáticas. Devido os dados terem sido significativos ($p < 0,05$), realizou-se o teste *U* de Mann-Whitney para comparar grupos de crianças que possuem e que não possuem histórico de abuso sexual relatado. Calculou-se o tamanho do efeito por meio da fórmula $r = Z / \sqrt{n}$ (Field, 2009), sendo que valores abaixo de 0,30 são considerados pequenos, entre 0,30 e 0,49 são moderados, e a partir de 0,50 são grandes (Cohen, 1992). No que tange às demais variáveis, foi calculado o Teste Exato de Fisher para verificar a associação entre elas e o histórico de violência.

Para atender ao objetivo específico 4, que consiste em buscar evidências de validade concorrente a partir da associação entre variáveis referentes à situação de abuso sexual e indicadores afetivos da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, realizaram-se análises de correlação ponto-bisserial entre as variáveis referentes à situação de abuso e as variáveis de cores, síndromes, soma de aspecto formal e soma dos modos de colocação. Essa análise de correlação consiste em uma adaptação da correlação de *Pearson*, na qual uma das variáveis é dicotômica. Nesse caso, as variáveis dicotômicas se referiam ao abuso. Para a variável de vivência de outras violências, adotou-se os seguintes códigos: 1 – Sim/ 2 – Não. Já para a variável de vínculo com o agressor, adotou-se o código 1 para intrafamiliar e 2 para extrafamiliar. Ademais, foi realizado o teste Qui-Quadrado para verificar a associação entre as categorias das mesmas variáveis supracitadas referentes à situação de abuso e as dos indicadores de processo de execução e fórmula cromática.

Por fim, para atender ao objetivo específico 5, que é buscar evidências de validade preditiva para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, foram

realizadas análises de regressão logística binária (método *enter*), adotando-se procedimentos de *Bootstrapping* para corrigir possíveis desvios de normalidade dos dados. Por meio da regressão logística, investigou-se em que medida o histórico de abuso sexual relatado (sim ou não) poderia ser adequadamente previsto pelas variáveis do TPC-i que poderiam indicar retraimento e repressão emocional, a saber, tons Az3 e Az4, cores preta e cinza, e síndrome incolor. Depois disso, realizou-se novamente esta análise para investigar em que medida o histórico de abuso sexual relatado poderia ser previsto pelas variáveis do TPC-i que foram significativas na comparação de grupos de crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado. Para finalizar, esta análise foi realizada para testar em que medida as variáveis da situação de abuso, a saber, vínculo com o agressor e vivência de outras violências para além da situação de abuso poderiam ser preditas por variáveis do TPC-i que tiveram coeficientes de correlação estatisticamente significativos com variáveis da situação de abuso. Com exceção do $r = Z / \sqrt{N}$, que foi calculado no Microsoft Excel 2010, todas as demais análises foram realizadas no IBM SPSS versão 21.

Resultados e discussão

Após a organização do banco de dados, realizou-se uma descrição detalhada da amostra em função dos grupos de crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado. Na Tabela 1, é possível visualizar a descrição da amostra total ($n = 91$).

Tabela 1

Caracterização da amostra total em função dos grupos com e sem histórico de abuso sexual relatado

| Característica | Níveis | Com histórico (n = 37) | | Sem histórico (n = 54) | | Total | |
|----------------|-----------|---------------------------|------|---------------------------|------|-------|------|
| | | f | % | f | % | f | % |
| Sexo | Feminino | 32 | 35,2 | 40 | 44 | 72 | 79,1 |
| | Masculino | 5 | 5,5 | 14 | 15,4 | 19 | 20,9 |
| Idade | 6 anos | 5 | 5,5 | 5 | 5,5 | 10 | 11 |

| Característica | Níveis | Com histórico (n = 37) | | Sem histórico (n = 54) | | Total | |
|------------------|----------------------|---------------------------|------|---------------------------|------|-------|------|
| | | f | % | f | % | f | % |
| | 7 anos | 7 | 7,7 | 7 | 7,7 | 14 | 15,4 |
| | 8 anos | 5 | 5,5 | 8 | 8,8 | 13 | 14,3 |
| | 9 anos | 9 | 9,9 | 18 | 19,8 | 27 | 29,7 |
| | 10 anos | 11 | 12,1 | 16 | 17,6 | 27 | 29,7 |
| Raça/etnia | Branca | 12 | 13,2 | 27 | 29,7 | 39 | 42,9 |
| | Parda | 21 | 23,1 | 24 | 26,4 | 45 | 49,5 |
| | Preta | 4 | 4,4 | 3 | 3,3 | 7 | 7,7 |
| Região onde mora | Fortaleza | 34 | 37,4 | 50 | 54,9 | 84 | 92,3 |
| | Região metropolitana | 3 | 3,3 | 4 | 4,4 | 7 | 7,7 |
| Tipo de escola | Particular | 10 | 11 | 53 | 58,2 | 63 | 69,2 |
| | Pública | 27 | 29,7 | 1 | 1,1 | 28 | 30,8 |
| Série escolar | Infantil V | 1 | 1,1 | 3 | 3,3 | 4 | 4,4 |
| | 1º ano | 3 | 3,3 | 2 | 2,2 | 5 | 5,5 |
| | 2º ano | 7 | 7,7 | 8 | 8,8 | 15 | 16,5 |
| | 3º ano | 7 | 7,7 | 8 | 8,8 | 15 | 16,5 |
| | 4º ano | 9 | 9,9 | 18 | 19,8 | 27 | 29,7 |
| | 5º ano | 8 | 8,8 | 15 | 16,5 | 23 | 25,3 |
| | 6º ano | 2 | 2,2 | 0 | 0 | 2 | 2,2 |

Fonte. Elaborada pela autora.

Considerando-se o pressuposto de que a vivência de abuso sexual pode gerar consequências emocionais no ciclo vital de crianças e que diversos estudos apontam fatores que influenciam nas consequências do abuso sexual na infância, considera-se pertinente discutir algumas variáveis referente as crianças com histórico de abuso sexual relatado. Desse modo, verificou-se que 86,5% desse grupo (n = 32) era composto por meninas. Embora esta tenha sido uma amostra por conveniência, esse dado condiz com as estatísticas nacionais, que apontam que a maioria dos casos notificados de abuso sexual são de vítimas do sexo feminino (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), as proporções da vitimização por sexo mantiveram-se ao longo dos anos, de modo que em 2022, 88,7% das vítimas eram do sexo feminino. No entanto,

esses são dados referentes apenas aos casos notificados. Por isso, não se pode afirmar que representam a quantidade de abusos que realmente ocorre.

O crime de abuso sexual é de difícil notificação não somente no Brasil, e é possível que muitos casos com vítimas do sexo masculino não sejam denunciados às autoridades (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; Rovinski & Pelisoli, 2020). Essa suposição faz sentido, sobretudo, devido à socialização diferencial entre meninos e meninas desde o nascimento. Os meninos tendem a ser mais estimulados a terem uma iniciação sexual desde cedo. Por essa razão, casos de abuso sexual não são, muitas vezes, compreendidos como uma forma de violência e sim como uma oportunidade de amadurecimento sexual e de satisfação das expectativas da sociedade frente ao que é considerado masculino (Rovinski & Pelisoli, 2020).

A preocupação em satisfazer essas expectativas reflete na tendência de meninos serem mais hesitantes em revelar suas vivências de abuso sexual quando o agressor é do sexo masculino. Essa relutância pode estar associada à vergonha e ao receio de que os ouvintes questionem o seu papel enquanto homem e a sua orientação sexual. Além disso, meninos podem ser menos propensos a buscarem ajuda devido à cultura de que homens devem ser detentores de força e não demonstrarem ter vulnerabilidades. A busca de ajuda poderia ser indício de fraqueza e feminilidade, o que é desvalorizado em uma cultura sexista (Baía et al., 2013). Desse modo, a atribuição do que é considerado feminino e masculino e a frequente punição social sofrida por pessoas que não se enquadram dentro desses padrões contribuem para que o abuso sexual contra meninos seja ainda mais invisibilizado, quando se compara às vítimas do sexo feminino. A presença majoritária de meninas já esperada, tendo em vista que todas as crianças da presente amostra consistiram em casos notificados.

No que tange às idades, mais da metade da amostra ($f = 53\%$) tinha entre 9 e 10 anos. Esse dado pode ter ocorrido pelo fato de a revelação do abuso tender a ocorrer mais

tardiamente, em decorrência da dificuldade que as crianças têm tanto para identificar, quanto para ter confiança de contar o que vivenciaram. É comum que a vítima tenha sentimentos de vergonha, autorresponsabilização pelo ocorrido, que conviva com estratégias de barganha, ameaças e outras violências praticadas por parte do agressor (Baía, 2013; Rovinski & Pelisoli, 2020). Dependendo do caso, quando o agressor é alguém com quem a criança tem vínculo, é possível que ele a manipule, dizendo que algo ruim pode acontecer com ele, caso a vítima exponha o que ele lhe fez (Schaefer, Brunnet, et al., 2018). Essas circunstâncias contribuem para que o relato da criança oscile entre a negação, que é uma situação em que a criança declara que não sofreu abuso, e a retratação, que é quando ela declara que vivenciou essa situação (Baía et al., 2013). Nesse sentido, a confirmação da situação de abuso fica mais difícil e mais demorada (Habigzang, Koller, et al., 2008). Quanto mais tempo demora a revelação e/ou a confirmação do abuso sexual, mais tempo a criança passa sem receber ajuda, e, com isso, a idade aumenta (Habigzang, Koller, et al., 2008).

Ademais, a maioria dos participantes da pesquisa residia na capital cearense ($f = 91,9\%$), que é a cidade sede da instituição, 73% estudava em instituições públicas de ensino e cursavam entre o infantil V e o 6º ano do ensino fundamental. Embora a vitimização por abuso sexual possa acontecer com pessoas de qualquer classe social (Pincolini et al., 2012; Risman et al., 2014), é possível que a instituição onde foi realizada a pesquisa, por ser pública e não cobrar pelos atendimentos prestados, atenda a uma maior quantidade de casos de crianças cujas famílias possuem nível socioeconômico baixo. Esta pode ser uma das razões para que grande parte da amostra estude escolas públicas, até porque os casos em que as famílias possuem condições financeiras mais abastadas tendem a ter mais acesso a acompanhamento psicológico particular, por exemplo. No entanto, é necessário interpretar esse dado com ressalvas, visto que não foi investigado nada sobre renda familiar, ou realizada nenhuma entrevista com o responsável para averiguar se as crianças possuem outros tipos de

acompanhamento psicológico e psiquiátrico para além dos atendimentos no Programa Rede Aquarela.

Embora não tenha sido o caso da maioria, observou-se que algumas crianças não estão cursando uma série condizente com a idade. A título de exemplo, algumas crianças com 6 anos estavam cursando o infantil V, e outras tinham 10 anos e cursavam o 6º ano. Nesse último caso, eram crianças que iriam completar 11 anos ainda no ano de realização da coleta de dados da pesquisa. Por essa razão, tinham sido matriculadas no 6º ano. No caso dos participantes que tinham 6 anos e estavam cursando o infantil V, e das demais que já deveriam estar na série seguinte, de fato, eram casos ou de reprovação escolar, ou de abandono escolar por um período de tempo. Algumas crianças precisaram mudar de cidade para se distanciar do agressor, e a família teve dificuldades de encontrar vaga em uma escola da nova cidade. Havia ainda casos de crianças que tinham deixado de ir à escola durante um ano porque tinham sido abusadas sexualmente naquele ambiente. Com isso, também tiveram dificuldade de encontrar vaga em outra escola, tendo em vista que já tinha começado o ano letivo. Essa não foi a realidade da maioria dos participantes da pesquisa, mas foram casos isolados que evidenciaram que a situação de violência contribuiu para que elas não estivessem em uma série condizente com a idade.

As informações sobre a situação dessas crianças na escola também estavam contidas no prontuário, assim como os dados sobre o *status* de custódia. A maioria delas (n = 30) morava com um ou ambos os pais biológicos. A guarda das demais estava distribuída da seguinte maneira: uma era institucionalizada, duas moravam com tia e avó, duas moravam somente com a tia, uma morava com a avó, e uma morava com a avó e o tio. Esses dados evidenciam que, embora a criança deva ser afastada do agressor (Brasil, 1990), mesmo que ele seja membro da família, a prioridade é que a guarda da criança esteja com algum familiar, para que ela mantenha os seus vínculos familiares.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando os genitores não estão aptos a receber a guarda, seja por ser o agressor, ou por residir com o agressor, ou por não ter interesse em ficar com a criança, a justiça prioriza que ela fique com alguém da família extensa, que esteja apto (a) a ficar com sua guarda. Em último caso, quando nenhum familiar pode ou tem a intenção de ficar com a criança, a autoridade judiciária decreta extinção do poder familiar e determina a colocação da criança sob a guarda provisória de quem está apto a adotá-la ou de uma entidade de acolhimento institucional (Brasil, 1990).

Apesar de a amostra ter somente uma criança institucionalizada, vale pontuar que na Rede Aquarela também eram atendidas uma quantidade considerável de crianças provenientes de instituições de acolhimento. No entanto, na maioria das vezes, não era possível realizar a pesquisa com elas, tendo em vista que elas tinham um horário certo para retornar à instituição, pois elas dependiam do meio de transporte disponibilizado pela prefeitura. Ademais, nem sempre os responsáveis pelas crianças na instituição queriam se responsabilizar por permitir a participação das crianças na pesquisa. Caso não tivesse havido essas questões burocráticas, talvez tivesse sido possível ter mais crianças institucionalizadas na amostra, e, conseqüentemente, mais participantes neste estudo.

Na pesquisa também foram coletados dados de variáveis referentes à situação em que ocorreu o abuso sexual. Todavia, como foi uma pesquisa em prontuário disponibilizado pela instituição, muitas informações não estavam disponíveis. Por isso, não foi possível coletar os dados de todas as variáveis em todos os participantes da pesquisa. A tabela 2 contém dados mais detalhados sobre essas variáveis, mas na maioria delas tem a categoria “Ausente”, que se refere à quantidade de pessoas em que não foi possível coletar o dado referente à variável a qual a categoria pertence. Na Tabela 2 é possível ter mais informações sobre o agressor e sobre a recorrência do abuso sexual.

Tabela 2

Dados dos agressores e da recorrência do abuso sexual

| Característica | Níveis | Com histórico | | Total disponível | | Casos ausentes | |
|--------------------------|-----------------------|---------------|------|------------------|------|----------------|------|
| | | <i>f</i> | % | <i>f</i> | % | <i>f</i> | % |
| Vínculo com agressor | Pai | 3 | 8,1 | 37 | 100 | 0 | 0 |
| | Mãe | 1 | 2,7 | | | | |
| | Padrasto | 7 | 18,9 | | | | |
| | Tio(a) | 4 | 10,8 | | | | |
| | Avô (a) | 2 | 5,4 | | | | |
| | Mãe e madrasta | 2 | 5,4 | | | | |
| | Mãe, irmão e outros | 1 | 2,7 | | | | |
| | Outro (extrafamiliar) | 17 | 45,9 | | | | |
| Quantidade de agressores | Um | 32 | 86,5 | 37 | 100 | 0 | 0 |
| | Dois | 4 | 10,8 | | | | |
| | Mais de dois | 1 | 2,7 | | | | |
| Recorrência | Sim | 26 | 70,3 | 32 | 86,5 | 5 | 13,5 |
| | Não | 6 | 16,2 | | | | |

Fonte. Elaborada pela autora

Observou-se que em mais da metade dos casos o agressor era um membro da família. Esse dado foi condizente com o anteriormente apontado em outros estudos (Schaefer et al., 2012). Nesses casos, é muito mais desafiador interromper o ciclo da violência, pois é comum que os demais familiares não acreditem no discurso da criança, ou não queiram denunciar o agressor, seja para protegê-lo, seja para evitar um conflito familiar. Ademais, por ser, geralmente, alguém com quem a criança tem vínculo, é possível que ela não relate o que vivencia, sinta-se ainda mais culpada e responsável pelo abuso. Além de que fica mais fácil para que o agressor a ameace e use sua autoridade para coagir a criança a não revelar nada. Nesse sentido, quando não há denúncia, a criança continua exposta ao agressor e, conseqüentemente, a novos episódios de abuso sexual e/ou de outras violências (Cruz et al., 2021; Rovinski & Pelisoli, 2020).

Por meio desse dado, é possível compreender o porquê de muitas crianças da amostra terem histórico de vitimização de outras violências para além do abuso sexual. Trata-se de

um dado que foi possível de ser acessado somente em 31 crianças, mas que é importante de ser reportado, pois a vivência de outras violências tende a agravar as consequências negativas no desenvolvimento da criança. Verificou-se que 48,4%, das 31 crianças, vivenciaram outras violências, a saber, somente física (n= 4), somente ameaças (n = 6), física e ameaças (n = 3), negligência e exploração sexual (n = 1). Nos prontuários dos demais participantes não havia nada sobre a vivência de outras violências.

Os tipos de interação sexual são variados. Em muitos casos foi identificado mais de uma forma de interação, que não necessariamente envolve contato físico. Na Tabela 3 estão dispostos dados mais detalhados referentes ao tipo de interação sexual.

Tabela 3

Tipos de interação sexual vivenciados pelas crianças da amostra

| Característica | Níveis | Com histórico | | Total disponível | | Casos ausentes | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|---------------|------|------------------|------|----------------|-----|
| | | <i>f</i> | % | <i>f</i> | % | <i>f</i> | % |
| Tipo de interação sexual | Toque | 17 | 45,9 | | | | |
| | Penetração | 6 | 16,2 | | | | |
| | Pornografia | 1 | 2,7 | | | | |
| | Exposição a imagens ou a eventos sexuais | 4 | 10,8 | | | | |
| | Pornografia e exposição a imagens ou a eventos sexuais | 1 | 2,7 | 36 | 97,3 | 1 | 2,7 |
| | Toque e sexo oral | 3 | 8,1 | | | | |
| | Toque e penetração | 2 | 5,4 | | | | |
| | Toque e outros | 1 | 2,7 | | | | |
| | Sexo oral e exposição a imagens e eventos sexuais | 1 | 2,7 | | | | |
| | | | | | | | |

Fonte. Elaborada pela autora.

Embora o abuso sexual não consista somente em casos em que há contato físico, observa-se que em 30 dos 36 casos em que essa informação estava disponível o abuso ocorreu dessa forma. Esses dados mostram a incapacidade de as crianças, enquanto pessoas

em situação peculiar de desenvolvimento, defenderem-se da força de um adulto (Rovinski & Pelisoli, 2020). A relação que ocorre entre agressor e vítima é de poder, em que é fácil ele utilizar de sua superioridade física para obter satisfação sexual. Essa é uma das razões pelas quais as crianças possuem medo de revelar a vivência do abuso.

No que tange ao momento de revelação, também foram coletados dados, embora nem todos os casos tinham informações a respeito. Considerando somente os casos em que foi possível ter acesso a essa informação ($n = 19$), 47% das crianças revelaram, primeiramente, para a mãe. Ademais, 56,8% das crianças da amostra ($n = 37$) compareciam aos atendimentos acompanhadas da mãe, e tinham esta como principal denunciante à polícia em 67,6% dos casos. Nesse sentido, com exceção dos casos nos quais era a agressora, ou então morava com o agressor, parte do suporte familiar era, na maioria das vezes, fornecido pela mãe, conforme já apontado em outros estudos (Baía et al., 2013; Habigzang et al., 2011).

Tendo feita a caracterização da amostra, realizou-se a análise de juízes Kappa de Cohen para verificar a confiabilidade entre as codificações das juízas. Para tanto, foram consideradas variáveis do TPC-i cuja codificação pudesse ser influenciada pela interpretação do avaliador, a saber, o aspecto formal, os sinais especiais e o modo de colocação. Na análise de juízes, codificaram-se os indicadores por pirâmide. A variável fórmula cromática não foi inclusa nesta análise, pois seus cálculos possuem regras bem definidas, que não demandam a avaliação subjetiva de quem está codificando. Não se considerou também o indicador de Processo de Execução, pois a sua codificação requer a observação do comportamento do respondente, de modo que não é possível que um segundo avaliador realize essa codificação com a mesma precisão do primeiro juiz que realizou a administração do instrumento e acompanhou a execução do avaliando. Para classificar os índices Kappa, adotou-se os parâmetros de Landis e Koch (1977), os quais consideram índices acima de 0,81 como excelentes, entre 0,61 e 0,80 como bons, entre 0,41 e 0,60 como moderados, entre 0,21 e 0,40

são regulares, entre 0,00 e 0,21 são fracos e abaixo de zero são pobres. Os resultados dessa análise podem ser visualizados na Tabela 4.

Tabela 4

Análise Kappa para as variáveis do TPC-i

| Variável | Kappa | Interpretação | <i>p</i> |
|----------------------|-------|---------------|----------|
| Aspecto formal P1 | 1 | Excelente | < 0,001 |
| Aspecto formal P2 | 1 | Excelente | < 0,001 |
| Aspecto formal P3 | 0,89 | Excelente | < 0,001 |
| Sinais especiais P1 | 1 | Excelente | < 0,001 |
| Sinais especiais P2 | 0,85 | Excelente | < 0,001 |
| Sinais especiais P3 | 0,91 | Excelente | < 0,001 |
| Modo de colocação P1 | 0,75 | Bom | < 0,001 |
| Modo de colocação P2 | 0,82 | Excelente | < 0,001 |
| Modo de colocação P3 | 0,85 | Excelente | < 0,001 |

Fonte. Elaborada pela autora.

Legenda: P1 – Pirâmide 1; P2 – Pirâmide 2; P3 – Pirâmide 3.

Ao realizar a análise, inicialmente a variável modo de colocação havia apresentado os índices de 0,62 na pirâmide 1, 0,39 na segunda e 0,59 na terceira. Embora fosse necessário conversar com a segunda juíza somente no que se refere às inconsistências nas codificações cujo Kappa foi abaixo de 0,6, por se tratar da mesma variável, optou-se também por conversar sobre o modo de colocação da pirâmide 1 com a segunda juíza. Após realizarem esta atividade, perceberam que a maior divergência ocorreu no momento de definir a relação horizontal da pirâmide (se a colocação era direta ou inversa). Como não chegaram a um consenso de como realizar essa codificação, solicitou-se a opinião de uma terceira juíza, que é uma professora com ampla experiência com o teste de Pfister. Após a conversa, decidiu-se manter a codificação da segunda juíza nessa variável. Em seguida, a primeira juíza teve que recodificar a variável modo de colocação de todos os 91 protocolos. Depois disso, realizou-se novamente a análise Kappa no tangente ao modo de colocação, cujos resultados foram expostos na Tabela 4.

Confirmada a confiabilidade do banco de dados por meio do Kappa, partiu-se para análise dos resultados e discussões referentes aos objetivos específicos dessa dissertação. Para tanto, esta apresentação será dividida em três tópicos. No primeiro, serão expostos os resultados e discussões referentes ao objetivo específico 1. No segundo, serão expostos os resultados e discussões do estudo referente aos objetivos específicos 2, 3 e 4. Já no último tópico, vão ser relatados os resultados e discussões do quinto objetivo específico. Cabe mencionar, que o significado de todas as variáveis do TPC-i utilizadas na presente dissertação foi atribuído com base nos manuais do TPC para crianças e adolescentes (Villemor-Amaral, 2005) e adultos (Villemor-Amaral, 2012).

Evidências de validade convergente entre indicadores afetivos do TPC-i e traços de personalidade

Nesta sessão serão apresentados os resultados e discussões referentes ao objetivo específico 1, que consiste em buscar evidências de validade convergente entre os indicadores afetivos da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister com os traços de personalidade avaliados pela Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC). Os resultados significativos das análises de correlação de *Spearman* entre as variáveis ordinais e intervalares do TPC-i estão dispostos na Tabela 5.

Tabela 5

Correlações significativas entre traços de personalidade e variáveis ordinais e intervalares do TPC-i

| Variável TPC-i | Extroversão | Psicoticismo | Neuroticismo |
|----------------|-------------|--------------|--------------|
| Az1 | -0,280** | - | - |
| Az3 | - | -0,277** | - |
| Vm3 | - | - | -0,264* |
| Vi3 | - | - | 0,224* |
| Vi | - | -0,221* | 0,211* |

| Variável TPC-i | Extroversão | Psicoticismo | Neuroticismo |
|-----------------------|-------------|--------------|--------------|
| Am2 | - | 0,241* | - |
| Colocação Espacial | - | - | -0,213* |
| Colocação Ascendente | - | - | -0,236* |
| Colocação Descendente | - | - | 0,310** |

Fonte. Elaborada pela autora.

Legenda: * = $p < 0,05$; ** = $p < 0,01$

Conforme Tabela 5, não foram verificadas correlações positivas entre o fator extroversão do ETPC e os indicadores do TPC-i que poderiam denotar excitabilidade emocional e impulsividade (Vm2, Vd, Am e síndrome de estímulo), refutando-se as hipóteses 1, 2, 3 e 4. O TPC-i é um instrumento recente, com poucos estudos investigando suas propriedades psicométricas (Oliveira et al., 2023; Resende et al., 2023; Perissinotto et al., 2023), que compartilha com os demais métodos projetivos a recomendação de que os indicadores não sejam considerados de modo isolado (Anderson & Anderson, 1967). Por essa razão, a compreensão das suas variáveis ainda carece de mais estudos.

Situação similar aconteceu com as hipóteses de correlações positivas entre neuroticismo e as variáveis que poderiam denotar instabilidade emocional (Vi, Vm, Br e Ci). Não foram encontradas correlações positivas e significativas entre neuroticismo e a maioria das variáveis selecionadas, refutando-se as hipóteses 6, 7 e 8.

A exceção ocorreu no que se refere à correlação positiva e significativa entre neuroticismo e Vi. Neste caso, a hipótese 5 foi confirmada, sugerindo que altas pontuações em neuroticismo associam-se a constantes preocupações, acompanhadas por reações características de ansiedade. Conforme exposto por Sisto (2019), crianças com elevado neuroticismo tendem a ter muitas oscilações de humor e sentimentos de tristeza, nervosismo e inquietação. Sentimentos esses que parecem se associar com indícios de tensão e ansiedade, conforme interpretação atribuída ao Vi no TPC (Villemor-Amaral, 2005).

Villemor-Amaral (2012) recomendou que a interpretação das cores fosse realizada considerando a incidência dos seus tons. Assim, verificou-se que as correlações positivas e significativas entre neuroticismo deram-se, em especial, com o tom Vi3. Essa tonalidade tende a indicar melhores possibilidades de contenção e elaboração da ansiedade, devido a presença do tom azul nesta cor, que já denota aspectos de controle das emoções (Villemor-Amaral, 2012). O estudo de Sisto e Rueda (2008) apontam resultados nessa linha de raciocínio, ao encontrarem correlações positivas entre neuroticismo e autocontrole. Para os autores, sentimentos de tristeza, culpa e ansiedade contribuem para que as pessoas tenham mais autocontrole, seja no tangente às regras sociais, seja no que se refere às próprias emoções (Sisto & Rueda, 2008).

Ademais, observou-se correlação negativa e significativa entre neuroticismo e o tom Vm3. A tonalidade Vm3 sugere a presença de energia, agressividade e impulsividade com poucos indícios de contenção (Villemor-Amaral, 2005, 2012; Cardoso et al., 2018). Assim, sugere-se que pessoas com elevado neuroticismo tendem a ter no TPC indicadores de falta de energia e impulsividade se não houver outras cores que denotem energia e vitalidade.

Foram ainda verificadas correlações positivas entre o neuroticismo e o modo de colocação descendente; e negativas entre neuroticismo e os modos de colocação ascendente e espacial. A variável de modo de colocação se refere à forma como se constrói as pirâmides. O fato de ele ser ascendente indica o princípio lógico de uma construção, e pode sugerir maior estabilidade e maturidade do que modo de colocação descendente (Villemor-Amaral, 2012). Como neuroticismo se refere a maior instabilidade ao lidar com as emoções (Sisto, 2019), faz sentido que haja correlação positiva entre este traço e modo de colocação descendente, e negativa com o modo de colocação ascendente. A colocação espacial não tem significado definido nem no TPC, sendo necessários mais estudos para compreender essa variável.

Embora não tenha sido elaborada nenhuma hipótese envolvendo a variável psicoticismo, faz-se necessário discutir os achados significativos, pois podem contribuir para incrementar as evidências de validade do TPC-i. Verificaram-se correlações negativas entre psicoticismo e a cor Vi e o tom Az3. Além de correlação positiva entre este traço e o tom Am2. Conforme Sisto (2019), o traço psicoticismo já foi anteriormente intitulado de dureza, e sugere falta de preocupação e de sensibilidade com os outros, além de hostilidade até com os mais íntimos, depreciação do perigo e prazer em incomodar as pessoas. Altas pontuações nesse fator podem indicar agressividade, frieza, egocentrismo e impulsividade (Sisto, 2019). Apesar disso, pessoas com altos índices de psicoticismo podem ser criativas e ter predileção pelo que é raro e extravagante (Sisto, 2019).

A cor Am, independente do tom, pode indicar energia e extroversão mais canalizada e adaptada ao ambiente (Villemor-Amaral, 2012). No entanto, seu aumento pode indicar irritabilidade, baixa tolerância à frustração e egocentrismo (Villemor-Amaral, 2012). Nesse sentido, quanto mais as pessoas pontuam em psicoticismo, maior a tendência em serem irritáveis e egocêntricas, o que condiz com a definição operacional do traço. Villemor-Amaral et al. (2014), ao compararem frequências de cores entre crianças de 6 e de 12 anos, verificaram redução do Am nas crianças de 12 anos, o que as autoras associaram com retraimento e controle da expressão emocional. Então, pode-se dizer que a correlação negativa entre psicoticismo e características de controle tem sentido teórico, considerando também a correlação negativa desse traço com o Az3, que é um dos tons que indicam maior controle das emoções, conforme Villemor-Amaral (2012). Trata-se de correlação negativa com controle associado a indícios de ansiedade, conforme indicada pela correlação negativa com Vi.

Conforme a Tabela 5, é possível visualizar a correlação negativa entre extroversão e a tonalidade Az1. De acordo com Sisto (2019), altas pontuações de extroversão podem indicar

impulsividade, o que pode interferir negativamente na adaptação emocional ao ambiente (Sisto, 2019). Essa correlação negativa com a cor Az tem sentido, uma vez que essa variável é comumente associada ao controle e a contenção das emoções (Villemor-Amaral, 2005), porém este significado tende a ser atribuído ao Az se sua presença for decorrente da incidência marcante dos tons Az3 e Az4 (Villemor-Amaral, 2012). No caso do presente estudo, a correlação significativa foi com o tom Az1, que não sugere contenção tão alta dos impulsos, quanto as tonalidades mais escuras (Villemor-Amaral, 2012). No entanto, a cor Az também pode estar atrelada à adaptação emocional (Villemor-Amaral, 2012). Então, a correlação negativa indica que quanto maior a extroversão, menores as chances de adaptação emocional, corroborando a afirmação de Sisto (2019).

Todos os coeficientes de correlação que foram apresentados consistiram em correlações fracas ($\rho < 0,3$; $r < 0,3$). Esta magnitude já era esperada tendo a vista que seria a correlação entre os indicadores de um teste projetivo e as variáveis de um instrumento de autorrelato (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006). Embora o TPC-i e a ETPC tenham a proposta de avaliar o construto personalidade, a proposta do TPC-i permite acessar tendências mais espontâneas e não necessariamente conscientes da forma de lidar com as emoções. Ademais, os indicadores dos métodos projetivos podem ter seu significado alterado, quando considerado isoladamente para se realizar análises estatísticas (Anderson & Anderson, 1967). Já a ETPC traz a proposta de itens que questionam diretamente a respeito da forma de sentimentos e comportamentos em determinadas situações (Sisto, 2019). Nesse sentido, seguindo a proposta de um instrumento de autorrelato, as respostas proferidas pelo avaliando são perpassadas pelo autoconhecimento do seu modo de funcionamento e/ou pelo que deseja revelar ao seu respeito. Por essas razões, já era esperado que as correlações entre as variáveis dos instrumentos tenham sido fracas.

Para Villemor-Amaral e Pasqualini-Casado (2006) as correlações fracas entre métodos projetivos e instrumentos de autorrelato comprova que os dois instrumentos possuem lógicas diferentes de funcionamento e de avaliação de aspectos da personalidade (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006). Ademais, estudos de evidências de validade convergente para o TPC utilizando como critério outros testes também tiveram como resultados correlações fracas (Cardoso et al., 2021; Villemor-Amaral & Quirino, 2013). Na literatura (Cardoso et al., 2021; Villemor-Amaral & Quirino, 2013), tem sido comum os métodos projetivos, como o TPC-i, ter coeficientes considerados fracos nos estudos evidências de validade convergente. Após finalizada esta etapa, serão apresentados, a seguir, os resultados e discussões referentes aos objetivos específicos 2, 3 e 4.

Evidências de validade de critério concorrente do TPC-i

Para a apresentação dos resultados e discussões referentes às evidências de validade concorrente para o TPC-i, esta sessão será dividida em três subtópicos. No primeiro deles serão apresentados os resultados e discussões do objetivo específico 2. No segundo, vão ser apresentados os resultados e discussões do objetivo específico 3. Por fim, serão mostrados os resultados e discussões do quarto objetivo específico desta dissertação.

Comparações entre diferentes faixas etárias de crianças

Este estudo tem como objetivo buscar evidências de validade de critério concorrente para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, tendo como critério a faixa etária. A justificativa para a escolha dessa variável fundamentou-se em estudos anteriores realizados com o TPC (Cardoso et al., 2018; Villemor-Amaral et al., 2012; Villemor-Amaral et al., 2015; Villemor-Amaral et al., 2016), que encontraram evidências de validade para o teste para uso com crianças, tendo como variável externa a idade.

Para a realização do presente estudo, utilizou-se uma amostra de 74 crianças, que foi dividida em dois grupos, sendo um composto por crianças de ambos os sexos, com idades

entre 6 e 8 anos ($n = 34$), e o outro por crianças de ambos os sexos, com idades entre 9 e 10 anos ($n = 40$). Em seguida, realizaram-se os testes de normalidade de *Shapiro-Wilk* e *Kolmogorov-Smirnov* com correção de *Lilliefors* para verificar a normalidade dos dados. Como foram resultados significativos ($p < 0,05$), utilizou-se o teste *U* de Mann-Whitney para comparar em função dos grupos os dados das variáveis de frequência de cores, de aspecto formal, de fórmula cromática (amplitude e estabilidade), de síndromes cromáticas e de modo de colocação. O tamanho de efeito foi calculado com base na fórmula $r = Z / \sqrt{n}$ (Field, 2009). Os resultados estatisticamente significativos podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 6

Comparação entre crianças em função da faixa etária

| Variável TPC-i | Faixa Etária | | <i>U</i> | <i>p</i> | <i>r</i> |
|----------------|--------------|--------------|---------------|-------------|--------------|
| | 6 a 8 anos | 9 a 10 anos | | | |
| Az1 | 34,13 | 40,36 | 565,50 | 0,20 | -0,16 |
| Az2 | 38,93 | 36,29 | 631,50 | 0,57 | -0,04 |
| Az3 | 33,50 | 40,90 | 544,00 | 0,12 | -0,20 |
| Az4 | 32,51 | 41,74 | 510,50 | 0,04 | -0,16 |
| Az | 32,01 | 42,16 | 493,50 | 0,04 | -0,23 |
| Vm1 | 39,81 | 35,54 | 601,50 | 0,39 | -0,11 |
| Vm2 | 37,49 | 37,51 | 679,50 | 1,00 | -0,09 |
| Vm3 | 37,96 | 37,11 | 664,50 | 0,85 | -0,08 |
| Vm4 | 43,54 | 32,36 | 474,50 | 0,01 | -0,21 |
| Vm | 37,96 | 37,11 | 664,50 | 0,87 | -0,07 |
| Vd1 | 35,90 | 38,86 | 625,50 | 0,54 | -0,07 |
| Vd2 | 35,78 | 38,96 | 621,50 | 0,51 | -0,04 |
| Vd3 | 35,79 | 38,95 | 622,00 | 0,51 | -0,05 |
| Vd4 | 38,43 | 36,71 | 648,50 | 0,71 | -0,02 |
| Vd | 34,88 | 39,73 | 591,00 | 0,33 | -0,08 |
| Vi1 | 36,19 | 38,61 | 635,50 | 0,62 | -0,09 |
| Vi2 | 37,79 | 37,25 | 670,00 | 0,91 | -0,04 |
| Vi3 | 35,47 | 39,23 | 611,00 | 0,45 | -0,11 |
| Vi | 35,74 | 39,00 | 620,00 | 0,51 | -0,08 |
| La1 | 42,99 | 32,84 | 493,50 | 0,04 | -0,25 |
| La2 | 40,15 | 35,25 | 590,00 | 0,32 | -0,13 |
| La | 42,15 | 33,55 | 522,00 | 0,08 | -0,21 |
| Am1 | 38,16 | 36,94 | 657,50 | 0,81 | -0,01 |
| Am2 | 36,01 | 38,76 | 629,50 | 0,58 | -0,08 |

| Variável TPC-i | Faixa Etária | | U | p | r |
|-------------------------------------|--------------|--------------|---------------|-------------|--------------|
| | 6 a 8 anos | 9 a 10 anos | | | |
| Am | 36,87 | 38,04 | 658,50 | 0,81 | -0,05 |
| Ma1 | 39,56 | 35,75 | 610,00 | 0,43 | -0,12 |
| Ma2 | 43,46 | 32,44 | 477,50 | 0,02 | -0,30 |
| Ma | 42,75 | 33,04 | 501,50 | 0,05 | -0,27 |
| Pr | 37,85 | 37,20 | 668,00 | 0,90 | -0,02 |
| Br | 34,15 | 40,35 | 566,00 | 0,21 | -0,20 |
| Ci | 39,59 | 35,73 | 609,00 | 0,44 | -0,12 |
| Ascendente | 37,63 | 37,39 | 675,50 | 0,90 | -0,04 |
| Ascendente Direta | 37,97 | 37,10 | 664,00 | 0,77 | -0,08 |
| Ascendente inversa | 38,78 | 36,41 | 636,50 | 0,23 | -0,05 |
| Ascendente alternada | 36,50 | 38,35 | 646,00 | 0,19 | -0,12 |
| Ascendente simétrica | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Ascendente diagonal | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Ascendente em manto | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Espacial | 39,85 | 35,50 | 600,00 | 0,03 | -0,26 |
| Descendente | 42,43 | 33,31 | 512,50 | 0,01 | -0,15 |
| Descendente direta | 32,53 | 41,73 | 511,00 | 0,06 | -0,18 |
| Descendente inversa | 37,60 | 37,41 | 676,50 | 0,96 | -0,01 |
| Descendente alternada | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Descendente simétrica | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Descendente diagonal | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Descendente em manto | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Tapete puro | 41,88 | 33,78 | 531,00 | 0,03 | -0,28 |
| Tapete desequilibrado | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Tapete furado | 37,82 | 37,23 | 669,00 | 0,90 | -0,01 |
| Tapete com início de ordem | 39,26 | 36,00 | 620,00 | 0,48 | -0,07 |
| Formação em camadas monotonais | 38,25 | 36,86 | 654,50 | 0,53 | -0,09 |
| Formação em camadas monocromaticas | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Formação em camadas multicromaticas | 36,18 | 38,63 | 635,00 | 0,43 | -0,06 |
| Formação simétrica | 34,57 | 39,99 | 580,50 | 0,05 | -0,19 |
| Formação alternada | 37,59 | 37,43 | 677,00 | 0,91 | -0,03 |
| Estrutura simétrica | 36,56 | 38,30 | 648,00 | 0,65 | -0,06 |
| Estrutura em escada | 37,00 | 37,93 | 663,00 | 0,36 | -0,09 |
| Estrutura em manto | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Estrutura em mosaico | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | -0,09 |
| Estrutura assimétrica dinâmica | 37,50 | 37,50 | 680,00 | 1,00 | 0,00 |
| Síndrome de normalidade | 34,75 | 39,84 | 586,50 | 0,31 | -0,08 |
| Síndrome de estímulo | 40,90 | 34,61 | 564,50 | 0,21 | -0,17 |

| Variável TPC-i | Faixa Etária | | U | p | r |
|---------------------------|--------------|-------------|--------|------|-------|
| | 6 a 8 anos | 9 a 10 anos | | | |
| Síndrome fria | 33,47 | 40,93 | 543,00 | 0,14 | -0,16 |
| Síndrome incolor | 36,74 | 38,15 | 654,00 | 0,78 | -0,05 |
| Amplitude cromática | 33,71 | 40,73 | 551,00 | 0,07 | -0,18 |
| Estabilidade nas escolhas | 38,03 | 37,05 | 662,00 | 0,83 | -0,02 |

Fonte. Elaborada pela autora.

A partir dos achados expostos na Tabela 6, é possível observar que crianças com idades entre 6 e 8 anos tiveram maior incidência do aspecto formal tapete puro em seus protocolos. Essa variável estaria associada a menor capacidade de regulação das emoções (Villemor-Amaral & Quirino, 2013), além de um menor grau de desenvolvimento intelectual (Villemor-Amaral, 2005, 2012). Com o aumento da idade, além de as pessoas tenderem a desenvolver melhores mecanismos de regulação das emoções, é esperado que elas tenham maior maturidade cognitiva (Villemor-Amaral & Quirino, 2013). Ademais, a incidência significativa dessa variável em crianças mais novas foi encontrada no estudo de Cardoso et al. (2018), que se propôs a buscar evidências de validade para o TPC, comparando três grupos de crianças cearenses divididos por idade, a saber, 6 e 7 anos, 8 e 9 anos, 10 e 11 anos. Os autores verificaram aumento de tapete puro em crianças de 6 e 7 anos quando comparadas às de 10 e 11 anos, o que evidencia que essa variável tende a diminuir com a idade.

Enquanto crianças mais novas tiveram maior incidência de tapete puro, no presente estudo, as com idades entre 9 e 10 anos tiveram maior incidência da variável formação simétrica. Para Villemor-Amaral (2005), o aspecto formal formação sugere amadurecimento tanto cognitivo, quanto no trato com as emoções, em especial, quando comparado aos tapetes. Além dessa característica comum aos demais tipos de formação, a formação simétrica, especificamente, indica busca de equilíbrio mediante comportamento mais cauteloso e prudente, aliado à insegurança e instabilidade interna (Villemor-Amaral, 2012). Essas características estão em conformidade com o esperado para um grupo que está se

aproximando da adolescência, seja porque é uma fase comumente repleta de instabilidades decorrentes de mudanças físicas e psicológicas, seja porque ainda não atingiram o grau de maturidade cognitiva proposto pelo aspecto formal estrutura (Cardoso et al., 2018; Villemor-Amaral, 2012). Esse resultado é similar ao encontrado por Cardoso et al. (2018), que verificaram maior incidência de formação em crianças mais velhas, embora tenha sido em camadas, e não simétrica.

Além disso, crianças com idades entre 9 e 10 anos tiveram maior incidência da cor azul, sobretudo do tom Az4, quando comparadas ao grupo com idades entre 6 e 8 anos. Essa cor é considerada, em geral, pouco estimulante, mais associada ao controle do que ao impulso (Villemor-Amaral, 2005). O fato de este aumento ter sido concomitante ao da tonalidade Az4, que é mais escura, apoia ainda mais os indícios de que este grupo tende a ter mais possibilidades de controle e regulação de impulsos do que de crianças mais novas, já que, conforme Villemor-Amaral (2012) é essa tonalidade que garante o significado de controle e adaptação que se atribui ao azul. Ademais, essa tonalidade indicaria tendência a agir de forma mais racional (Villemor-Amaral, 2012). Ao se considerar o desenvolvimento emocional infantil, observa-se que, com o aumento da idade, as crianças tendem a desenvolver recursos mais sofisticados de controle das emoções, tendendo a ter atitudes consideradas mais racionais (Villemor-Amaral & Quirino, 2013). Assim, a tendência é que as pessoas passem a ter mais mecanismos para controlar suas emoções, e sejam menos impulsivas (Cardoso et al., 2018).

Ainda no que se refere às cores, crianças com idades entre 6 e 8 anos tiveram maior incidência dos tons Vm4, La1, Ma2 e da cor marrom. A cor vermelha sugere extroversão, impulsividade, e irritabilidade, sobretudo se tiver acompanhada de diminuição de indicadores de contenção emocional, como o Az (Villemor-Amaral, 2012). O laranja refere-se à excitabilidade, e o marrom denota uma esfera mais primitiva dos impulsos, bem como

energia, ação e dinamismo (Villemor-Amaral, 2012). Conforme Villemor-Amaral (2012), a incidência do vermelho associada ao caráter mais primitivo dos impulsos proposto pelo marrom pode referir a descargas abruptas de impulsos. Esses dados indicam que crianças mais novas tendem a ser mais enérgicas e impulsivas e se utilizam dessa característica para explorar o mundo, e ir, aos poucos modelando seu desempenho motor (Cardoso et al., 2018).

Na Tabela 6 também é possível observar que crianças com idades entre 6 e 8 anos tiveram maior incidência de modos de colocação espacial e descendente. O modo de colocação espacial não tem significado definido, mas consiste em colocações de quadrículos que não seguem um padrão, que são aleatórias. Isso indica que crianças com idades entre 6 e 8 anos tendem a dispor os quadrículos de forma aleatória, quando comparadas às crianças mais velhas, o que, conforme Villemor-Amaral (2012), pode indicar maiores dificuldades de organização frente aos quadrículos coloridos.

Já a colocação descendente se refere à colocação dos quadrículos da pirâmide do topo para baixo e é indicativa de imaturidade, quando comparadas ao modo de colocação ascendente. Nesse sentido é mais provável que ele tenha incidência maior em crianças e que, com o aumento da idade, a presença desse modo de colocação diminua (Villemor-Amaral, 2005, 2012). Por essa razão, a maior incidência dessa variável no grupo de crianças com menos idade é condizente com o esperado para a idade, já que as crianças de 6 a 8 anos tendem a ter um desenvolvimento cognitivo menos sofisticado do que o grupo de participantes com maior idade.

Tendo em vista os dados encontrados com a comparação de crianças com diferentes faixas etárias, observou-se que, assim como no TPC, a idade é uma variável pertinente para diferenciar grupos na busca de evidências de validade para o TPC-i. Nesse sentido, pode-se dizer que os dados resultantes desta análise consistem em evidências de validade de critério concorrente para este teste, tendo a faixa etária como critério. A seguir será discutido os

resultados de outras buscas de evidências de validade concorrente, tendo como variável externa o histórico de abuso sexual relatado.

Diferenças entre crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado

O objetivo específico 3 consiste em buscar evidências de validade concorrente por meio da comparação entre crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado. Antes, contudo, optou-se por calcular as medidas de tendência central e dispersão das variáveis de frequência cromática e síndrome cromática, haja vista este ser o primeiro estudo do TPC-i com crianças e essas variáveis serem indicativas de retraimento e repressão emocional. O cálculo dessas medidas foi realizado em função dos grupos de crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado, sendo os grupos pareados por idade e sexo. Esses dados podem ser vistos na Tabela 7.

Tabela 7

Estatísticas descritivas da frequência de cores e de síndromes cromáticas do TPC-i

| Variável | Histórico | Média | Mediana | Desvio padrão | Mínimo | Máximo | Percentil 25 | Percentil 75 |
|----------|---------------|-------|---------|---------------|--------|--------|--------------|--------------|
| Az1% | Com histórico | 2,3 | 2,2 | 2,7 | 0 | 8,9 | 0 | 4,4 |
| | Sem histórico | 4,1 | 2,2 | 4,4 | 0 | 22,2 | 0 | 6,7 |
| Az2% | Com histórico | 2,2 | 0 | 5,6 | 0 | 33,3 | 0 | 2,2 |
| | Sem histórico | 2,5 | 2,2 | 2,8 | 0 | 11,1 | 0 | 4,4 |
| Az3% | Com histórico | 2,2 | 2,2 | 3,1 | 0 | 13,3 | 0 | 2,2 |
| | Sem histórico | 3,4 | 2,2 | 5,6 | 0 | 33,3 | 0 | 4,4 |
| Az4% | Com histórico | 1,8 | 0 | 2,4 | 0 | 8,9 | 0 | 3,3 |
| | Sem histórico | 2,2 | 2,2 | 2,9 | 0 | 11,1 | 0 | 4,4 |
| Az% | Com histórico | 8,4 | 6,7 | 7,4 | 0 | 33,3 | 2,2 | 14,4 |
| | Sem histórico | 12,3 | 11,1 | 8,8 | 0 | 35,6 | 6,7 | 15,6 |

| Variável TPC-i | Histórico | Média | Mediana | Desvio | | Máximo | Percentil | Percentil |
|-------------------|-----------|-------|---------|--------|--------|--------|-----------|-----------|
| | | | | padrão | Mínimo | | 25 | 75 |
| Vm1% | Com | 6,7 | 6,7 | 6,7 | 0 | 31,1 | 2,2 | 7,8 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vm2% | Sem | 5,3 | 6,7 | 3,8 | 0 | 13,3 | 1,1 | 8,9 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vm3% | Com | 2,3 | 2,2 | 3,3 | 0 | 15,6 | 0 | 3,3 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vm4% | Sem | 3,4 | 2,2 | 5,6 | 0 | 33,3 | 0 | 4,4 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vm% | Com | 1,1 | 0 | 1,4 | 0 | 4,4 | 0 | 2,2 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vd1% | Sem | 1,9 | 2,2 | 2,6 | 0 | 11,1 | 0 | 2,2 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vd2% | Com | 1,1 | 0 | 1,7 | 0 | 6,7 | 0 | 2,2 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vd3% | Sem | 1,2 | 0 | 1,7 | 0 | 6,7 | 0 | 2,2 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vd4% | Com | 11,3 | 11,1 | 8,4 | 0 | 42,2 | 6,7 | 15,6 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vd% | Sem | 11,9 | 11,1 | 6,4 | 0 | 33,3 | 8,9 | 15,6 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi1% | Com | 2,0 | 2,2 | 2,6 | 0 | 11,1 | 0 | 2,2 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi2% | Sem | 2,9 | 2,2 | 2,1 | 0 | 6,7 | 2,2 | 4,4 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi3% | Com | 2,9 | 2,2 | 3,0 | 0 | 11,1 | 0 | 4,4 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi4% | Sem | 3,7 | 4,4 | 3,2 | 0 | 11,1 | 0 | 5,6 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi% | Com | 2,4 | 2,2 | 2,7 | 0 | 8,9 | 0 | 4,4 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi1% | Sem | 2,3 | 2,2 | 3,0 | 0 | 11,1 | 0 | 4,4 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi2% | Com | 2,1 | 2,2 | 2,9 | 0 | 11,1 | 0 | 2,2 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi3% | Sem | 1,4 | 0 | 1,9 | 0 | 6,7 | 0 | 2,2 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi4% | Com | 9,4 | 8,9 | 6,2 | 0 | 28,9 | 4,4 | 13,3 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi% | Sem | 10,5 | 11,1 | 6,2 | 0 | 26,7 | 5,6 | 13,3 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi1% | Com | 5,9 | 4,4 | 5,2 | 0 | 20,0 | 2,2 | 8,9 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi2% | Sem | 6,7 | 6,7 | 5,5 | 0 | 31,1 | 2,2 | 8,9 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi3% | Com | 4,4 | 4,4 | 4,3 | 0 | 17,8 | 1,1 | 6,7 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi4% | Sem | 4,6 | 4,4 | 3,8 | 0 | 15,6 | 2,2 | 6,7 |
| | histórico | | | | | | | |

| Variável TPC-i | Histórico | Média | Mediana | Desvio | | Percentil | | |
|-------------------|-----------|-------|---------|--------|--------|-----------|------|------|
| | | | | padrão | Mínimo | Máximo | 25 | 75 |
| | histórico | | | | | | | |
| Vi3% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 4,7 | 4,4 | 4,1 | 0 | 17,8 | 2,2 | 6,7 |
| Vi% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 4,9 | 4,4 | 5,9 | 0 | 33,3 | 2,2 | 6,7 |
| La1% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 15,0 | 13,3 | 8,3 | 0 | 35,6 | 8,9 | 21,1 |
| La2% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 16,2 | 15,6 | 7,7 | 2,2 | 44,4 | 11,1 | 20,0 |
| La% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 4,9 | 2,2 | 6,0 | 0 | 33,3 | 2,2 | 6,7 |
| Am1% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 3,5 | 2,2 | 2,9 | 0 | 8,9 | 0 | 6,7 |
| Am2% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 6,7 | 6,7 | 5,3 | 0 | 26,7 | 2,2 | 8,9 |
| Am% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 5,3 | 4,4 | 3,3 | 0 | 15,6 | 3,3 | 6,7 |
| Ma1% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 11,7 | 11,1 | 7,9 | 0 | 33,3 | 6,7 | 14,4 |
| Ma2% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 8,8 | 8,9 | 5,2 | 0 | 24,4 | 5,6 | 11,1 |
| Ma% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 6,0 | 4,4 | 6,1 | 0 | 33,3 | 2,2 | 8,9 |
| Pr% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 6,5 | 6,7 | 4,3 | 0 | 15,6 | 3,3 | 8,9 |
| Pr1% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 4,7 | 4,4 | 3,4 | 0 | 13,3 | 2,2 | 6,7 |
| Pr2% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 4,7 | 4,4 | 4,1 | 0 | 15,6 | 2,2 | 6,7 |
| Pr% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 10,7 | 8,9 | 7,4 | 0 | 40,0 | 6,7 | 15,6 |
| Pr1% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 11,2 | 11,1 | 6,8 | 0 | 31,1 | 6,7 | 15,6 |
| Pr2% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 3,3 | 2,2 | 3,1 | 0 | 11,1 | 0 | 5,6 |
| Pr% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 3,1 | 2,2 | 3,0 | 0 | 11,1 | 0 | 4,4 |
| Pr1% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 3,2 | 2,2 | 3,8 | 0 | 15,6 | 0 | 4,4 |
| Pr2% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 3,7 | 4,4 | 3,0 | 0 | 8,9 | 0 | 6,7 |
| Pr% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 6,5 | 6,7 | 4,9 | 0 | 17,8 | 2,2 | 8,9 |
| Pr% | Sem | | | | | | | |
| | histórico | 6,8 | 6,7 | 5,0 | 0 | 17,8 | 2,2 | 11,1 |
| Pr% | Com | | | | | | | |
| | histórico | 7,6 | 4,4 | 8,9 | 0 | 46,7 | 2,2 | 8,9 |

| Variável TPC-i | Histórico | Média | Mediana | Desvio | | | Percentil | |
|-------------------------|---------------|-------|---------|--------|--------|--------|-----------|------|
| | | | | padrão | Mínimo | Máximo | 25 | 75 |
| Br% | Sem histórico | 5,7 | 4,4 | 5,2 | 0 | 22,2 | 1,1 | 8,9 |
| | Com histórico | 12,1 | 8,9 | 9,8 | 0 | 35,6 | 5,6 | 17,8 |
| Ci% | Sem histórico | 9,1 | 6,7 | 8,0 | 0 | 42,2 | 5,6 | 11,1 |
| | Com histórico | 7,3 | 6,7 | 4,9 | 0 | 20,0 | 2,2 | 11,1 |
| Síndrome de normalidade | Sem histórico | 7,6 | 6,7 | 5,7 | 0 | 24,4 | 4,4 | 8,9 |
| | Com histórico | 29,1 | 31,1 | 14,1 | 2,2 | 62,2 | 18,9 | 37,8 |
| Síndrome de estímulo | Sem histórico | 34,6 | 33,3 | 13,2 | 8,9 | 66,7 | 26,7 | 42,2 |
| | Com histórico | 33,6 | 33,3 | 11,9 | 11,1 | 66,7 | 25,6 | 40,0 |
| Síndrome fria | Sem histórico | 32,0 | 33,3 | 9,1 | 0 | 48,9 | 26,7 | 37,8 |
| | Com histórico | 32,8 | 33,3 | 12,6 | 2,2 | 62,2 | 26,7 | 37,8 |
| Síndrome incolor | Sem histórico | 38,9 | 37,8 | 12,0 | 11,1 | 66,7 | 31,1 | 45,6 |
| | Com histórico | 27,0 | 26,7 | 15,2 | 0 | 64,5 | 17,8 | 37,8 |
| | Sem histórico | 22,4 | 22,2 | 13,2 | 0 | 71,1 | 15,6 | 28,9 |

Fonte. Elaborada pela autora.

Para verificar se as diferenças entre os grupos eram significativas do ponto de vista estatístico, realizaram-se primeiramente os testes de normalidade de *Shapiro-Wilk* e *Kolmogorov-Smirnov* com correção de *Lilliefors* visando verificar se os dados dessas variáveis do TPC-i possuem uma distribuição normal nessa amostra. Essa ação foi necessária para fundamentar a escolha de qual teste estatístico seria utilizado para comparação de grupos. Como os resultados dos dois testes foram significativos ($p < 0,05$), utilizou-se, em seguida, o teste não-paramétrico *U* de Mann-Whitney para comparação dos grupos. Após realizada a análise, calculou-se o tamanho de efeito por meio da fórmula $r = Z / \sqrt{n}$ (Field,

2009). Os resultados dessas análises, considerando todas as cores e síndromes são dispostos na Tabela 8.

Tabela 8

Comparação da frequência cromática e da síndrome cromática do TPC-i entre os grupos

| Variável TPC-i | Com histórico | Sem histórico | U | <i>p</i> | <i>r</i> |
|-------------------------|---------------|---------------|----------------|-------------|--------------|
| Az1 | 32,57 | 42,43 | 502,000 | 0,04 | -0,24 |
| Az2 | 33,77 | 41,23 | 546,500 | 0,11 | -0,19 |
| Az3 | 33,73 | 41,27 | 545,000 | 0,11 | -0,19 |
| Az4 | 36,22 | 38,78 | 637,000 | 0,58 | -0,06 |
| Az | 32,09 | 42,91 | 484,500 | 0,03 | -0,25 |
| Vm1 | 38,04 | 36,96 | 664,500 | 0,83 | -0,06 |
| Vm2 | 34,55 | 40,45 | 575,500 | 0,22 | -0,14 |
| Vm3 | 35,09 | 39,91 | 595,500 | 0,29 | -0,12 |
| Vm4 | 37,05 | 37,95 | 668,000 | 0,84 | -0,02 |
| Vm | 35,92 | 39,08 | 626,000 | 0,52 | -0,07 |
| Vd1 | 31,80 | 43,20 | 473,500 | 0,02 | -0,28 |
| Vd2 | 34,73 | 40,27 | 582,000 | 0,25 | -0,13 |
| Vd3 | 38,28 | 36,72 | 655,500 | 0,74 | -0,33 |
| Vd4 | 39,24 | 35,76 | 620,000 | 0,44 | -0,09 |
| Vd | 35,00 | 40,00 | 592,000 | 0,31 | -0,12 |
| Vi1 | 35,19 | 39,81 | 599,000 | 0,35 | -0,11 |
| Vi2 | 36,32 | 38,68 | 641,000 | 0,63 | -0,06 |
| Vi3 | 38,42 | 36,58 | 650,500 | 0,71 | -0,04 |
| Vi | 36,19 | 38,81 | 636,000 | 0,60 | -0,06 |
| La1 | 39,31 | 35,69 | 617,500 | 0,46 | -0,09 |
| La2 | 40,36 | 34,64 | 578,500 | 0,25 | -0,13 |
| La | 41,78 | 33,22 | 526,000 | 0,08 | -0,2 |
| Am1 | 35,00 | 40,00 | 592,000 | 0,31 | -0,12 |
| Am2 | 38,23 | 36,77 | 657,500 | 0,77 | -0,03 |
| Am | 35,76 | 39,24 | 620,000 | 0,48 | -0,08 |
| Ma1 | 38,15 | 36,85 | 660,500 | 0,79 | -0,03 |
| Ma2 | 35,01 | 39,99 | 592,500 | 0,31 | -0,12 |
| Ma | 37,00 | 38,00 | 666,000 | 0,84 | -0,2 |
| Pr | 38,99 | 36,01 | 629,500 | 0,55 | -0,07 |
| Br | 40,61 | 34,39 | 569,500 | 0,21 | -0,15 |
| Ci | 38,22 | 36,78 | 658,000 | 0,77 | -0,03 |
| Síndrome de normalidade | 33,64 | 41,36 | 541,500 | 0,12 | -0,18 |
| Síndrome de estímulo | 38,43 | 36,57 | 650,000 | 0,71 | -0,04 |
| Síndrome fria | 31,95 | 43,05 | 479,000 | 0,03 | -0,26 |
| Síndrome incolor | 41,20 | 33,80 | 547,500 | 0,14 | -0,17 |

Fonte. Elaborada pela autora.

Nesta dissertação, foram elaboradas hipóteses de que crianças com histórico de abuso sexual relatado teriam maior incidência dessas tonalidades Az3 e Az4, bem como das cores Pr, Ci e da síndrome incolor (Hipóteses 10, 11, 12, 13 e 14). Essas variáveis estariam relacionadas a maior repressão (Az3 e Az4), inibição e negação das emoções (Pr), restrição nos contatos emocionais (Ci) e evitação de situações emocionalmente estimulantes (síndrome incolor) (Villemor-Amaral, 2012). Embora tenha tido o aumento da cor Pr e da síndrome incolor nos protocolos de crianças com histórico de abuso sexual, as diferenças comparadas ao outro grupo sem histórico de abuso sexual relatado não foram significativas.

As hipóteses construídas foram fundamentadas no fato de que crianças com histórico de abuso sexual tendem a utilizar a repressão como um mecanismo para lidar com vivência traumática. Nesse sentido, as lembranças referentes à situação de abuso seriam reprimidas e não permaneceriam a nível consciente. Com isso, a psique ficaria protegida das lembranças dolorosas (Scortegagna & Villemor-Amaral, 2009). No entanto, o conceito de repressão no TPC difere-se da repressão enquanto mecanismo de defesa empregado pelas crianças. Neste teste, repressão se refere a controle inibitório das emoções, o que envolve uma tendência a agir de forma mais racional (Villemor-Amaral, 2012). Esta pode ser uma razão pela qual a incidência das variáveis previstas nas hipóteses não tenha tido diferenças significativas entre os grupos. Outra possibilidade é a de que o TPC-i não possibilite a avaliação de retraimento e repressão emocional por meio das variáveis anteriormente propostas. Recomenda-se que novos estudos possam ser realizados com o TPC-i no sentido de aperfeiçoar a que se refere a repressão descrita no manual do TPC.

Apesar de as hipóteses tangentes ao objetivo específico 3 não terem sido confirmadas, análises exploratórias envolvendo outras tonalidades de cores e síndromes permitiram identificar algumas diferenças entre os grupos. Por meio da Tabela 8, verificou-se que

diminuição significativa da cor azul no grupo de crianças com histórico de abuso sexual relatado. Trata-se de uma cor pouco estimulante, cujo significado está mais atrelado à contenção dos afetos (Villemor-Amaral, 2005). A inferência desse significado costuma ser atribuída quando o aumento do azul é devido aos seus tons mais escuros, como Az3 e Az4, já que no TPC, tons mais escuros referem-se a um caráter mais repressivo (Villemor-Amaral, 1978 citado por Villemor-Amaral et al., 2015). No entanto, quando consideradas as diferenças por tonalidade, verificou-se que a redução foi significativa somente no tom Az1 em crianças com histórico de abuso sexual relatado. Por essa razão, é possível que a menor média ranqueada da cor azul neste grupo tenha ocorrido mais em decorrência da pouca presença da tonalidade mais clara do que das mais escuras, que são indicativas de repressão. Apesar de tender a indicar controle e inibição, conforme Villemor-Amaral (2012), a presença do azul deve ser marcada pelo tom mais forte para que ele tenha esse significado.

Além da ideia de controle das emoções, que está associada aos tons mais escuros, a cor azul também se refere à adaptação emocional (Villemor-Amaral, 2012). Nesse sentido, é possível que crianças com histórico de abuso sexual relatado possam ter menor adaptação emocional, quando comparadas às crianças não que possuem histórico de abuso. Pessoas que são vítimas desse tipo de violência tendem a ter muitos sentimentos de culpa, aflição e vergonha pelo que ocorreu (Furniss, 1993). Como são sentimentos muito dolorosos, é possível que crianças com histórico de abuso sexual tenham dificuldade de expressá-los enquanto lidam com demandas do mundo externo (Lima & Scortegagna, 2021). Além disso, é possível que esses sentimentos sejam canalizados para o corpo, como resultado de manifestação de sofrimento emocional (Lima & Scortegagna, 2021). Desse modo, é possível que crianças que vivenciaram abuso sexual tenham menos mecanismos de adaptação emocional e, por isso, tenham tido menor incidência de azul.

Ademais, verificou-se diminuição de Vd1 no grupo de crianças com histórico de abuso sexual relatado. A cor verde é associada à esfera do contato, da empatia e da abertura para relacionamentos interpessoais (Villemor-Amaral, 2012). A diminuição do Vd pode indicar insensibilidade emocional, o que diminui a abertura a relacionamentos interpessoais, e acarreta retraimento social (Villemor-Amaral, 2012). Lima e Scortegagna (2021), ao realizarem uma revisão de literatura sobre o Método de Rorschach com crianças que vivenciaram abuso sexual, verificaram que a maioria dos estudos encontrados apontou o aumento da variável de conteúdo mórbido do Rorschach. Esse dado indica que essas crianças tendem a ter uma percepção negativa e distorcida de si, o que impacta negativamente na capacidade de estabelecer relacionamentos interpessoais duradouros. Ademais, verificaram um agrupamento de variáveis que dão indícios de dificuldade de diferenciar intenções positivas e negativas por parte de outras pessoas, o que poderia comprometer o estabelecimento de relacionamentos interpessoais, e aumentar as chances de sofrer novos episódios de violência (Lima & Scortegagna, 2021). Embora tenha tido diferenças significativas somente no que se refere à tonalidade Vd1, pode-se dizer que crianças com histórico de abuso tendem a demonstrar menos interesse nos relacionamentos interpessoais e a serem mais retraídas do que as que não possuem histórico. No caso do TPC, as variáveis de frequência de cor e síndromes cromáticas possuem diferentes significados a depender da frequência em que estão presentes na amostra (Villemor-Amaral, 2005). Desse modo, interpretações mais precisas seriam possíveis se o TPC-i tivesse parâmetros normativos para comparar a frequência dessas variáveis em cada protocolo, com o que estaria exposto na tabela normativa.

Além disso, crianças com histórico de abuso sexual relatado tiveram menor incidência de síndrome fria, quando comparadas ao grupo sem histórico. Essa síndrome é o resultado do somatório das cores Az, Vd e Vi. Os manuais do TPC (Villemor-Amaral, 2005, 2012) não

trazem explicações explícitas sobre o significado dessa síndrome, mas apontam a necessidade de considerar a distribuição dos seus componentes, e em função de qual (is) cor (es) ocorre o seu aumento. Como o TPC-i ainda não possui dados normativos, não é possível verificar se sua incidência está acima ou abaixo da média nos protocolos. Apesar disso, é possível que a baixa incidência da síndrome fria nesses protocolos tenha ocorrido mais devido às cores Vd e Az, pois ambas tiveram tons com diferenças significativas entre os grupos, estando diminuídas no grupo com histórico de abuso sexual relatado. Mais estudos são necessários para auxiliar na compreensão desse indicador em crianças tanto no TPC-i, quanto no TPC.

Apesar de não terem sido elaboradas hipóteses utilizando as demais variáveis do TPC-i, utilizou-se o Teste Exato de Fisher para verificar a associação entre as variáveis de modo de colocação, aspecto formal, fórmula cromática e o fato de ter ou não ter tido histórico de abuso sexual. Os resultados estão dispostos na Tabela 9.

Tabela 9

Associação entre variáveis qualitativas do TPC-i e o histórico de abuso sexual relatado

| Variável TPC-i | Com histórico | Sem histórico | χ^2 | gl | <i>p</i> |
|-----------------------|---------------|---------------|----------|----|----------|
| Ascendente | 3 | 5 | 0 | 1 | 1 |
| Ascendente direta | 10 | 5 | 1,85 | 1 | 0,31 |
| Ascendente inversa | 2 | 3 | 0 | 1 | 1 |
| Ascendente alternada | 0 | 4 | 2,06 | 1 | 0,49 |
| Ascendente simétrica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ascendente diagonal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ascendente em manto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Espacial | 2 | 4 | 0 | 1 | 1 |
| Descendente | 13 | 9 | 0,69 | 1 | 0,58 |
| Descendente direta | 68 | 69 | 1,41 | 1 | 0,37 |
| Descendente inversa | 13 | 12 | 0,08 | 1 | 1 |
| Descendente alternada | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Descendente simétrica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Descendente diagonal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Descendente em manto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tapete Puro | 11 | 13 | 0,69 | 1 | 0,41 |
| Tapete desequilibrado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| Variável TPC-i | Com histórico | Sem histórico | χ^2 | gl | <i>p</i> |
|-------------------------------------|---------------|---------------|----------|----|----------|
| Tapete furado | 38 | 41 | 0,51 | 1 | 0,63 |
| Tapete com início de ordem | 27 | 26 | 0,22 | 1 | 0,64 |
| Formação em camadas monotonais | 5 | 4 | 0,21 | 1 | 1 |
| Formação em camadas monocromáticas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Formação em camadas multicromáticas | 7 | 14 | 0,96 | 1 | 0,52 |
| Formação simétrica | 6 | 3 | 0,56 | 1 | 0,71 |
| Formação alternada | 2 | 0 | 2,06 | 1 | 0,49 |
| Estrutura simétrica | 14 | 10 | 1,77 | 1 | 0,29 |
| Estrutura em escada | 1 | 0 | 1,01 | 1 | 1 |
| Estrutura em manto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Estrutura assimétrica dinâmica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Estrutura em mosaico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ampla e estável | 16 | 20 | 0,86 | 1 | 0,35 |
| Ampla e flexível | 11 | 6 | 1,91 | 1 | 0,17 |
| Ampla e instável | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Moderada e estável | 2 | 2 | 0 | 1 | 1 |
| Moderada e flexível | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Moderada e instável | 4 | 5 | 0,13 | 1 | 1 |
| Restrita e estável | 0 | 1 | 1,01 | 1 | 1 |
| Restrita e flexível | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Restrita e instável | 2 | 1 | 0,35 | 1 | 1 |

Fonte. Elaborada pela autora.

As variáveis ascendentes alternada, ascendente simétrica, ascendente diagonal, ascendente em manto, descendente alternada, descendente simétrica, descendente diagonal, descendente em manto, tapete desequilibrado, formação em camadas monocromáticas, formação em camadas monocromáticas tombadas, formação em camadas multicromáticas tombadas, estrutura em manto, estrutura em mosaico e estrutura assimétrica dinâmica não apareceram nos protocolos, ou foram consideradas constantes pelo SPSS. Por meio da Tabela 9, confirmou-se que não existem associações significativas entre as variáveis do TPC- i e o histórico de abuso, conforme era esperado. Ainda pensando na comparação entre grupos, foram elaboradas hipóteses de que algumas variáveis relacionadas à situação de abuso sexual poderiam estar associadas a indicadores específicos do TPC-i (hipóteses 15 até 22), pelo fato

de que podem interferir na dinâmica emocional das crianças. Os resultados e discussões dessas análises estão postos na sessão seguinte.

Possíveis relações entre variáveis da situação de abuso sexual e indicadores do TPC-i

Nesta sessão, buscou-se atender ao quarto objetivo específico desta dissertação, que é buscar evidências de validade concorrente a partir da associação entre variáveis referentes à situação de abuso sexual e indicadores afetivos da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister. Foram selecionadas as variáveis de vínculo com o agressor (se intrafamiliar ou extrafamiliar) e da vivência de outras violências para além do abuso sexual (se vivenciou ou não vivenciou). Em seguida realizaram-se análises de correlação ponto-bisserial entre as variáveis referentes à situação de abuso e as variáveis de cores, de síndromes, de soma de aspecto formal e de soma dos modos de colocação. Para a variável de vivência de outras violências considerou-se o código 1 para “Sim” e o código 2 para “Não”. Para a variável de vínculo com o agressor, adotou-se o código 1 para intrafamiliar e 2 para extrafamiliar. A compreensão desses códigos é necessária para a interpretação dos resultados que foram significativos e estão dispostos na Tabela 10.

Tabela 10

Correlações significativas entre variáveis da situação de abuso e indicadores do TPC-i

| Variável TPC-i | Vínculo com agressor | Vivência de outras violências |
|-----------------------|----------------------|-------------------------------|
| Vi1 | -0,332* | -0,432* |
| Colocação descendente | 0,350* | - |

Fonte. Elaborada pela autora.

Legenda: * = $p < 0,05$

Não foram verificadas correlações entre variáveis da situação de abuso e os indicadores do TPC-i referentes a retraimento e repressão emocional, como tons Az3 e Az4, cores preta e cinza, e síndrome incolor. Por essa razão, são necessários novos estudos

considerando essas variáveis, pois é possível que essas variáveis realmente não forneçam indícios da repressão enquanto mecanismo de defesa da psique, e envolvam mais uma evitação de situações emocionalmente estimulantes, que não necessariamente se refere à repressão enquanto mecanismo de defesa costumeiramente utilizado por crianças que sofrem violência.

Embora não tenham sido encontradas as correlações significativas esperadas, análises exploratórias de correlação permitiram verificar, por meio da Tabela 10, correlações entre variáveis referentes à situação de abuso sexual e a tonalidade Vi1. Nesse caso, o fato de a correlação ter sido negativa indica que crianças que vivenciaram abuso sexual intrafamiliar (código 1 na variável dicotômica) tendem a ter maior presença de Vi1 nos seus protocolos. Da mesma forma, crianças que vivenciaram outras violências para além do abuso (código 1 na variável dicotômica) tendem a ter maior incidência de Vi1.

Conforme Villemor-Amaral (2012), o significado da cor Vi é tradicionalmente associado a sentimentos de tensão e ansiedade. No tangente às tonalidades, o Vi1 estaria mais associado à ansiedade difusa referente ao medo do desamparo e de se sentir indefeso (Villemor-Amaral, 2012). Ao se considerar esse significado atribuído pelo manual do TPC para adultos, a correlação entre Vi1 e o fato de ter sofrido abuso sexual por parte de um agressor familiar e/ou o de ter sofrido outros tipos de violência paralelos ao abuso, teria sentido teórico.

Isso se dá porque a prática de outras violências contra a criança tende a consistir em um mecanismo para que ela não revele a vivência de abuso sexual (Schaeffer, Brunnet, et al., 2018). As ameaças e práticas contra a integridade da criança contribuem para que ela tenha sintomas ansiosos (Lima & Scortegagna, 2021) por continuar à mercê daquela situação de perigo proporcionada por um agressor que, na maioria das vezes, é membro da família. Ademais, quando se vê impelida a revelar o que aconteceu, seus sintomas ansiosos tendem a

umentar, devido ao medo do que pode acontecer com ela, com a família, e com o agressor (Furniss, 1993).

No que tange ao vínculo com os agressores, ao se considerar a presente amostra, a maioria dos agressores intrafamiliares é composta por padrasto ($f = 7$), tio ($f = 4$), pai ($f = 3$) e avô ($f = 2$). São pessoas que, no geral, são vistas como figuras de autoridade e com quem a criança tende a ter vínculos afetivos. Nesse sentido, a vivência de abuso sexual em um ambiente que deveria ser fonte de proteção e de desenvolvimento saudável para a criança, e por parte de pessoas que, teoricamente, deveriam assumir o papel protetor, pode contribuir para que a vítima venha a ter sintomas ansiosos. Além disso, ela pode se sentir desamparada e indefesa, sobretudo quando não tem o apoio dos demais membros da família, após a revelação do abuso sexual (Furniss, 1993; Rovinski & Pelisoli, 2020).

Todavia, é necessário ter cuidado ao interpretar o Vi1 como indício de ansiedade em crianças. Conforme Villemor-Amaral (2005), esse significado estaria mais atrelado a adultos, além de que é muito comum que meninas utilizem a cor Vi1 em suas pirâmides. Nesse sentido, embora a discussão anteriormente realizada tenha sentido teórico considerando as vivências das crianças da amostra, vale ressaltar que a maior parte da amostra é composta por meninas ($f = 88,7\%$), o que pode ter interferido nos resultados. Na verdade, o significado do violeta atrelado à ansiedade precisa de mais evidências que o comprovem tanto no que tange ao TPC, quanto ao TPC-i.

Adicionalmente, explorou-se a associação entre variáveis referentes à situação de abuso, a saber, vivência de outras violências paralelas ao abuso e vínculo com agressor, e os processos de execução e fórmula cromática. Os resultados do teste Qui-Quadrado de independência podem ser visualizados na Tabela 11.

Tabela 11

Associação entre variáveis da situação de abuso e indicadores do TPC-i

| Variável da situação de abuso | Variável TPC-i | χ^2 | gl | <i>p</i> |
|-------------------------------|----------------------|----------|----|----------|
| Vínculo com o agressor | Processo de execução | - | - | 1,000 |
| | Fórmula cromática | 5,886 | 6 | 0,436 |
| Vivência de outras violências | Processo de execução | - | - | 1,000 |
| | Fórmula cromática | 6,26 | 5 | 0,282 |

Fonte. Elaborada pela autora.

Por meio da Tabela 11, observa-se que não foram encontradas associações entre essas variáveis do TPC-i e as variáveis referentes à situação de abuso. Os indicadores do TPC-i em que eram esperados resultados significativos eram os de cores e síndromes, que poderiam indicar retraimento e repressão emocional. Com relação aos demais, já era esperado que não houvesse dados significativos. Apesar disso, faz-se necessário entender como os indicadores do TPC-i que se relacionaram com histórico e variáveis da situação de abuso poderiam contribuir para prever a incidência dessas variáveis nos participantes da amostra, o que consistiria na busca por evidências de validade preditiva para o instrumento.

Evidências de validade preditiva para o TPC-i

Para buscar evidências de validade preditiva para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (Objetivo específico 5), realizaram-se análises de regressão logística binária (método *enter*), adotando-se procedimentos de *Bootstrapping* como uma forma de corrigir possíveis desvios de normalidade dos dados. O modelo inicialmente proposto tinha como preditoras as variáveis do TPC-i que poderiam indicar retraimento e repressão emocional, a saber, tons Az3 e Az4, cores preta e cinza, além de síndrome incolor. O desfecho seria composto pelo histórico de abuso sexual relatado. Esse modelo não foi estatisticamente significativo [$\chi^2 (5) = 4,007$, $p = 0,55$; Nagelkerke $R^2 = 0,07$], indicando que ele não é capaz de prever adequadamente nenhum dos casos. Esse dado foi condizente com o encontrado nas análises de comparação de grupos, em que não houve maior incidência significativa dessas variáveis.

Depois disso, testou-se outro modelo, utilizando como predictoras as variáveis que foram estatisticamente significativas nas análises de comparação de grupos anteriormente realizadas, a saber, Az1, Az, Vd1 e síndrome fria. Para tanto, utilizou-se regressão logística binária (método *enter*) com procedimentos de *Bootstrapping*. Esse modelo também não foi estatisticamente significativo [$\chi^2 (4) = 7,912$, $p = 0,09$; Nagelkerke $R^2 = 0,13$], logo, não foi capaz de prever nenhum dos casos.

Como o objetivo específico requer a busca de evidências de validade preditiva para o TPC-i, realizaram-se análises exploratórias de regressão logística binária (método *enter*) com *Bootstrapping* para testar modelos preditivos de variáveis da situação de abuso, a saber, vínculo com o agressor (intrafamiliar ou extrafamiliar) e vivência de outras violências para além do abuso. Para testar o modelo de predição do vínculo com o agressor, trabalhou-se somente com a amostra de pessoas com histórico de abuso sexual relatado ($n = 37$), e utilizou-se a variável Vi1 como preditora, tendo em vista que ela possui um significado interpretativo e se correlacionou com a variável de vínculo com o agressor. Como resultado, o modelo geral de regressão foi estatisticamente significativo [$\chi^2 (1) = 4,482$, $p = 0,03$; Nagelkerke $R^2 = 0,15$], sendo 55% dos casos corretamente classificados para quem teve um agressor intrafamiliar e 64,7% dos casos corretamente classificados para quem teve um agressor extrafamiliar. Ver tabela 12.

Tabela 12

Classificações previstas pelo modelo preditivo de vínculo com o agressor

| | | Valores preditos | | Classificações corretas |
|-----------------------|---------------|------------------|---------------|-------------------------|
| | | Intrafamiliar | Extrafamiliar | |
| Valores observados | Intrafamiliar | 11 | 9 | 55 |
| | Extrafamiliar | 6 | 11 | 64,7 |
| Classificação correta | | - | - | 59,5 |

Fonte. Elaborada pela autora.

A única variável do modelo, Vi1, teve impacto estatisticamente significativo ($\exp(b) = 0,705$ [95% IC -0,80 - 0,45]), demonstrando que a cada ponto em Vi1 diminui em 0,705 vezes a probabilidade de se ter pessoas com histórico de abuso sexual extrafamiliar. Depois disso, testou-se outro modelo tendo o Vi1 como variável de entrada e a vivência de outras violências paralelas à situação de abuso como variável de saída. Após a realização da regressão logística binária (método *enter*) com procedimentos de *Bootstrapping*, verificou-se que esse modelo também foi estatisticamente significativo [$\chi^2(1) = 6,650$, $p = 0,01$; Nagelkerke $R^2 = 0,26$], sendo 60% dos casos corretamente classificados para quem vivenciou outras violências para além da situação de abuso e 68,8% dos casos corretamente classificados para quem vivenciou somente abuso sexual enquanto violência. As classificações corretas podem ser visualizadas na Tabela 13.

Tabela 13

Classificações previstas pelo modelo preditivo de vivência de outras violências paralelas ao abuso sexual

| | | Valores preditos | | Classificações corretas |
|-----------------------|---------------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| | | Vivenciou | Não vivenciou | |
| Valores observados | Vivenciou outras violências | 9 | 6 | 60 |
| | Não vivenciou outras violências | 5 | 11 | 68,8 |
| Classificação correta | | - | - | 64,5 |

Fonte. Elaborada pela autora.

A variável Vi1, que era a única no modelo, teve impacto estatisticamente significativo ($\exp(b) = 0,600$ [95% IC 0,37 - 0,97]). Esse dado indica que a cada ponto em Vi1 diminui em 0,600 vezes a probabilidade de se ter pessoas que não vivenciaram outras violências para além do abuso sexual.

Conforme Villemor-Amaral (2012), a cor Vi é tradicionalmente ligada à tensão e à ansiedade, sendo o Vi1 mais associado ao medo do desamparo e de se sentir indefeso.

Quando o agressor é membro da família, é possível que a vítima tenha mais sentimentos de culpa, de autorresponsabilização pelo ocorrido, além do medo de revelar para que nada de ruim aconteça ao agressor, ou para que a família não a repreenda (Baía et al., 2013; Cruz et al., 2021). Ademais, quando o abuso é perpetrado por alguém próximo, envolve uma quebra de confiança, pois de repente, aquela pessoa que, muitas vezes, ela enxerga como tendo o papel de protegê-la, como sendo alguém em que ela se inspira e confia, passa a ser uma pessoa que invade o seu espaço, que não a respeita e a violenta (Furniss, 1993; Rovinski & Pelisoli, 2020). Embora, em alguns casos, a criança não encare a situação como uma forma de violência e sim como um carinho entre ela e aquele adulto que teoricamente a ama, em outros, acontece a quebra de confiança, a decepção e o medo, o que contribui para que a lembrança do episódio de abuso seja ainda mais dolorosa (Furniss, 1993; Rovinski & Pelisoli, 2020). Por isso, é possível que o psiquismo empregue o esforço de reprimi-la (Scortegagna & Villemor-Amaral, 2012).

Nesse sentido, e também para evitar conflitos familiares decorrentes da revelação do ocorrido, muitas crianças tendem a omitir o que vivenciaram (Furniss, 1993). Como o agressor está mais próximo da criança, é comum que ela esteja mais vulnerável a sofrer abuso sexual novamente, e que vivencie outras violências em casa, como é o caso das ameaças e das agressões físicas. É possível que o perpetrador diga à criança que aquele é um segredo entre ela e ele, de modo que, caso ela diga algo, irá sofrer alguns castigos, que envolvem, geralmente, agressões físicas e ameaças de desastre na família (Furniss, 1993). Nesse sentido, a criança, por medo, não revela o que aconteceu e continua exposta ao agressor e a novos episódios de abuso. Quando o agressor é alguém com quem a criança tem vínculo, geralmente um membro da família, é possível que ele a ameace dizendo o quanto ele e a família podem sofrer, caso a vítima fale algo (Furniss, 1993).

Por isso, elas tendem a ser mais propensas a se sentirem mais indefesas, ansiosas e desamparadas pela dificuldade de visualizarem uma saída para a situação. Assim, é possível que o aumento de Vi1 realmente contribua para o aumento da probabilidade de os casos de crianças com histórico de abuso sexual extrafamiliar não serem identificadas, pois elas estariam menos propensas a terem Vi1 em seus protocolos, em comparação com as crianças cujos agressores foram intrafamiliares. Ademais, crianças que não vivenciaram outras violências também tendem a não ser identificadas no modelo pela presença do Vi1, pois esta variável pode estar mais presente nos protocolos de crianças que vivenciaram outros tipos de violência para além do abuso sexual. Apesar de este estudo ter contribuído para entender um pouco mais a relação dessas cores com estas variáveis, não é suficiente para se dizer que foram encontradas evidências de validade preditiva para o TPC-i, pois o significado da cor Vi ainda é controverso e são necessários mais estudos para tentar entender o seu significado.

Considerações finais

A presente dissertação teve como objetivo geral buscar evidências de validade da versão informatizada do teste das Pirâmides Coloridas de Pfister para uso com crianças. Devido ao fato de o estudo não ter sido realizado exclusivamente com crianças com histórico de abuso sexual relatado, nem de ter trabalhado somente com a variável de abuso sexual, considera-se que o estudo teve como foco buscar evidências do TPC-i para uso com crianças que possuem e que não possuem histórico de abuso sexual.

Para atingir este objetivo geral, foram traçados cinco objetivos específicos: (1) Buscar evidências de validade convergente entre os indicadores afetivos da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister com os traços de personalidade avaliados pela Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC); (2) Buscar evidências de validade concorrente para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, tendo como critério a faixa etária; (3) Buscar evidências de validade concorrente por meio da

comparação entre crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado; (4) Buscar evidências de validade concorrente a partir da associação entre variáveis referentes à situação de abuso sexual e indicadores afetivos da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister; (5) Buscar evidências de validade preditiva para a versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, foram encontradas evidências de validade convergente para o TPC-i, quando correlacionado com a ETPC. Neste estudo, a hipótese de que haveria correlação positiva entre neuroticismo e a cor Vi foi confirmada, o que pode sugerir que o significado do Vi pode ser similar ao encontrado em estudos envolvendo o TPC com adultos. As demais correlações significativas indicam que os dois testes avaliam o mesmo construto, sugerindo evidências de validade convergente para o TPC-i, já que a ETPC é uma escala aprovada no Satepsi para avaliação da personalidade.

No tangente ao objetivo específico 2, a comparação de grupos de crianças tendo como variável externa a idade possibilitou encontrar evidências de validade concorrente, pois a faixa etária interferiu na incidência de algumas variáveis nos protocolos. Além de a hipótese previamente traçada ter sido confirmada, o que indica que, assim como no TPC, a variável tapete puro remete a imaturidade cognitiva, os demais resultados resultantes de análises exploratórias também fizeram sentido, quando se considera estudos anteriores realizados com o TPC.

Quanto ao objetivo específico 3, é possível afirmar que foram encontradas evidências de validade convergente para crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado. As análises exploratórias de comparação desses grupos proporcionaram discutir alguns dados que indicam que a vivência de violência pode influenciar na escolha das cores do TPC-i. O fato de as hipóteses traçadas para este objetivo, que envolviam variáveis específicas, não terem sido confirmadas não é indicativo de ausência de evidências de validade, tendo em

vista os resultados encontrados com as análises exploratórias. Ademais, como se trata de um teste novo, nunca anteriormente estudado com crianças, é possível que as hipóteses traçadas para todos os objetivos não tenham sido bem fundamentadas, pois não existem estudos prévios com o TPC-i que as embasem. Todo o material utilizado para construir hipóteses consistiu nos manuais e nos estudos do TPC, que embora tenha embasado a construção do TPC-i, trata-se de outro instrumento.

O objetivo específico 4 teve um caráter mais exploratório, no qual as associações significativas entre variáveis referentes a situação de abuso e alguns indicadores do TPC-i permitiram compreender melhor o significado das variáveis no teste. Estudos como esse são justificáveis, tendo em vista que se trata de um teste cujos estudos ainda estão em fase inicial.

No tangente ao objetivo específico 5, os resultados sugeriram que não foi possível encontrar evidências de validade preditiva para o TPC-i. Inicialmente, buscou-se testar a hipótese traçada para este objetivo, inserindo as variáveis que supostamente sugeririam mecanismos de retraimento e repressão emocional no TPC-i para identificar a probabilidade de este modelo identificar um participante com histórico de abuso sexual relatado. Como o modelo não foi significativo, não fez sentido analisar o papel preditivo de cada variável. Em seguida, enquanto análise exploratória, elaborou-se um modelo cujos preditores eram compostos somente pelas variáveis cujas diferenças foram significativas na análise de comparação de grupos. Todavia, o novo modelo também não foi significativo, logo, com este estudo não foram encontradas evidências de validade preditiva para o TPC-i.

Apesar de terem sido encontradas evidências de validade para o TPC-i, satisfazendo o proposto pelo objetivo geral, esta dissertação não está isenta de limitações. Uma delas é referente a alguns problemas na plataforma do TPC-i, que podem ter interferido negativamente na realização da atividade sugerida pelo teste. Os problemas percebidos pela pesquisadora e pelas crianças participantes da pesquisa podem ser visualizados no Apêndice

K. O intuito desta exposição não é depreciar o instrumento, mas sim contribuir para que os autores pensem em estratégias para melhorar a plataforma. Um dos objetivos da pesquisa com instrumentos é justamente encontrar limitações que eles possam apresentar para, assim, ser possível aperfeiçoá-lo e, no caso do TPC-i, contribuir para que ele possa ser futuramente utilizado em processos de avaliação psicológica.

Outras limitações da pesquisa decorreram da dificuldade de atingir o número mínimo de crianças com histórico de abuso sexual relatado, que era 45. A presença dessa limitação foi perpassada pelas faltas das crianças aos atendimentos, pela dificuldade de fazer a pesquisa com crianças institucionalizadas, cujos responsáveis não quiseram se responsabilizar pela sua participação na pesquisa, além do fato de que algumas crianças não conseguiram se engajar na atividade. Um dos motivos para as faltas aos atendimentos presenciais era o fato de as famílias não terem condições financeiras de arcarem com os custos de transporte até a instituição, o que reduzia ainda mais a quantidade de crianças passíveis de participar. Como foram menos crianças do que o previsto neste grupo, o pareamento teve que ser feito considerando somente as 37 crianças disponíveis no estudo de participantes com histórico de abuso sexual relatado, o que reduziu a amostra dos estudos referentes aos objetivos 2, 3, 4 e 5 para 74.

Além disso, não foi possível parrear os grupos no tangente à série escolar. No caso das pessoas com histórico de abuso sexual relatado, algumas delas sofreram abuso sexual na escola e, como estudavam em instituições municipais, os responsáveis tiveram dificuldades de encontrar vagas para que a ela continuasse estudando na mesma série. Por essa razão, algumas repetiram o ano, não porque reprovaram, mas porque saíram da escola e não conseguiram mais vagas para aquele ano. Outras crianças tiveram que mudar de cidade para morar com parentes, o que também interferiu em sua ida para a escola. Outros participantes, independente do histórico de abuso, tiveram dificuldades com a pandemia, e acabaram

repetindo a série. Assim, são muitas particularidades que contribuíam para que muitas crianças não tivessem em uma série condizente com a idade. Esse fato dificultou o pareamento por série escolar.

Outra limitação foi decorrente da ausência de estudos normativos para o TPC-i. Algumas variáveis podem ter significados diferentes a depender da frequência com que aparecem nos protocolos. Quando existem estudos normativos, é possível compreender quando a frequência está abaixo, acima e na média normativa. A ausência desses parâmetros pode ter comprometido a interpretação de alguns dados, sobretudo referentes ao estudo de evidências de validade convergente. Por isso, esses dados precisam ser analisados com cautela.

Nesse sentido, sugere-se a continuação dos estudos com o TPC-i para que sejam produzidos esses dados normativos, se possível, envolvendo outras regiões brasileiras. Ademais, por meio dos dados da dissertação, é possível compreender a necessidade de se realizar mais estudos de evidências de validade para o TPC-i com crianças, principalmente depois que forem corrigidos alguns problemas apontados na plataforma do teste. Trata-se de um instrumento lúdico, que agradou grande parte das crianças, e que demandará mais investimentos de pesquisas para que possa vir a ser utilizado profissionalmente.

Referências

- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education (2014). *Standarts for educational and psychological testing*. American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education.
- American Psychological Association (2020). *Guidelines for Psychological Assessment and Evaluation*. American Psychological Association.
<https://www.apa.org/about/policy/guidelines-psychological-assessment-evaluation.pdf>.
- Anderson, H. A., & Anderson, G. L. (1967). *Técnicas projetivas do diagnóstico psicológico*. Editora Mestre Jou.
- Baía, P.A.D., Veloso, M.M.X., Magalhães, C.M.C., & Dell’Aglío, D.D. (2013). Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. *Temas em Psicologia*, 21(1), 193-202.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n1/v21n1a14.pdf>.
- Besutti, J., Anjos, L. S. S., Krindges, C. A., & Hohendorff, J. (2019). Avaliação psicológica com crianças e adolescentes em situação de risco. In: Borsa, J. C. (Ed.), *Avaliação Psicológica aplicada a contextos de vulnerabilidade social* (pp. 7-25). Vetor Editora.
- Bicalho, P. P. G., & Vieira, E. S. (2018). Direitos humanos e avaliação psicológica: indissociabilidade do compromisso ético-político profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(num.esp.), 147-158. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000211836>.
- Borges, L., & Baptista, M. N. (2018). Avaliação psicológica e psicoterapia na infância. In: Lins, M, Muniz, M., & Cardoso, L (Eds.), *Avaliação psicológica infantil* (pp. 71-90). Hogrefe.

- Borges, J. L., & Dell’Aglío, D. D. (2008). Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 371-379. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000200020>.
- Cardoso, L. M., Bessa, L. B., & Targino, R. M. (2019). Comparação dos indicadores emocionais do teste de Pfister entre meninos e meninas cearenses. *Temas em Psicologia*, 27(1), 1-10. <https://doi.org/10.9788/TP2019.1-01>.
- Cardoso, L. M., Gomes, G. V., & Costa, T. M. (2021). Estudo de correlações entre indicadores cognitivos do Teste de Pfister e do Zulliger-SC. *Avaliação Psicológica*, 20(2), 253-261. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2021.2002.16993.13>.
- Cardoso, L. M., Lopes, E. I. X., Marques, T. M., & Targino, R. M. (2018). Evidências de validade concorrente para uso do Pfister com crianças do Ceará. *Psicologia: Teoria e Prática*, 20(2), 120-133. <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v20n2p134-146>.
- Cardoso, L. M. & Resende, A. C. (2018). O uso dos métodos projetivos na avaliação de crianças. In: Lins, M. R. C., Muniz, M., & Cardoso, L. M. (Eds.), *Avaliação psicológica infantil* (pp. 245-264). Hogrefe.
- Cardoso, L.M., & Villemor-Amaral, A.E. (2017). Critérios de cientificidade dos métodos projetivos. In: Lins, M.R.C., & Borsa, J.C. (Orgs.). *Avaliação Psicológica: aspectos teóricos e práticos* (pp. 175-190). Editora Vozes.
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological bulletin*, 112(1), 155-159. 10.1037//0033-2909.112.1.155.
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Resolução nº 11, de 11 de maio de 2018*. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP N.º11/2012. Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/wp->

content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf.

Conselho Federal de Psicologia (2019). *Nota Técnica nº 7/2019/GTEC/CG*. Substitui a Nota Técnica nº 5/2019. Conselho Federal de Psicologia.

<https://satepsi.cfp.org.br/docs/NotaTecnicaCFP072019.pdf>.

Conselho Federal de Psicologia. (2020). *Nota Orientativa sobre o uso de testes psicológicos informatizados/computadorizados e/ou de aplicação remota/online*. Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/nota-orientativa-sobre-o-uso-de-testes-psicologicos-informatizados-computadorizados-e-ou-de-aplicacao-remota-online/>.

Conselho Federal de Psicologia (2022a). *Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI)*. <https://satepsi.cfp.org.br/>

Conselho Federal de Psicologia (2022b). *Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2022*.

Estabelece as diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga a Resolução nº 009/2018. Conselho Federal de Psicologia. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-31-2022-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-09-2018?origin=instituicao&q=31/2022>.

Conselho Nacional de Saúde (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde.

<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

Conselho Nacional de Saúde (2016). *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais.

Conselho Nacional de Saúde.

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

- Cóser, S. S. S., & Miguel, F. K. (2022). Avaliação Psicológica e o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação: possibilidades a partir das regulamentações do Conselho Federal de Psicologia. In: Silva, R. B., & Sei, M. B. (Eds.), *Psicologia e contemporaneidade: pesquisas, experiências e reflexões* (pp. 10-25). Universidade Estadual de Londrina. <https://pos.uel.br/psicologia/wp-content/uploads/2022/05/Psicologia-e-contemporaneidade-livro-mestrado.pdf#page=10>.
- Cruz, M. A., Gomes, N. P., Campos, L. M., Estrela, F. M., Whitaker, M. C. O., & Lírio, J. G. S. (2021). Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e na adolescência: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(4), 1369-1380. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>.
- De Leo, G., Gonzales, C. H., Battagiri, P., & Leroy, G. (2011). A Smart-Phone application and a companion website for the improvement of the communication skills of children with the autism: clinical rationale, technical development and preliminary results. *Journal of Medical Systems*, 35(4), 703-711. doi: 10.1007/s10916-009-9407-1.
- Farah, F. H. Z., Cardoso, L. M., & Villemor-Amaral, A. E. (2014). Precisão e validade do Pfister para avaliação de crianças. *Avaliação Psicológica*, 13(2), 187-194. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v13n2/v13n2a06.pdf>.
- Fernandes, D. C., Bartholomeu, D., Rueda, F. J. M., Suehiro, A. C. B., & Sisto, F. F. (2005). Autoconceito e traços de personalidade: um estudo correlacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(1), 15-25. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572005000100002>.
- Field, A. (2009). *Descobrendo a estatística usando o SPSS* (2 ed.). Artmed.

- Finn, S. (2012). Implications of Recent Research in Neurobiology for Psychological Assessment. *Journal of Personality Assessment*, 45(5), 440-449.
<https://doi.org/10.1080/00223891.2012.700665>.
- Fisher, C., Goldsmith, A., Hurcombe, R., & Soares, C. (2017). *The impacts of child sexual abuse: a rapid evidence assessment. Summary Report*. Independent Inquiry Into Child Sexual Abuse.
<https://uobrep.openrepository.com/bitstream/handle/10547/624859/iicsa-impacts-child-sexual-abuse-rapid-evidence-assessment-full-report-english.pdf?sequence=2&isAllowed=y>
- Franco, R. R. C., & Villemor-Amaral, A. E. (2009). Validade concorrente entre provas de personalidade: Zulliger-SC e Pfister. *Revista Psicologia e Saúde*, 1(1), 50-59.
<https://www.redalyc.org/pdf/6098/609866390007.pdf>.
- Freitas, C. P. P., & Damásio, B. F. (2017). Evidências de validade com base nas relações com medidas externas: Conceituação e problematização. In: Damásio, B. F., & Borsa, J. C. (Eds.), *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 101-117). Vetor Editora.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). *Anuário brasileiro de segurança pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). *Anuário brasileiro de segurança pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (2021). *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Fundo das Nações Unidas para a Infância.
<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>.

- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Artes Médicas.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). Definições e dinâmica do abuso sexual. In: Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (Eds.), *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica* (pp. 19-35). Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Corte, F. D., Hatzenberger, R., Stroehrer, F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 338-344. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200021>.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Stroehrer, F. H., Hatzenberger, R., Cunha, R. C., & Ramos, M. S. (2008). Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 13(3), 285-292. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2008000300011>.
- Habigzang, L. F., Ramos, M. S., & Koller, S. H. (2011). A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 467-473. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400010>.
- Hébert, M., Lapierre, A., MacIntosh, H.B., & Ménard, A.D. (2021). A review of mediators in the association between child sexual abuse and revictimization in romantic relationships. *Journal of child sexual abuse*, 30(4), 385-406. <https://doi.org/10.1080/10538712.2020.1801936>.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2015). Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: panorama e alternativas de atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 182-198. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000202014>.

- Ihongbe, T.O., & Masho, S.W. (2018). Child Sexual Abuse and Intimate Partner Violence Victimization in Adulthood: Sex-Differences in the Mediating Influence of Age of Sexual Initiation. *Journal of child sexual abuse*, 27(1), 53-69.
<https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1361496>.
- Khalily, M.K., & Hallahan, B. (2011). Psychological assessment through performance-based techniques and self-reports: a case study of a sexually abused girl at preschool age, journal of child sexual abuse. *Journal of child sexual abuse*, 20(3), 338-352.
<https://doi.org/10.1080/10538712.2011.571232>.
- Landis, J. R., & Koch, G. G. (1977). The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data. *Biometrics*, 33, 159-174. <https://doi.org/10.2307/2529310>.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009. (2009). Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm.
- Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017. (2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm.

- Lima, T. M. (2023). *Avaliação da inteligência emocional e da personalidade de professores que desenvolvem competências socioemocionais*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Estadual do Ceará.
- Lima, E. S., & Scortegagna, S. A. (2021). Abuso sexual infantil, câncer e outras doenças avaliados pelo Rorschach: revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222038>.
- Machado, R. C. (2023). *Brincadeiras perigosas e traços de personalidade na adolescência: um estudo de avaliação multimétodo*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal do Ceará.
- Melo, K. M. (2023). *Qualidades psicométricas de uma versão remota do Teste de Pfister no contexto da Covid-19*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal do Ceará.
- Messman-Moore, T.L., Walsh, K.L., & DiLillo, D. (2010). Emotion dysregulation and risky sexual behavior in revictimization. *Child abuse & neglect*, 34(12), 967-976. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.06.004>.
- Miguel, F. K. (2017). A utilização da informática nas pesquisas em Avaliação Psicológica. *Avaliação Psicológica*, 16(4), 387-504. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2017.1604.ed>.
- Mihura, J. L., Meyer, G. J., Dumitracu, N., & Bombel, G. (2013). The validity of individual Rorschach variables: Systematic reviews and meta-analyses of the comprehensive system. *Psychological bulletin*, 139(3), 548-605. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22925137/>.
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Crianças e adolescentes são 79% das vítimas em denúncias de estupro registradas no disque 100*. (2022, Outubro 11). <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/criancas-e-adolescentes-sao-79-das-vitimas-em-denuncias-de-estupro-registradas-no-disque->

- Platt, V. B., Back, I. C., Hauschild, D. B., & Guedert, J. M. (2018). Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(4), 1019-1031. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>.
- Resende, A. C., Alencar, A. C. O.N., & Perissinotto, R. (2023, 3 a 7 de julho) Evidências de Validade Para o Pfister Informatizado. [Sessão de pôsteres]. *Anais do XI Congresso do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica*. CEUB Brasília.
- Risman, A., Figueira, R.L., Vieira, G.M., & Azevedo, L.T. (2014). Abuso sexual intrafamiliar: Um olhar multifacetado para o incesto. *Psicología para América Latina*, 26, 87-105. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n26/a06n26.pdf>.
- Roemmele, M., & Messman-Moore, T.L. (2011). Child abuse, early maladaptive schemas, and risky sexual behavior in college women. *Journal of child sexual abuse*, 20(3), 264-283. 10.1080/10538712.2011.575445.
- Rovinski, S. L. R. (2014). Avaliação Psicológica forense em situações de suspeita de abuso sexual em crianças: possibilidades e riscos. *Prâxis – Revista do ICHLA*, 2, 19-25. <https://www.redalyc.org/pdf/5255/525552631004.pdf>.
- Rovinski, S.L.R., & Pelisoli, C.L. (2020). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: testemunho e avaliação psicológica*. Vetor Editora.
- Santos, R. S. & Noronha, A. P. P. (2006). Estudo correlacional entre a maturidade percepto-motora e traços de personalidade. *Psic: revista da Vetor Editora*, 7(2), 39-45. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142006000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- Saywitz, K. J., Mannarino, A. P., Berliner, L., & Cohen, J. A. (2000). Treatment of sexually abused children and adolescents. *American Psychologist*, 55(9), 1040–1049. 10.1037/0003-066X.55.9.1040.

Schaefer, L. S., Brunnet, A. E., Lobo, B. O. M., Carvalho, J. C. N., & Kristensen, C. H.

(2018). Indicadores psicológicos e comportamentais na perícia do abuso sexual infantil. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1467-1482. <https://doi.org/10.9788/TP2018.3-12Pt>.

Schaefer, L. S., Donat, J. C., & Kristensen, C. H. (2018). Avaliação de crianças com suspeita de abuso sexual. In: Lins, M. R. C., Muniz, M., & Cardoso, L. M. (Eds.), *Avaliação psicológica infantil* (pp. 429-443). Hogrefe.

Schaefer, L. S., Rossetto, S., & Kristensen, C. H. (2012). Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 227-234. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200011>.

Schneider, A. M. A., Marasca, A. R., Yates, D. B., Feijó, L. P., Rovinski, S. L. R., & Bandeira, D. R. (2020). A avaliação psicológica online é aplicável a todos os contextos? In: Schneider, A. M. A., Marasca, A. R., Yates, D. B., Feijó, L. P., Rovinski, S. L. R., & Bandeira, D. R. (Eds.), *Boas práticas para a avaliação psicológica online* (pp. 7-9). GEAPAP/UFRGS.

Scortegagna, S. A., Lima, E. S. & Cardoso, L. M. (2023). Pirâmides Coloridas de Pfister: revisão sistemática de artigos (2009-2021). *Revista Psicologia em Pesquisa*, 17(2), 1-26.

Scortegagna, S. A., & Villemor-Amaral, A.E. (2009). Autopercepção no Rorschach de vítimas de abuso sexual infantil. *Psico*, 40(3), 328-336. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/5736/4800>.

Scortegagna, S. A., & Villemor-Amaral, A.E. (2012). Uso do Rorschach na investigação do abuso sexual infantil. *Paidéia*, 22(52), 271-279. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000200013>.

- Sisto, F. F. (2004). Traços de personalidade de crianças e emoções: evidência de validade. *Paidéia*, 14(29), 359-369. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000300011>.
- Sisto, F. F. (2019). *Escala de Traços de Personalidade para Crianças* (2 ed.). Vetor.
- Sisto, F. F., Bueno, J. M., & Rueda, F. J. M. (2003). Traços de personalidade na infância e distorção e integração de formas: um estudo de validade. *Psicologia em Estudo*, 8(1), 77-84. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000100010>.
- Sisto, F. F., & Rueda, F. J. (2008). Estudo sobre relações entre autocontrole e traços de personalidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 369-380. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200008>.
- Villemor-Amaral, A. E. (2012). *As Pirâmides Coloridas de Pfister*. CETEPP.
- Villemor-Amaral, A. E. (2005). *As Pirâmides Coloridas de Pfister: versão para crianças e adolescentes*. Casa do Psicólogo.
- Villemor-Amaral, A. E., Biasi, F. C., Cardoso, L. M., Pavan, P. M. P., & Tavella, R. R. (2015). Rosa e azul: sexo e idade no Teste de Pfister. *Psico-USF*, 20(3), 411-420. <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200304>.
- Villemor-Amaral, A. E., Biasi, F. C., Pavan, P. M. P., Tavella, R. R., & Cardoso, L. M. (2016). A fórmula cromática no Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister em diferentes faixas etárias. *Psicologia em Revista*, 22(2), 501-515. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n2/v22n2a15.pdf>.
- Villemor-Amaral, A.E., Cardoso, L.M., Resende, A.C., & Scortegagna, S.A. (2020). *Estudos normativos 2020: As Pirâmides Coloridas de Pfister*. Hogrefe.
- Villemor-Amaral, A. E., Pardini, P. M., Tavella, R. R., Biasi, F. C., & Migoranci, P. B. (2012). Evidências de validade do Teste de Pfister para avaliação de crianças. *Avaliação Psicológica*, 11(3), 423-434.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000300009.

Villemor-Amaral, A. E., & Pasian, S. R. (2022). Métodos projetivos de avaliação psicológica: da origem até a atualidade. In: Villemor-Amaral, A. E., Pasian, S. R., & Amparo, D. M. *Avanços em Métodos Projetivos* (pp. 9-18). Hogrefe.

Villemor-Amaral, A. E., & Pasqualini-Casado, L. (2006). A cientificidade das técnicas projetivas em debate. *Psico-USF*, 11(2), 185-193.

<https://www.scielo.br/j/psuf/a/JZLGhKV4tZjrWnTg8ZXqy8g/?format=pdf&lang=pt>.

Villemor-Amaral, A. E., & Quirino, G. S. (2013). Estudo comparativo entre indicadores afetivos das técnicas de Pfister e Zulliger. *Avaliação Psicológica*, 12(1), 1-7.

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n1/v12n1a02.pdf>

Villemor-Amaral, A. E., Tavella, R. R., Cardoso, L. M., Biasi, F. C., & Pavan, P. M. P. (2014). Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister e a criatividade em crianças.

Psicologia: teoria e prática, 16(3), 114-124. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v16n3p114-124>.

Apêndices

Apêndice A: Questionário Sociodemográfico

Código: _____

Data de aplicação: ____/____/____

| |
|----------------------------------------------|
| Questionário Sociodemográfico - Geral |
|----------------------------------------------|

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Idade: _____

3. Data de nascimento: ____/____/____

4. Raça/etnia:

() Branca

() Parda

() Preta

() Indígena

() Outra. _____

5. Cidade onde mora:

() Fortaleza

() Região Metropolitana. _____

() Outra. _____

6. Tipo de escola:

() Pública

() Particular

7. Ano escolar: _____

Código: _____

Data de aplicação: ____/____/_____

| |
|-----------------------------------------------------|
| Questionário Sociodemográfico – Abuso sexual |
|-----------------------------------------------------|

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Idade: _____

3. Data de nascimento: ____/____/_____

4. Raça/etnia:

() Branca

() Parda

() Preta

() Indígena

() Outra. _____

5. Cidade onde mora:

() Fortaleza

() Região Metropolitana. _____

() Outra. _____

6. Tipo de escola:

() Pública

() Particular

7. Ano escolar: _____

8. Status de custódia da criança:

() Um ou ambos os pais biológicos

() Um ou ambos os pais adotivos

() Parentes ou outro (padrasto/madrasta)

() Institucionalizado

() Outros _____

Dados sobre a situação de abuso sexual

9. Idade que tinha quando começou a sofrer abuso sexual: _____

10. Agressor:

() Pai () Mãe () Padrasto () Madrasta () Tio(a) () Avô (a)

() Outro _____

11. Número de agressores: _____

12. Idade dos agressores: _____

13. O abuso sexual era recorrente?

() Sim () Não

14. Informações sobre o tipo de interação sexual:

- Toque
- Penetração
- Sexo oral
- Pornografia
- Exibicionismo por parte do perpetrador
- Voyeurismo
- Exposição a imagens ou a eventos sexuais
- Outros. _____

15. Como foi descoberta a violência sexual?

- Criança/adolescente revelou espontaneamente
- Criança/adolescente revelou ao ser interrogada
- Criança/adolescente revelou após alguém suspeitar
- Flagrante
- Denúncia anônima
- Outra forma _____

16. Para quem a criança revelou (quando espontaneamente)?

17. Denunciante: _____

18. Quem acompanha a criança no serviço: _____

19. Tempo de duração do abuso sexual: _____

20. A criança foi submetida a outros tipos de violência para além do abuso sexual? Se sim, qual (is)?

Apêndice B: Termo de Autorização



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Trata-se de autorização a Sr. Ingrid Gomes Guimarães, aluna de mestrado do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, matrícula 519955, para realização de estudo no Programa Rede Aquarela, visando construir e fundamentar o desenvolvimento de pesquisa acadêmica, intitulada "Evidências de validade da versão informatizada do Pfister com crianças" de modo a investigar se a versão informatizada do teste das Pirâmides Coloridas de Pfister é possível de ser utilizada em processos de avaliação psicológica com crianças, incluindo-se, tanto as que possuem histórico de abuso sexual relatado, quanto as que não possuem.

A pesquisadora deverá comprometer-se a utilizar as informações somente para os propósitos da pesquisa, com a observância do consentimento livre e esclarecido dos participantes e/ou dos seus responsáveis legais e da garantia da confidencialidade das informações, da privacidade, proteção e sigilo de dados, inclusive do uso de imagem e voz, tudo conforme os aspectos éticos profissionais próprios à aplicação da pesquisa que possa envolver crianças e com estrita observância das normas legais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Deverá, por fim, a Coordenação do Programa Rede Aquarela avaliar, acompanhar e agendar o melhor momento para sua realização, de tudo informando à Presidência desta Fundação.

Fortaleza, 28 de outubro de 2022.

José Iraguassú Teixeira Filho
Presidente da Funci

Ciente: _____

(Pesquisadora Ingrid Gomes Guimarães)



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número F4TTACLJ
Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 1806977 e código F4TTACLJ

ASSINADO POR:

Assinado por: JOSE IRAGUASSU TEIXEIRA FILHO-75658623391 em 01/11/2022



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número EZFJIU2C
Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 1814192 e código EZFJIU2C

ASSINADO POR:

Assinado por: JOSE IRAGUASSU TEIXEIRA FILHO:75658623391 em 01/11/2022

Apêndice D: Autorização institucional à realização de projeto de pesquisa**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ****AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL À REALIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA**

Declaro, para fins de comprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará-CEP/UFC/PROPESQ, que o Colégio Ateneu do Ceará contém toda infraestrutura necessária em suas instalações para realização da pesquisa intitulada **“EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO TESTE DE PFISTER INFORMATIZADO COM CRIANÇAS”** a ser realizada pelo pesquisador Ingrid Gomes Guimarães, sob orientação da Profa. Dra. Lucila Moraes Cardoso.

Fortaleza, 08 de Novembro de 2022
(colocar o dia, mês e ano)

Maria da Assunção Aragão de Vasconcelos
Incluir carimbo da instituição e assinatura do diretor/coordenador

SERVIÇOS EDUCACIONAIS SAPIENS LTDA
COLÉGIO ATENEU DO CEARÁ

04.221.686/0001-00
SERVIÇOS EDUCACIONAIS SAPIENS LTDA.-ME
COLÉGIO ATENEU DO CEARÁ
Av Bernardo Manuel, 9360
Itaperi, CEP 60.761-282
FORTALEZA - CEARÁ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL À REALIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Declaro, para fins de comprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará-CEP/UFC/PROPESQ, que o Colégio Duque de Caxias contém toda infraestrutura necessária em suas instalações para realização da pesquisa intitulada "EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO TESTE DE PFISTER INFORMATIZADO COM CRIANÇAS" a ser realizada pelo pesquisador Ingrid Gomes Guimarães, sob orientação da Profa. Dra. Lucila Moraes Cardoso.

Fortaleza, 10 de novembro de 2022.
(colocar o dia, mês e ano)

Glaudenia da Silva Chaves
(nome do diretor, coordenador)

Incluir carimbo da instituição e assinatura do diretor/coordenador

AIRTON J. N. LUZ - EDUCACIONAL - ME
CDC - COLÉGIO DUQUE DE CAXIAS

Glaudenia da Silva Chaves
Coordenadora

Apêndice E: Parecer consubstanciado de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – CEP/UFC/PROPESQ

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO TESTE DE PFISTER INFORMATIZADO COM CRIANÇAS

Pesquisador: INGRID GOMES GUIMARAES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65447622.9.0000.5054

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.851.516

Apresentação do Projeto:

A versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC) foi desenvolvida em 2021, mas a sua utilização futura em processos de avaliação psicológica demanda a investigação de suas evidências de validade em variados contextos, para que pessoas com diferentes vivências e necessidades possam se beneficiar do seu uso em processos avaliativos. Dentre estas pessoas, denotam-se as crianças que vivenciaram abuso sexual, tendo em vista as consequências que a vivência dessa violência pode acarretar no desenvolvimento humano. Por essa razão, objetiva-se buscar evidências de validade da versão informatizada do teste das Pirâmides Coloridas de Pfister para uso com crianças. A amostra será composta por 90 crianças, com idades entre 6 e 10 anos, sendo 45 com histórico de abuso sexual relatado e 45 sem esse histórico. O acesso às crianças com

histórico de violência será realizado por meio de uma parceria com uma instituição que presta acompanhamento às vítimas de abuso sexual e suas famílias, enquanto o grupo sem histórico de abuso será acessado por meio de parcerias com escolas públicas e privadas da capital cearense. A coleta de dados será presencial e individual, com duração de, aproximadamente, 40 minutos. Será administrada a versão informatizada do TPC, a Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC), além de um Questionário Sociodemográfico, cujos dados do grupo de vítimas de abuso serão preenchidos por pesquisa em prontuário. Na análise de dados, serão realizadas as estatísticas descritivas, o coeficiente Kappa de Cohen para investigar confiabilidade entre

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 5.851.516

avaliadores, os testes t de Student, Qui-Quadrado, análises de correlação de Pearson e ponto-bisserial para buscar evidências de validade do TPC. Por fim, o d de Cohen e o V de Cramer serão utilizados como medidas de tamanho de efeito. Com exceção do d de Cohen que será executado no Excel, as demais análises serão realizadas no IBM SPSS, versão 21. Por meio dos dados obtidos, espera-se contribuir para que a versão informatizada do Pfister possa ser utilizada futuramente em processos de avaliação psicológica com crianças, tendo em vista a importância do aprimoramento contínuo de instrumentos e o desenvolvimento de testes informatizados neste contexto.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Buscar evidências de validade da versão informatizada do teste das Pirâmides Coloridas de Pfister para uso com crianças.

Objetivo Secundário:

Buscar evidências de validade concorrente por meio da comparação entre crianças com e sem histórico de abuso sexual relatado; Buscar evidências de validade convergente entre os indicadores afetivos e do funcionamento cognitivo da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister com os traços de personalidade avaliados pela Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC); Identificar possíveis associações entre variáveis referentes à situação de abuso sexual e indicadores afetivos e de funcionamento cognitivo da versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto indica:

Riscos:

Esse estudo apresenta risco considerado mínimo, tais como, cansaço ou possível dificuldade em compreender as instruções. Reforçamos que tudo foi planejado para minimizar os riscos da participação, estando a pesquisadora disponível para ler os itens e as instruções para a criança, além de tirar todas as dúvidas que ela possa ter durante a pesquisa. Caso ocorra algum desconforto com as perguntas, ou desinteresse, a criança também poderá interromper o processo e, se houver interesse, pode conversar com algum dos pesquisadores sobre o assunto, devendo a pesquisadora acolher. Nesses casos, será entregue uma lista de locais que fornecem acompanhamento psicológico gratuito ou a baixo custo em Fortaleza.

Benefícios:

No que se refere aos benefícios pela sua participação, destacamos que usualmente as pessoas

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 5.651.516

consideram a atividade divertida, especialmente o público infantil. Além disso, reforçamos que, indiretamente, a criança contribuirá para que esse teste psicológico possa, no futuro, vir a ser usado para auxiliar pessoas que precisem passar por uma avaliação psicológica.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia e os objetivos demonstram observância dos princípios éticos a serem considerados na realização de pesquisas na área.

Seguem especificações do encaminhamento metodológico:

A amostra conterà, aproximadamente, 90 crianças de ambos os sexos, entre 6 e 10 anos, sendo em torno de 45 com histórico de abuso sexual relatado e 45 sem histórico de abuso sexual relatado. A amostragem será não aleatória (por conveniência). Serão aplicados um questionário sociodemográfico, a versão informatizada do Teste de Pfister (TPC informatizado), e a Escala de Traços de Personalidade para crianças (ETPC). No TPC informatizado, a psicóloga lerá as informações e clicará no botão avançar para que a criança receba novas instruções. Depois, será iniciada a tarefa de arrastar quadrículos coloridos para preencher um esquema de pirâmide que aparecerá na tela. A criança preencherá ao todo três esquemas de pirâmide. Para acessar ao grupo de crianças vítimas de abuso sexual, foi feito contato prévio com a Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci), órgão da prefeitura de Fortaleza responsável por autorizar o acesso ao Programa Rede Aquarela, o qual realiza atendimentos especializados a crianças vítimas de violência sexual e presta apoio às suas famílias. Para formalizar a autorização para realizar a pesquisa, apresentou-se o projeto de pesquisa, o Termo de Autorização, conforme modelo recomendado pela Funci, e a Declaração de fiel depositário para pesquisa em prontuário. Após a autorização da Funci mediante a assinatura do Termo de Autorização e da Declaração de fiel depositário, será realizado o contato diretamente com a Rede Aquarela para a apresentação do projeto. Nesse momento, serão apresentadas as condições para a realização da pesquisa em suas dependências, a saber, ter disponível uma sala com mesa e duas cadeiras. O acesso ao grupo de crianças sem histórico de abuso sexual relatado foi realizado por meio do contato com duas escolas de Fortaleza, as quais foram apresentados o projeto de pesquisa e as condições para a sua realização em suas dependências, quais sejam

ter disponível uma sala com uma mesa e duas cadeiras. Ciente de tudo, cada uma assinou um Termo de Autorização Institucional à Realização de Projeto de Pesquisa. Após ter todos os termos assinados, o projeto será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da Universidade Federal do Ceará (UFC). Após a aprovação do CEP, será retomado o contato com as instituições onde ocorrerão as coletas de dados, as quais deverão disponibilizar

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

CEP: 60.430-275

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 5.851.516

FORTALEZA, 13 de Janeiro de 2023

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Apêndice F: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

A criança _____ está sendo convidada (a) para participar da pesquisa “**EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO TESTE DE PFISTER INFORMATIZADO COM CRIANÇAS**”, realizada pela pesquisadora Ingrid Gomes Guimarães, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Nesse estudo, temos como objetivo investigar contribuições do uso informatizado do teste As Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC) para avaliar características de dinâmica emocional e funcionamento cognitivo de crianças. Nós decidimos realizar esse estudo devido à demanda de testes psicológicos que possam ser usados de modo informatizado em processos de avaliação psicológica. Espera-se, deste modo, que o conhecimento gerado possa contribuir para que o TPC possa ser utilizado futuramente por psicólogos em processos de avaliação psicológica infantil.

Essa pesquisa contará com a participação de crianças que possuem e que não possuem histórico de abuso sexual relatado. Caso você autorize, a criança, sob sua responsabilidade, participará de uma sessão única, individual e presencial em que ela responderá à versão informatizada do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, cuja tarefa é montar três pirâmides com quadrados coloridos, e a Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC), a qual consiste em algumas frases em que a criança deve assinalar “sim” ou “não” para cada uma delas. Cada sessão terá duração entre 30 e 40 minutos.

Os dois instrumentos serão aplicados pela pesquisadora Ingrid Gomes Guimarães, a qual foi devidamente treinada para o manuseio dos materiais. Informamos também que o (a) senhor (a) não terá nenhuma remuneração, nem precisar pagar nada para que a criança

participe da pesquisa. A participação é voluntária e a recusa em autorizar a participação não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pela pesquisadora e pela instituição que a criança frequenta. Em momento posterior, caso deseje, o responsável poderá retirar o seu consentimento, ou então, o participante poderá desistir de participar da pesquisa, sem que isso lhe traga problemas. Todos os dados coletados serão utilizados somente nessa pesquisa e não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação da criança. As informações serão somente compartilhadas entre as pesquisadoras responsáveis por esse estudo.

Esse estudo apresenta risco considerado mínimo, tais como, cansaço ou possível dificuldade em compreender as instruções. Reforçamos que tudo foi planejado para minimizar os riscos da participação, estando a pesquisadora disponível para ler os itens e as instruções para a criança, além de tirar todas as dúvidas que ela possa ter durante a pesquisa. Caso ocorra algum desconforto com as perguntas, ou desinteresse, a criança também poderá interromper o processo e, se houver interesse, pode conversar com algum dos pesquisadores sobre o assunto, devendo a pesquisadora acolher. Nesses casos, será entregue uma lista de locais que fornecem acompanhamento psicológico gratuito ou a baixo custo em Fortaleza. No que se refere aos benefícios pela sua participação, destacamos que usualmente as pessoas consideram a atividade divertida, especialmente o público infantil. Além disso, reforçamos que, indiretamente, a criança contribuirá para que esse teste psicológico possa, no futuro, vir a ser usado para auxiliar pessoas que precisem passar por uma avaliação psicológica.

Os resultados da pesquisa, sem a identificação dos participantes, estarão à sua disposição quando ela for finalizada. Os dados e instrumentos utilizados no estudo ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos e, após esse tempo, serão destruídos. Você estará assinando duas vias desse termo, sendo que uma delas ficará

com você e outra com a pesquisadora responsável. No termo, você terá acesso ao número de telefone para tirar dúvidas sobre a pesquisa a qualquer momento.

Nome: Ingrid Gomes Guimarães
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)
Endereço: Avenida da Universidade, 2762 - Centro
Telefones para contato: (85) 33667651

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).
 O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado, _____

(nome do responsável), _____ anos, RG _____, declara que é de

livre e espontânea vontade a autorização da participação de

_____ como participante da pesquisa. Eu

declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Compreendo que essa pesquisa será realizada tanto com crianças que tenham histórico de abuso sexual relatado quanto com aquelas que não possuem histórico. Assim,

() Informo que a criança tem histórico de abuso sexual

() Informo que a criança **NÃO** tem histórico de abuso sexual.

Fortaleza, ____/____/____

Nome do Responsável

Data

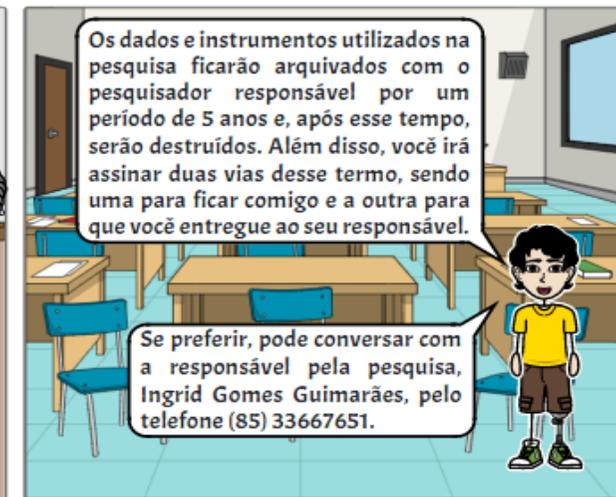
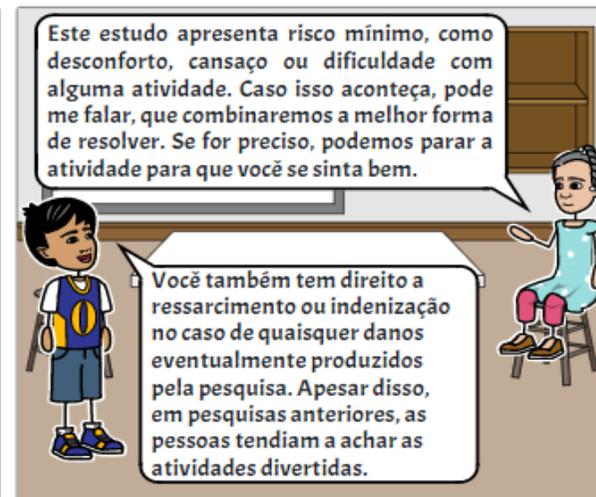
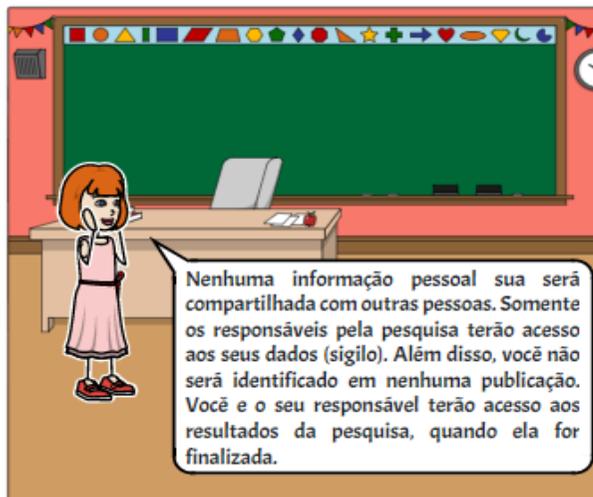
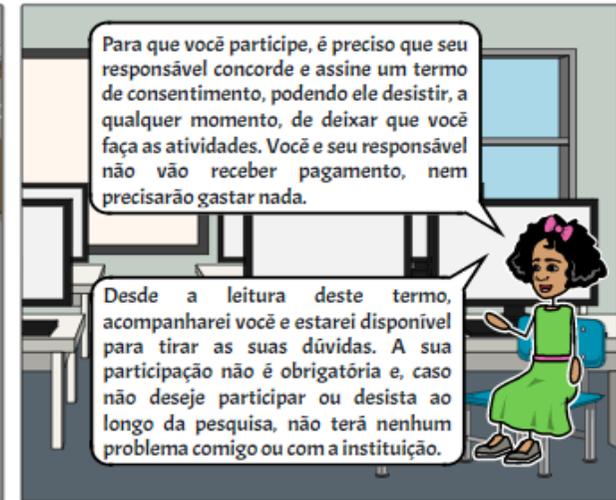
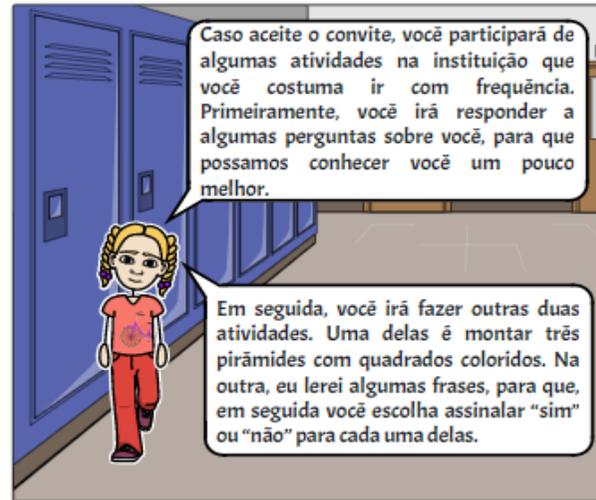
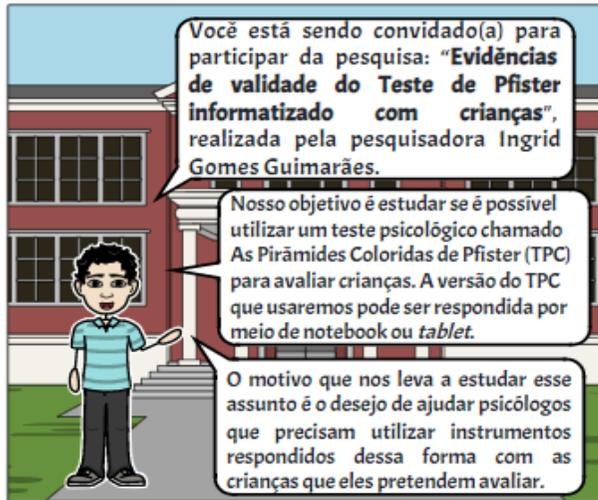
Assinatura

| | | |
|--------------------------------------|------|------------|
| Pesquisadora / responsável pelo TCLE | Data | Assinatura |
|--------------------------------------|------|------------|

| | | |
|------------------------------------------------------|------|------------|
| Nome da Testemunha (se voluntário não souber ler) | Data | Assinatura |
|------------------------------------------------------|------|------------|

| | | |
|--------------------------------------------|------|------------|
| Nome do profissional que aplicou o TCLE | Data | Assinatura |
|--------------------------------------------|------|------------|

Apêndice G: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)



Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e tirei minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei pedir novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de minha participação, se assim o desejar. Tendo a autorização do meu responsável já assinada, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste documento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Fortaleza, ____ de _____ de _____.

Assinatura do menor

Assinatura da pesquisadora

Endereço da responsável pela pesquisa:

| |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Nome: Ingrid Gomes Guimarães Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC) Endereço: Avenida da Universidade, 2762 - Centro Telefones para contato: (85) 33667651</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira). O CEP/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.</p> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Apêndice H: Termo de compromisso para utilização de dados**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ****TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS**

Os pesquisadores do projeto de pesquisa intitulado "EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO TESTE DE PFISTER INFORMATIZADO COM CRIANÇAS" comprometem-se a preservar a privacidade dos dados contidos nos prontuários das crianças, bem como dos fornecidos direta ou indiretamente ao responderem às atividades previstas nos testes psicológicos, concordam e assumem a responsabilidade de que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. Comprometem-se, ainda, a fazer a divulgação das informações coletadas somente de forma anônima e que a coleta de dados da pesquisa somente será iniciada após aprovação do sistema CEP/CONEP.

Salientamos, outrossim, estarmos cientes dos preceitos éticos da pesquisa, pautados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Fortaleza, 10 de novembro de 2022
(informar dia, mês e ano)

Ingrid Gomes Guimarães
INGRID GOMES GUIMARÃES
Pesquisador Principal

Apêndice I: Declaração de concordância

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos em participar do projeto de pesquisa intitulado **“EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO TESTE DE PFISTER INFORMATIZADO COM CRIANÇAS”** que tem como pesquisador principal, INGRID GOMES GUIMARÃES e que desenvolveremos o projeto supracitado de acordo com preceitos éticos de pesquisa, pautados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Fortaleza, 10 de novembro de 2022
(informar dia, mês e ano)

Ingrid Gomes Guimarães
INGRID GOMES GUIMARÃES
Pesquisador Principal

Lucila Moraes Cardoso
Prof(a). Dr(a). LUCILA MORAES CARDOSO
Orientador

Apêndice J: Justificativa por não anexarmos os testes psicológicos

JUSTIFICATIVA POR NÃO ANEXARMOS OS TESTES PSICOLÓGICOS

Informamos que não anexamos os testes psicológicos que serão utilizados na pesquisa conforme orientações do Art.18º do Código de Ética Profissional do Psicólogo "O psicólogo não divulgará, ensinará, cederá, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão". Destacamos ainda que o teste psicológico Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC) possui parecer favorável para uso conforme regulamenta a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 009/2018 e o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister possui parecer favorável para uso na versão não informatizada, enquanto a versão informatizada, a ser usada nesta pesquisa, está em estudo.

Fortaleza, 10 de novembro de 2022.

Ingrid Gomes Guimarães
Ingrid Gomes Guimarães
Pesquisadora Principal

Lucila Moraes Cardoso
Prof(a). Dr(a). Lucila Moraes Cardoso
Orientadora

Apêndice K: Problemas percebidos na administração do TPC-i

1. Criança teve dificuldade em montar a pirâmide no computador, seja usando o *mouse* ou o *touch screen*. Por isso, foi necessário pedir que ela fosse dizendo qual quadradinho queria e onde ela queria que fosse colocado.
2. Criança queria fazer a pirâmide toda de uma mesma cor (monotonal), mas nos últimos quadradinhos, não conseguiu mais encontrar a cor do restante da pirâmide e mesmo depois de muito embaralhar, desistiu e colocou um quadrado de qualquer outra cor. De fato, havia muita dificuldade em achar, sobretudo quando estava próximo de finalizar a pirâmide.
3. Criança queria fazer um arco-íris, mas como estava tendo dificuldade de manusear a plataforma (encontrar e colocar os quadrículos na pirâmide), desistiu de fazer o que queria.
4. Criança não conseguiu avançar para a pirâmide seguinte, pois, segundo a plataforma, estava faltando um quadrículo. No entanto, o quadrículo estava na pirâmide, mas estava mal posicionado e a plataforma não reconheceu o quadrículo que ela colocou. Foi necessário que ela ajustasse. No entanto, no modo de colocação, fica aparecendo como se aquele quadrículo tivesse sido o último que ela colocou, quando não foi, de fato.
5. Quando a criança ajusta um quadrículo, a plataforma considera como se ela tivesse colocado o quadrículo várias vezes no mesmo lugar, o que interfere no modo de colocação.
6. Algumas cores parecem variar de acordo com a tela do dispositivo. Ex: Vm2 é enxergado com pink, cereja, ou vermelho sangue. No dispositivo em que Vm2 era enxergado como sangue era a mesma tonalidade do laranja. Crianças enxergavam La2 como sendo vermelho.
7. Algumas crianças, por falta de coordenação motora, sem querer deixavam um quadrículo tocar uma posição da pirâmide que elas não queriam, e a plataforma registrava esse toque como sendo algum quadrículo que ela tenha colocado lá.